

ISSN 2675-2255

S a b e r e s **Interdisciplinares**



Revista do Centro Universitário
Presidente Tancredo de Almeida Neves

Ano XIII, nº 26, jul.-dez./2020

R454 Revista Saberes Interdisciplinares / Centro Universitário Presidente
Tancredo de Almeida Neves. – São João del-Rei, 2020

- Ano 13, n. 26

Semestral

ISSN impresso 1982-6532

ISSN eletrônico 2675-2255

1. Multidisciplinar. 2. Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida
Neves. 3. Sílvia Firmo do Nascimento.

CDU - 050

Catálogo: Ludmilla Vieira Silva CRB-6/3340

Linha Editorial

A Revista *Saberes Interdisciplinares* é uma publicação semestral do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – UNIPTAN. A revista abrange as grandes áreas do conhecimento humano, com o objetivo de divulgar e incentivar a produção científica, instituindo o debate acadêmico e promovendo a ótica multidisciplinar na análise de fatos e fenômenos da realidade.

Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN

Reitora Maria Tereza Gomes de Almeida Lima

Pró-reitor de Pesquisa e Extensão Heberth Paulo de Souza

Pró-reitora de Ensino e Assuntos Acadêmicos Kelly Aparecida Torres

Coordenadora de Pesquisa Eliane Moreto Silva Oliveira

Coordenadora de Extensão Ana Claudia Silva Lima

Revista Saberes Interdisciplinares

Editor Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento

Apoio técnico Prof^a Dr^a Eliane Moreto Silva Oliveira

ISSN impresso 1982-6532

ISSN eletrônico 2675-2255

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adelmo José da Silva

Universidade Federal de São João del-Rei

Prof. Dr. André Malina

Univesidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a M^a. Angelica Atala Lombelo Campos

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Carla Leila Oliveira Campos

Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Carlos Alberto Magalhães Gomes Mota

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Prof. Dr. Claudio Márcio do Carmo

Universidade Federal de São João del-Rei

Prof^a M^a Cleonice Mara Gomes Muffato

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Prof. Dr. Ernani Coimbra de Oliveira

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Geraldo Dondici Vieira

Uniacademia de Juiz de Fora

Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza

Centro Universitário Pres. Tancredo de Almeida Neves

Prof^a M^a Isabella Cristina Moraes Campos

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Me. João Ozório Rodrigues Neto

Centro Universitário de Volta Redonda

Prof. Dr. José Maurício de Carvalho

Centro Universitário Pres. Tancredo de Almeida Neves

Prof. Me. Kennedy Alemar da Silva

Unilavras

Prof. Dr. Manuel Jauará
Universidade Federal de São João del-Rei

Profª Drª Maria Aline Araújo de Oliveira Geoffroy
Universidade Presidente Antônio Carlos

Profª Drª Maria Elisa Rodrigues Moreira
Universidade Federal de Alfenas

Profª Dª Maria Tereza Gomes de Almeida Lima
Centro Universitário Pres. Tancredo de Almeida Neves

Profª Drª Natalia Elvira Sperandio
Universidade Federal de São João del-Rei

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho
Universidade Federal de São João del-Rei

Profª Mª Rosa Gouvêa de Sousa
Centro Universitário Pres. Tancredo de Almeida Neves

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento
Centro Universitário Pres. Tancredo de Almeida Neves

Prof. Dr. Vitor Sérgio de Almeida
Instituto de Educação do Triângulo

Revisão

Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza
Centro Universitário Pres. Tancredo de Almeida Neves

Profª Drª Maria Tereza Gomes de Almeida Lima
Centro Universitário Pres. Tancredo de Almeida Neves

Profª Drª Lilian Cristiane Moreira
Centro Universitário Pres. Tancredo de Almeida Neves

Profª Mª Hellen Sueli Bergo
Centro Universitário Pres. Tancredo de Almeida Neves

Tradução e versão

Prof. Esp. Ronaldo de Freitas Moreira
Núcleo de Ensino de Língua Inglesa e Intercâmbio

Periódico indexado nas bases de dados

Sumarios.org / Latindex / Banco de Dados de Revistas das IES Particulares

Webqualis / Capes

Educação - B5 / Filosofia - B5 / História – C / Sociologia - C

Endereço

Av. Leite de Castro, 1.101 – Bairro das Fábricas
São João del-Rei – MG – CEP: 36.301-182
E-mail: revista@uniptan.edu.br
Tel.: (32) 3379-2725

EDITORIAL

A Comissão Editorial, Reitoria, Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão e Pró-reitoria de Ensino e Assuntos Acadêmicos do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves apresentamos ao público acadêmico o vigésimo sexto número da Revista Saberes Interdisciplinares. Eis os assuntos apresentados neste número:

1. *A “Sociedade de desempenho” enquanto radicalização da “sociedade pós-histórica”: uma defesa da ordem liberal enquanto ordem ética reguladora da ação social* constata que Francis Fukuyama, em seu famoso ensaio *The end of History and the last man*, assume a posição de que a luta por reconhecimento através da defesa de uma causa puramente abstrata e que seria substituída pela busca incessante de soluções de cunho técnico para os problemas cotidianos e pelo anseio de que as exigências de consumidores cada vez mais requintados, cercados de maravilhas tecnológicas, sejam devidamente atendidas pelo mercado. Por sua vez, neste começo de século, Byung-Chul Han radicaliza essa visão ao asseverar que a sociedade capitalista neoliberal criou “sujeitos de desempenho” que se autoexploram em busca de reconhecimento; sendo essa exploração ainda mais eficiente por estar acompanhada do sentimento de liberdade.
2. *A educação integral no contexto das políticas educacionais propostas pelo governo Michel Temer* evidencia que quando se debate sobre as medidas que podem ser tomadas para que o Brasil tenha um melhor sistema educacional, a temática “Educação Integral” surge como uma das propostas mais citadas pelos especialistas na área educacional. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre a situação da Educação Integral diante das reformas educacionais propostas pelo governo interino de Michel Temer. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica sobre as diferentes concepções de Educação Integral, apresentamos alguns exemplos de práticas educativas e analisamos como as mudanças educacionais do governo Temer podem afetar o sistema educacional brasileiro, de maneira geral, e a Educação Integral, em particular.
3. *A importância da enfermagem no atendimento precoce da parada cardiorrespiratória na urgência e emergência* propõe-se a apresentar o estado da arte a respeito do atendimento inicial aos pacientes com parada cardiorrespiratória de forma a identificar as ações principais, os benefícios e a compreensão mais ampla sobre o procedimento em unidades de emergência. Para tanto, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com buscas de artigos científicos nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), utilizando os descritores: Parada cardíaca; Insuficiência respiratória; Emergências; Socorro de Urgência, Assistência à Saúde. Foram incluídos na análise 23 artigos. A equipe de enfermagem exerce importante papel na assistência à parada cardiorrespiratória, importante emergência clínica, vivenciada nos diversos contextos da assistência à saúde.
4. *Fome eclesiástica e jejum: o que Canudos tem em comum com os seminários católicos mineiros do século XIX* analisa que em dois eventos marcantes do final do século XIX: a guerra de Canudos e o surto de beribéri nos Colégios Católicos Mineiros, a presença da fome e de seu espectro clínico das hipovitaminoses foram um traço comum. A investigação histórica dos fatos, levada a efeito por este trabalho, produziu um resultado inesperado: a presença do jejum *mediado pela crença católica reinante no Brasil, neste século, difundido pelos missionários lazaristas vicentinos como forma de salvação das almas pecadoras*.
5. *Levantamento de diagnósticos de enfermagem durante a visita pré-operatória: uma possibilidade de melhoria da assistência aos pacientes ortopédicos* demonstra que a visita pré-operatória de enfermagem se constitui em uma estratégia eficaz no levantamento individual das necessidades

humanas, além de promover a interação profissional-usuário e otimizar o cuidado perioperatório. Este estudo transversal de abordagem quantitativa objetivou levantar os diagnósticos de enfermagem, segundo a NANDA, mediante a realização da visita a pacientes em pré-operatório de cirúrgicas ortopédicas.

6. *Os instrumentos de preservação do Sítio de Igarassu – Pernambuco – Brasil* aborda as ações de preservação instituídas no sítio de Igarassu/PE, visando à preservação de seu patrimônio cultural. A escolha do tema se justifica pelas interações entre o significativo Patrimônio Cultural em Igarassu, formado de elementos histórico-culturais. Por conta da natureza do sítio urbano, representado por construções do período colonial, o Sítio foi tombado como patrimônio cultural pelo IPHAN em 1972. Para alcançar o escopo do trabalho, dividiu-se em momentos: preliminarmente é feita uma breve caracterização histórica de contextualização do objeto; em seguida foram identificados e abordados os tombamentos que ocorreram durante o século XX no âmbito federal; em seguida foram tratados os tombamentos no âmbito estadual e municipal; e por fim são pontuadas algumas considerações finais sobre o objeto e apresentadas sugestões.
7. *O processo de categorização: da teoria prototípica aos modelos cognitivos idealizados* toma como base teórica a Teoria Prototípica de Categorização, de Eleanor Rosch, e a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, de George Lakoff. São duas visões de grande valor, pois através delas o sentido passa a ser visto não como referencial, mas construído pela intermediação de práticas sociais.
8. *Teixeira de Pascoaes e Clarice Lispector: ser, nada e silêncio* destaca as afinidades existentes em suas obras, nomeadamente a partir de temas como ser, nada e silêncio. Se em ambos a palavra parece sempre ser reveladora do ser, poderá ela também reportar ao lugar “neutro” que é o próprio nada, mas também o que está por “de trás” do pensamento, onde se manifesta o silêncio.
9. *Alfabetização e letramento* propõe-se uma apresentação de sua obra intitulada “Alfabetização e Letramento”, que teve a sua primeira edição em 2003. A professora traz à tona questões sobre como a alfabetização se introduziu no Brasil e o recente conceito de letramento, ressaltando que alguns tópicos levantados desde a primeira publicação continuam atuais. Trazendo visões e reflexões aprofundadas e teóricas, a obra conta com uma divisão em três partes: concepções; práticas; e concepções e práticas: uma perspectiva político-social. Possui 12 capítulos, e os temas abrangem desde conceitos, práticas, perspectivas históricas, sociais e culturais sobre questões que envolvem a alfabetização e o letramento, até reflexões que relembram e reafirmam a grande contribuição do educador Paulo Freire.

Em síntese, nosso periódico pauta-se pela interdisciplinaridade, considerada essencial no pensamento científico contemporâneo.

Enfim, expressamos, com imensa satisfação, nossa gratidão aos colaboradores deste periódico, notadamente neste número: conselho editorial, articulistas, avaliadores, revisores, tradutores, consultores, reitoria, entre outros.

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento

SUMÁRIO

A “sociedade de desempenho” enquanto radicalização da “sociedade pós-histórica”: uma defesa da ordem liberal enquanto ordem ética reguladora da ação social, Daniel Mota Vieira	11
A educação integral no contexto das políticas educacionais propostas pelo governo Michel Temer, Francisco Fernandes Ladeira, Nucia Aparecida dos Santos Mendes	26
A importância da enfermagem no atendimento precoce da parada cardiorrespiratória na urgência e emergência, Angélica Atala Lombelo Campos, Luana Almeida Garcia, Edvaldo José Vieira Junior	37
Fome eclesial e jejum: o que Canudos tem em comum com os seminários católicos mineiros do século XIX, Cleize Silveira Cunha, João Ozório Rodrigues Neto, Carlos Alberto Bastos de Maria	49
Levantamento de diagnósticos de enfermagem durante a visita pré-operatória: uma possibilidade de melhoria da assistência aos pacientes ortopédicos, Isabella Cristina Moraes Campos, Isabel Cristina Adão Schiavon, Suzana Vale Rodrigues, Paula Regina Nunes da Silva, Tatiele Perpétua Ferreira da Silva, João Paulo Costa	61
Os instrumentos de preservação do sítio de Igarassu, Pernambuco, Brasil, Cláudio Antônio Vieira da Silva....	73
O processo de categorização: da teoria prototípica aos modelos cognitivos idealizados, Natália Elvira Sperandio	87
Teixeira de Pascoaes e Clarice Lispector: ser, nada e silêncio, Maria Celeste Natári, Rodrigo Michell Araujo ..	96
Alfabetização e letramento, Katriane Stéfane Couto, Maria Eduarda Silveira Andrade.....	106
Instruções aos autores	112

A “SOCIEDADE DE DESEMPENHO” ENQUANTO RADICALIZAÇÃO DA “SOCIEDADE PÓS-HISTÓRICA”: UMA DEFESA DA ORDEM LIBERAL ENQUANTO ORDEM ÉTICA REGULADORA DA AÇÃO SOCIAL

THE “PERFORMANCE SOCIETY” AS RADICALIZATION OF “POST-HISTORIC SOCIETY”: A DEFENSE OF LIBERAL ORDER AS AN REGULATORY ETHICAL ORDER OF SOCIAL ACTION

Daniel Mota Vieira¹

Resumo

Francis Fukuyama, em seu famoso ensaio *The end of History and the last man*, assume a posição de que a luta por reconhecimento através da defesa de uma causa puramente abstrata, ou ideológica, seria substituída pela busca incessante de soluções de cunho técnico para os problemas cotidianos e pelo anseio de que as exigências de consumidores cada vez mais requintados, cercados de maravilhas tecnológicas, sejam devidamente atendidas pelo mercado. Neste começo de século, Byung-Chul Han radicaliza essa visão ao asseverar que a sociedade capitalista ou neoliberal criou “sujeitos de desempenho” que se autoexploram em busca de reconhecimento; sendo essa exploração ainda mais eficiente por estar acompanhada do sentimento de liberdade. Em consonância com a posição popperiana de que as tradições de nossa época são suscetíveis de revisão crítica se comparadas aos mitos e tabus das antigas sociedades tribais, o presente artigo expõe a visão de Han acerca da “sociedade do cansaço” e, desdobrando os argumentos de Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), em seu ensaio *Depois da “segunda laicização”*, faz uma defesa da ordem liberal enquanto ordem ética reguladora das nossas ações dentro de um mundo laicizado.

Palavras-chave: Sociedade do cansaço. Liberalismo. Capitalismo. Ética. Fim da História.

Abstract

Francis Fukuyama, in his famous essay The End of History and the Last Man, assumes the position that the struggle for recognition through the defense of a purely abstract or ideological cause would be replaced for the incessant search for technical solutions to everyday problems and for the desire that the demands of increasingly sophisticated consumers, surrounded by technological wonders, are adequately met by the market. At the beginning of this century, Byung-Chul Han radicalizes this view by asserting that capitalist or neoliberal society created “performance subjects” who self-search for recognition; and this exploitation is even more efficient because it is accompanied by the feeling of freedom. In keeping with the position of the philosopher Karl Popper (1902-1994) that the traditions of our time are susceptible of critical revision compared to the myths and taboos of ancient tribal societies, this paper exposes Han's view of “Fatigue society” and, unfolding the arguments of

¹ Mestrando em Filosofia – UFRRJ. E-mail: dmv95.ufrrj@gmail.com.

Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), in his essay Depois da “segunda laicização”, makes a defense of the liberal order as an ethical order regulating our actions within a laicized world.

Keywords: Society of tiredness. Liberalism. Capitalism. Ethics. End of history.

INTRODUÇÃO

Francis Fukuyama, no final de seu famoso ensaio denominado *The end of History and the last man* (1993), afirmou que com o mundo finalmente livre dos embates ideológicos, aonde o homem lutava por reconhecimento por via da defesa de uma causa puramente abstrata, entraria em cena a busca incessante de soluções técnicas para os seus problemas cotidianos e pela satisfação das exigências de seus consumidores cada vez mais requintados.

A perspectiva apontada pelo autor, de que a história do homem, ao chegar ao seu fim, seria substituída por uma forma pragmático-liberal de convivência acaba endossada neste começo de século, e expressa em pormenores até exacerbados, pelo filósofo Byung-Chul Han. Han afirma que a sociedade atual criou “sujeitos de desempenho”, isto é, sujeitos que se empenham em suas atividades laborativas a fim de obterem desempenhos cada vez melhores, ocasionando uma autoexploração (HAN, 2015). O filósofo diz que a situação é ainda mais preocupante uma vez que essa forma de autoexploração se torna mais eficiente que a exploração do Outro por ser concomitante ao sentimento de liberdade.

Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), contrapondo, procura ver, na “ordem liberal”, uma dimensão distinta daquela que preocupa Fukuyama quanto a que vemos que parece preocupar Han. Ao invés de estar inteiramente dominada por preocupações técnicas e econômicas, que conduziriam a uma sociedade hedonista ou do cansaço, ela é, antes de tudo, uma ordem moral na qual os indivíduos, considerados independentes em relação a qualquer coletivo, são concebidos não como instrumentos de quem quer que seja – sociedade, Estado, partido, Igreja, seita ou classe – mas como fins em si mesmos (BARROS, 1993).

Uma ordem liberal, enquanto ordem ética, que se garante e fomenta liberdades civis, econômicas, de consciência, de religião, de associação e outras possíveis, concebe o ente

humano como criatura livre, ou parcialmente livre², que, como singularidade irrepitível, é capaz de escolher e decidir; não sendo passível de ser instrumentalizado para a realização dos fins alheios. Essa dimensão torna-a incompatível com utopias ou messianismos, postulantes de remodelagens da ordem social. Uma verdadeira ordem liberal será sempre precária, uma ideia reguladora que se reelabora a cada instante.

O mundo civilizado, diz Barros, presenciou o “fim das ideologias” (BARROS, 1993, p. 106). No entanto, não está descartada a possibilidade de algum novo surto ideológico que se configure, até mesmo, como uma reação à referida sociedade hedonista, do cansaço ou como fortalecimento de alguma forma de “despotismo infantilizador” (BARROS, 1993, p. 106). Este está cheio de promessas redentoras da humanidade às quais o homem pode assentir e garantir conforto e segurança para si em troca de sua liberdade e de sua capacidade de decidir.

Nesse cenário, o anseio por uma ordem totalitária mostra-se constitutivo da própria ambiguidade que, ao ver de Barros, faz parte da natureza do ente humano. Tal ente habita entre a singularidade e a totalidade. No âmbito da singularidade, ou de sua consciência, ele se depara com o grande desafio da responsabilidade pessoal acompanhado da incumbência de dar um sentido à sua vida e, diante de tantos possíveis revezes, encontra-se desamparado. Esse indivíduo pode ver, no horizonte, a totalidade como uma forma de refúgio; buscando diluir a sua singularidade em uma ordem coletiva na qual a responsabilidade pessoal ceda espaço ao domínio do igual, da total transparência, da vivência e das decisões coletivas.

Tendo em vista o contorno apresentado que tem como pano de fundo a posição apresentada por Fukuyama, desdobraremos tanto os argumentos de Barros quanto os de Han. Em consonância com a posição popperiana de que as tradições de nossa época – sejam elas intelectuais, de costumes, entre outras – são suscetíveis de revisão crítica, de uma abordagem negativa, se comparadas aos mitos e tabus das antigas sociedades tribais (POPPER, 1982).

² A atualidade da noção de virtude está presente nessa concepção de “liberdade parcial”. Não há como deliberarmos ou vivermos socialmente a não ser nos aplicando a práticas específicas e nos reconhecendo em certos bens compartilhados – o que não implica a impossibilidade de criticá-los ou da reflexão sobre eles. O que acontece é que, enquanto agentes, não temos como nos posicionar “livremente” em relação a esses bens compartilhados. Inclusive o esforço crítico já é orientado para um aperfeiçoamento das práticas e instituições. Nessa perspectiva, para lançar mão de um exemplo moderno, vejo que Kant pensa dessa maneira quando se refere ao que chama de “uso público da razão”.

Enfim, a nossa incumbência será expor a visão de Han acerca da “sociedade de desempenho”, vista como radicalização da sociedade pragmático-liberal discutida por Fukuyama, e, de forma crítica, fazer uma defesa da ordem liberal enquanto ordem ética reguladora das ações dos homens em um mundo cada vez mais laicizado.

BYUNG-CHUL HAN: A SOCIEDADE CAPITALISTA COMO SOCIEDADE DO CANSAÇO, AUTOEXPLORAÇÃO E AS PATOLOGIAS DO SUJEITO DE DESEMPENHO

Byung-Chul Han, ao discorrer sobre a sociedade contemporânea, dominada pela exigência do bom desempenho e da técnica, afirma que ela acaba por desdobrar-se, lentamente, em uma sociedade do *doping* (HAN, 2015). Um *neuro-enhancer* possibilita, ao ver de Han, um desempenho sem desempenho.

No entanto, o filósofo argumenta que só a proibição desse dispositivo não impede o desenvolvimento pelo qual não apenas o corpo, mas todo o indivíduo transforma-se em uma máquina capaz de funcionar livre de perturbações, sempre maximizando o seu desempenho. O *doping* não passa, de acordo com Han, de uma consequência dessa evolução em que a vitalidade, que se constitui por um fenômeno bastante complexo, reduz-se a uma função vital e a um desempenho vital. Estabelece-se a *Sociedade do desempenho*.

No entanto, essa sociedade do desempenho acaba, enquanto sociedade ativa, por gerar um cansaço e um esgotamento de grandes proporções. Isso, Han assevera, relaciona-se com o fato de que o mundo se tornou pobre em negatividade e excessivo em positividade. A demanda por positividade, por desempenho cada vez melhor nas atividades laborativas do sujeito, dissipa a negatividade e, concebendo-o como empreendedor de si mesmo, faz com que ele se autoexplora. Essa autoexploração, por caminhar junto ao sentimento de liberdade, mostra-se mais eficiente do que a exploração por parte do Outro. Sendo assim, o explorador é, ao mesmo tempo, o explorado. Essa autorreferencialidade, centrada na dissolução da distinção entre agressor e vítima, gera uma liberdade paradoxal; onde, por via das estruturas coercitivas que a integram, converte-se em violência. Destarte, os distúrbios psíquicos atuais, sendo a depressão considerada o “mal do século”, são manifestações dessa liberdade

paradoxal. O sucesso uniforme em diversos empreendimentos é visto como característica inflexível de indivíduos bem qualificados, intelectual e profissionalmente³.

Na sociedade do desempenho, o cansaço é um cansaço solitário (HAN, 2015). Tal cansaço atua individualizando e isolando. Citando o *Ensaio sobre o cansaço*, de Peter Handke, onde o escritor austríaco afirma que o cansaço se atomiza entre o meu e o do Outro, Han diz que essa configuração dá ao cansaço a capacidade de atingir o Outro ocasionando mudez e incapacidade de ver. Nesse sentido, só o *eu* possui a totalidade do campo de visão; e essa cisão do cansaço ocasionou uma obstrução de qualquer capacidade de falar, atormentando a alma, agrilhoando-a ao inferno individual. Esses dois tipos do cansaço, são, por conseguinte:

[...] violência porque destroem qualquer comunidade, qualquer elemento comum, qualquer proximidade, sim, inclusive a própria linguagem: “Aquele tipo de cansaço, calado, como teria de permanecer, forçava à violência. Essa, talvez, só se manifestava no olhar que desfigurava o outro.” (HAN, 2015, p. 71-72)

A esse cansaço cego, calado, fracionado, Handke, diz Han, contrapõe um cansaço vidente e reconciliador. Esse cansaço apresenta-se na forma “mais do menos eu” (HAN, 2015, p. 72) e, abre um espaço, um *entre*, na medida em que afrouxa um pouco as presilhas que detêm o eu. Assim, passo não apenas a ver o Outro, ele se torna igualmente eu.

Segue-se que, consoante Han, nesse “cansaço fundamental” (HAN, 2015, p. 73), Handke reúne todas as formas de existência e convivência que acabam totalmente ofuscadas no contexto da absolutização do ser ativo. O “cansaço fundamental” não é, assim, um estado de esgotamento. Ele é, antes, uma capacidade especial. É inspirador e habilita o homem para uma serenidade e abandono especial que desperta a uma visibilidade específica. Essa visibilidade específica permite o acesso a uma atenção que nos torna capaz de contemplar formas longas e lentas que escapam à hiperatenção curta e rápida da sociedade de desempenho.

Com essa dimensão, o cansaço de esgotamento não se configura como um cansaço da potência positiva – que se caracteriza pela afirmação de que para toda coisa, se estamos

³ «La sociedad del rendimiento está dominada em su totalidad por el verbo modal poder, em contraposición a la sociedad de la disciplina, que formula prohibiciones y utiliza el verbo deber» (HAN, 2014, p.19).

cansados, então somos incapacitados de fazê-la. O cansaço inspirador é o cansaço da potência negativa, que surge como um não-para: “[...] um dia que está livre de todo *para-isso* para falar com Heidegger, de toda e qualquer cura. Trata-se de um *tempo intermédio*” (HAN, 2015, p. 76, destaques do autor). Esse tempo intermediário mostra-se como um tempo sem trabalho, um tempo lúdico distinto do tempo heideggeriano que, fundamentalmente, é um tempo de cura e trabalho. Para Handke, de acordo com Han, há um fator de desarme: tal tempo é um tempo de paz, onde o olhar longo e lento do cansaço, típico do sujeito de desempenho, cede lugar a uma peculiar serenidade.

Han conclui que, com Handke, temos uma “*religião imanente do cansaço*” (HAN, 2015, p. 77, destaques do autor). Nessa religião, o “cansaço fundamental” põe em segundo plano a individualização egológica e funda, por si, uma comunidade que prescinde de parentesco.

De tal maneira, a sociedade que inspira ao não fazer se contrapõe, de forma veemente, à sociedade ativa. Se essa “sociedade fundamental”, inspiradora do “não-fazer”, mostra Han, fosse sinônimo de “sociedade futura”, esta poderia denominar-se, genuinamente, “Sociedade do cansaço” em contraponto à atual sociedade de desempenho, marcada pela constância das demandas mercadológicas ou de consumo.

ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS: O “FIM DA HISTÓRIA” DE FUKUYAMA, A “SOCIEDADE DE DESEMPENHO” DE HAN E “SEGUNDA LAICIZAÇÃO”

No cerne do movimento que abalou as estruturas do comunismo soviético e que, com proveito ainda mais significativo, rompeu os grilhões que atavam os países da Europa do Leste a Moscou e conduziu à queda do Muro de Berlim, estaria, de acordo com o superestimado ensaio de Fukuyama, o anúncio do “Fim da História” – anunciado por Marx, mas com “sinais invertidos” (BARROS, 1993, p. 91).

Nesse sentido, de acordo com o nipo-americano, a civilização liberal, finalmente livre das querelas ideológicas, iria se impondo gradativamente ao mundo todo, elaborando um quadro que, de algum modo, apresenta-se como triste e incitador de sentimentos nostálgicos; uma vez que desvinculado das utopias e messianismos até antes sustentadas, e, predominantemente, atrelado a preocupações técnicas e ao cálculo econômico. Tamanho cenário representaria o rompimento com a “pré-história”, isto é, o período anterior, perigoso, tenso, mas fascinante, segundo o qual o homem encontrava-se disposto a colocar ideais e causas abstratas acima de sua própria vida.

De acordo com Roque Spencer Maciel de Barros, o que mais chamou a atenção no referido ensaio foi a afirmação de que a história do homem, ao chegar a seu fim, assumiria um contorno pragmático-liberal. Dispensando considerações de especialistas acerca da fragilidade da tese defendida, Barros considera que ela tem o mérito de dar uma resposta,

ainda que falha, às variadas perplexidades do homem de hoje – que, de forma inesperada, viu ruir um mundo que acalentava sonhos e pesadelos de considerável número de membros de algumas gerações:

O despertar desse sonho (esqueçamo-nos do pesadelo) vivido num estado mais ou menos opiáceo, especialmente pelos chamados “intelectuais de esquerda”, dominantes por anos e anos no mundo ocidental – nas universidades, nos meios de comunicação e até naquelas igrejas mais voltadas para o terreno do que para o celestial – mostrou-lhes uma realidade que os mais lúcidos e menos crédulos já sabiam qual era [...]. Hoje, qualquer ser realmente pensante – qualificativo que talvez ainda deva ser aplicado com restrições a muitos dos assim autodenominados “intelectuais de esquerda” latino-americanos – percebe que o sonho acabou. Melhor seria dizer que *esse sonho (ou esse pesadelo)* foi o que acabou, pois a “natureza humana” – ou o “ente humano”, se se preferir a expressão – continua igual e certamente continuará assim, a menos que uma mutação biológica a afete, convertendo-a em outra (BARROS, 1993, p. 92, destaques do autor).

É justamente a permanência da natureza humana que faz, ao ver de Barros, a noção de “fim da História”. Segundo o autor, a etnografia ensina que o homem, por ver a história como uma carga, lutou o quanto pôde contra ela e, paulatinamente, cedeu-lhe espaço. O ente humano, dotado das capacidades de falar e pensar, não pode deixar de mudar, ainda que a mudança o assuste. A mudança o conduz, precisamente, à história, dada como destino implícito na linguagem e no pensamento. Para chegar ao fim desse inexorável destino seria necessário muito mais que um sonho ou pesadelo: o homem precisaria converter-se em uma espécie de mutante; seja por via de um acidente da evolução ou da realização de uma estranha utopia; capaz de ir demasiado além da transformação das estruturas sociais, e que “[...] atinja o animal humano no cerne de sua existência física e metafísica” (BARROS, 1993, p. 93).

Com tamanho fato, Barros diz que hoje vivenciamos não um prefácio de um “fim da História”⁴, mas o preâmbulo do que pode ser designado como “segunda laicização”. Tendo

⁴ Recentemente, o próprio Fukuyama, nas palavras de uma matéria publicada no site da revista Exame em 22/01/2016, “jogou a toalha” em relação ao seu estipulado “Fim da história”. Em livro recente, *The Origins of Political Order*, ele põe em questão que, hoje, a pergunta mais interessante não concerne ao futuro, mas busca

em vista que o mais sensato ensinamento da história, nas palavras do autor, foi não que ela tem um fim, mas que não tem uma lei, então, fica a pergunta: “[...] como pretender, então, ‘fechar o universo’ num campo por excelência da mudança, o da liberdade humana e da História que ela torna possível?” (BARROS, 1993, p. 93).

O processo de laicização, segundo Barros, começou a desenvolver-se ainda na Idade Média e ganhou uma enorme força no século XVI. Neste, o pirronismo antigo renovou-se e ganhou a adesão de figuras notáveis, entre elas Michel de Montaigne (1533-1592). No entanto, não apenas o pirronismo incitou um processo laicizador: Barros toma como exemplo emblemático a figura de Nicolau Maquiavel (1469-1527), que tratou de penetrar objetiva ou cientificamente nas entranhas do poder e dos desígnios humanos, configurando-se como um atestado evidente dos avanços do pensamento laico e que chegou, até mesmo, a influenciar o Vaticano.⁵

Referindo-se a uma espécie de “movimento pendular”⁶, que parece peculiar às épocas históricas, Barros assinala a similaridade espiritual entre a Ilustração e o século XVI. O filósofo ressalta que o vigor mostrado pelo processo de laicização nos anos quinhentos acabou ofuscado primeiramente pela Reforma religiosa e, depois, pela Contrarreforma. A partir desse ângulo, a Ilustração, no século XVIII, foi responsável por retomá-lo, indo além ao substituir Deus pela Natureza. Esse triunfo da religião natural sobre as religiões positivas mostra-se um testemunho indubitável, assevera Barros, da grande imposição do espírito laico em todas as esferas. No entanto, a crença na razão, na ciência e no progresso abriu caminho para uma

compreender como chegamos até aqui. De acordo com a reportagem, o nipo-americano tenta explicar como os homens evoluíram das tribos aos atuais e complexos arranjos políticos.

⁵ “[...] produzindo aquelas figuras dos papas renascentistas, mais preocupados com a arte e o poder do que com a piedade, e permitindo ou estimulando a corrupção da Igreja Católica, contribuindo, por ação e omissão, para o êxito da rebelião representada pela Reforma” (BARROS, 1993, p. 95).

⁶ Barros extrai essa noção, de movimento pendular das épocas históricas, do livro *A crise social de nosso tempo* (1942), de Wilhelm Röpke (1899-1966). A intenção de Röpke, segundo o filósofo, não é estabelecer uma lei histórica, mas apenas mostrar que os séculos espirituais não estão restritos a limites cronológicos. Faz-se, assim, analogias espirituais entre períodos históricos. Em *A miséria do historicismo*, Popper reforça que todos esses casos de repetição abarcam circunstâncias amplamente diversas, e que podem exercer relevantes influências em desenvolvimentos futuros. Não há razão, no entanto, em afirmar que a repetição de um desenvolvimento histórico esteja em paralelo com o seu protótipo (POPPER, 1980). Para mais informações sobre esse movimento, cf. também o ensaio que dá título ao livro que aqui usamos: “Razão e racionalidade”. In BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Razão e racionalidade: ensaios de filosofia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993. p. 3-15.

nova forma de escatologia que se desenvolveu nitidamente, no século seguinte, juntamente com a “consciência histórica”.

Por conseguinte, o século XVIII, em contraste com o XIX, talvez pudesse ser descrito como o “século da estática” (BARROS, 1993, p. 96). Nele, por mais que se conceba o aperfeiçoamento humano em função da difusão das “luzes”, tal aperfeiçoamento não passa de uma forma de racionalidade a ser conquistada através do esforço e pela educação, pelo aperfeiçoamento da legislação e do sistema político. Por outro lado, nos Oitocentos, essa visão cede espaço a uma “Razão Histórica” (BARROS, 1993, p. 97) que levaria em si seu próprio destino e que conduziria o homem, considerando etapas necessárias, a seu último estágio. Destarte, as filosofias da História, ou ideologias, iriam interromper o processo laicizante continuado pela Ilustração.

Dessa forma, utilizando expressão de Raymond Aron (1905-1983), Barros diz que as “religiões seculares” (BARROS, 1993, p. 98) ou, simplesmente, as grandes ideologias, trouxeram ao homem sedento de sentido, do Absoluto, uma maneira de justificação ao substituir, de modo funcional, as religiões tradicionais. Uma delas, o nazismo ruiu com a Segunda Guerra Mundial, mas a outra, o socialismo, com ela se agigantou e, para além de todas as denúncias relacionadas à sua forma truculenta de dominação e à sua capacidade de gerar penúria e submissão espiritual, gerou uma cisão no mundo e proclamou-se “o destino inevitável de toda a humanidade” (BARROS, 1993, p. 98), pelo menos até, nas palavras do autor, “[...] o momento em que, como um castelo de cartas, para espanto geral, desmoronou a partir de seu próprio interior, o que era algo inteiramente impensável e inimaginável até então” (BARROS, 1993, p. 98).

Assim, o fim das ideologias mostra-se como um reencontro com o processo laicizador dos tempos da Ilustração. O mundo moderno, portanto, passa a caminhar para o que Barros chama de “segunda laicização” (BARROS, 1993, p. 99) A primeira estremeceu os alicerces da religião tradicional; a segunda não apenas estremeceu, mas parece ter derrubado as religiões seculares.

Voltemos ao universo imaginado por Fukuyama em seu famoso ensaio. Não se trata, diz Barros, de um “fim da História” para todo o sempre, mas das características de uma época que dificilmente teria se tornada real, estendida a todo o mundo. Sem a defesa de grandes ideais, com o elevado aperfeiçoamento tecnológico e o cada vez mais sofisticado cálculo econômico, esse mundo só poderia ter, como valor insuperável, o prazer (tendo, como Han observa ultimamente, a busca por cada vez maior desempenho como uma de suas premissas). Esse hedonismo que se imporia aos homens, e que ofusca qualquer vestígio ético ou metafísico da consciência, poderia ser posto em xeque por dois problemas de índole e alcance distintos. O primeiro, de menor importância, refere-se a uma questão de todo especulativa que, no entanto, é importante considerar: as conquistas técnicas e econômicas dos homens,

ainda que possam oferecer comodidades cada vez maiores, não são frutos do gozo, mas do trabalho. No entanto, a pura fruição desses benefícios não costumam ser, geralmente, um incentivo ao labor, de uma forma que o mundo hedonista acabaria comprometendo as suas próprias bases de sustentação à medida que se entregasse cada vez mais aos prazeres. Por essa circunstância, acabaria por exigir um mínimo de esforço (por mais mecanizada que se tornasse a produção e independente da força de trabalho humana). Em seu *Psicopolítica*, Han, contudo, observa que:

É o constante sentimento de ansiedade que leva a uma atividade empresarial incansável. E o capitalismo que Weber analisa é um capitalismo ascético de acumulação, que segue a lógica racional, e não a emocional. Por isso, Weber não tem acesso ao capitalismo do consumo que capitaliza emoções. Significados e emoções também são vendidos e consumidos no capitalismo do consumo. Não é o valor de uso, mas o valor emotivo ou de culto que é constitutivo da economia do consumo (HAN, 2018, p. 63).

Todavia, o mundo liberal-capitalista não nasceu, de forma alguma, de um impulso de gozo. Sua centelha foi a fé no trabalho e no esforço, seja essa fé interpretada weberianamente, como uma consequência da ética calvinista, ou de qualquer outra maneira (BARROS, 1993). Ainda que a pura ambição, ou a busca por melhores desempenhos, fosse sua mola-mestra, em um quadro diferente do que Weber sugeriu, ela se vincula com muito mais intensidade ao desejo de poder ou de realização pessoal integrante de um mundo que aprendera a valorizar o indivíduo mais do que seu desejo de desfrute.

Há, ainda, o segundo problema que, ao ver de Barros, parece mais sério e que se encontra bem diante dos nossos olhos, tanto nos movimentos que se opõem à referida sociedade de consumo quanto nos países, regiões ou camadas populacionais em que esse modelo de sociedade é uma realidade autêntica. As reações individuais ou coletivas a essa sociedade do conforto, do cálculo econômico e do cansaço conduz deixando de lado a questão da real sinceridade da rejeição e focando nas consequências. Contestando tudo e conduzindo à violência gratuita à autodestruição da personalidade. É o que acontece os problemas da saúde e da segurança pública no nosso país, a perdição na abjeção das drogas e do tráfico:

Aliás, o viciado e o traficante são duas faces inseparáveis da mesma realidade. Nesta mistura existe uma espécie de prazer pervertido (impossível não formular aqui um juízo de valor), em que o primeiro se esconde ou foge de si mesmo e de seu vazio espiritual (às vezes sob o pretexto de preencher o vácuo com a “viagem” proporcionada pela droga, que é um não doentio que ele opõe à realidade); e, no qual, o segundo, cuja consciência embotada não chega a atingir dimensões realmente humanas, acredita encontrar um meio de “ser alguém” – ou simplesmente de ser. Vazio espiritual do primeiro e vazio moral do segundo, eles frequentemente intercambiam suas posições e se confundem na total falta de sentido da existência, que o viciado, no fundo, deseja negar e o traficante imagina preencher com o poder que o dinheiro lhe dá, para obter alguma forma de prazer

que, na sua visão amoral da vida, parece justificar-lhe o “estar aí”, neste mundo sujo que é o único que pode conceber (BARROS, 1993, p. 102-103, destaques do autor).

Referindo-se à dialética hegeliana do senhor e do escravo, Han diz que é o medo da morte, ou, no caso do viciado e do traficante, o temor da total dissolução na falta de sentido da existência, que leva o escravo a submeter-se ao seu senhor (HAN, 2014). A escravidão torna-se preferível à ameaça da morte. A sociedade atual, de acordo com Han, é, assim, uma sociedade do mero viver. Quem não tem liberdade frente à morte, ainda que seja a de assumir algum comportamento dito abjeto, não ousa viver.

Por tamanhas razões, não acreditamos na permanência de um mundo voltado ao prazer tout court; como também julgamos difícil uma sociedade permanecer equilibrada a partir de uma entrega desesperada ao “trabalho pelo trabalho” (BARROS, 1993, p. 103) que, desatrelada das compensações religiosas oferecidas pelo puritanismo calvinista, caminharia rumo ao descontrolo da personalidade, do stress permanente e do vazio compensado por “doses de prazer”, tais como o sexo mercadejado e certos vícios variados.⁷ O próprio Fukuyama, que se aventurou a propor o “fim da História”, não pode deixar de acentuar, no final de seu ensaio, o caráter inglório desse mesmo fim. Barros observa que, no entanto, esse “fim da História”, e podemos situá-lo em relação à sociedade de desempenho de Han, acaba por assemelhar-se menos à “decadência do Ocidente” (BARROS, 1993, p. 103) e mais à universalização e padronização de um modelo de *homo economicus e voluptarius*. Seria mais do que um “fim da História”, tratar-se ia de um “fim do Homem”.

No entanto, tal “fim do homem”, não em termos de uma catástrofe atômica ou natural, mas espiritual, enquanto pessoa humana com significação ética, dificilmente aconteceria de forma espontânea e indolor tal como no universo voluptuário especulado como desfecho da nossa história. Esse fim espiritual exigiria uma programação absolutamente incompatível tanto com o liberalismo quanto com o capitalismo, os dois pilares postos sob ataque por Han e dados por Fukuyama como “epílogo da aventura humana” (BARROS, 1993, p. 103). Com o liberalismo, em virtude dos próprios fundamentos teóricos mais gerais deste, que vão além do nível meramente econômico em direção ao plano da afirmação ética da

⁷ Os atuais e elevados índices de suicídio na sociedade japonesa, especialmente entre os mais jovens, podem ser analisados a partir dessa ótica.

personalidade individual; com o capitalismo, tendo em vista as próprias condições de funcionamento exigidas por esse modelo. Exigindo uma iniciativa que se oponha à programação da economia.

Ora, já que mencionamos esse “fim do homem”, observemos que ele exigiria uma padronização capacitada a transformar o ente humano, aniquilando sua consciência moral e o condicionando a desempenhar mecanicamente uma função - situação que, precisamente, o totalitarismo buscou pôr em prática sem êxito. Entretanto, o ruir do totalitarismo, no fim do século passado, não implica que ele deixou de rondar o homem com a sua promessa de instauração de um reino dado como “válvula de escape” para um mundo vazio de sentido e, com contorno ainda mais trágico, consciente desse vazio.

Dessa forma, depois de realizada a experiência que agora nos parece terrível, mas que antes fascinou mentes, a “recaída” (BARROS, 1993, p. 104) no totalitarismo não deixa de continuar possível, especialmente em um mundo que tenha perdido os seus parâmetros éticos ou, que, conforme Han tanto se preocupa, instrumentaliza o Outro na enfadonha busca por desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A DEFESA DA ORDEM LIBERAL ENQUANTO ORDEM ÉTICA REGULADORA DENTRO DE UMA TRADIÇÃO CRÍTICA

Até aqui, foi-nos possível ver que a perspectiva apontada por Fukuyama, a de que a história do homem, ao chegar ao seu fim, seria substituída por uma era pragmático-liberal, ganhou um realce ainda mais forte com as discussões recentes apontadas por Byung Chul-Han. Defendendo a tese de que a sociedade atual engendra uma constante busca por desempenho por parte dos indivíduos, Han propõe, com considerável razoabilidade, uma reflexão acerca das demandas incessantes da nossa conjuntura econômica. Sendo o *homo laborans* submetido ao tribunal, por conta dos seus malogros, os juízes do desempenho logo o condenam. As sequelas dessas condenações são as patologias psíquicas do nosso século.

Roque Spencer Maciel de Barros, por outro lado, diz que não vivemos um “epílogo” do fim da História, mas, o “fim das ideologias”, ou o que chama de “segunda laicização”. Ao indicar o movimento pendular da história, o filósofo diz que, em nossa era, ao invés de o homem civilizado ver se dissolverem suas crenças no Absoluto ou na religião, vivenciou o fim das ideologias assentadas nas filosofias da história dos Oitocentos. Contudo, o autor não descarta a possibilidade de emergência de um novo surto ideológico que se apresente, até mesmo, como uma reação ao modo hedonista de viver ou como fortalecimento de algum “despotismo infantilizador”.

De tal maneira, o desejo por uma ordem totalitária é algo constitutivo da própria ambiguidade da natureza do ente humano. Logo, a totalidade pode ser avistada como válvula

de escape, como uma alternativa de diluir a singularidade em uma ordem na qual a nossa responsabilidade seja substituída pelo total domínio da igualdade, da transparência:

[...] se aquele totalitarismo absoluto e universal, genética e pedagogicamente bem fundado, não vier a destruir o homem como o conhecemos, vivendo ambigualmente entre a liberdade e a totalidade (ou enquanto ele existir como tal), talvez as alternâncias e a oscilação entre a fé em um *absoluto*, sob a forma de uma religião transcendente ou imanente, ainda que secularizada (como no caso das ideologias), por um lado, e o autêntico processo laicizador, com os problemas espirituais que ele gera, dilaceradores para a grande maioria dos homens, por outro, façam parte integrante do destino do ente humano, como algo consubstancial a ele. E essas alternâncias não fariam mais do que caracterizar, por mais outro ângulo, aquela ambiguidade que nos parece a essência mesma da natureza do ente humano e de sua vida (BARROS, 1993, p. 119, destaques do autor).

Quanto a esse ser ambíguo, desde que ele conheça, sem artificialidades, a sua situação no mundo, que o processo laicizador tornou ainda mais evidente, é claro que as possibilidades por ele aventadas não podem satisfazê-lo. Ele pode viver em qualquer organização social entre as que mencionamos, mas, *ipso facto*, se o seu *eu* não for extirpado por via de processos técnico-científicos, não pertencerá a nenhuma delas. Ele buscará e terá de encontrar a sua própria saída e, de acordo com Barros, parece-nos que, talvez, nem sequer tenha o direito de fazer proselitismo, não em favor dessa saída, mas, pelo menos, em prol dos fundamentos em que ela esteja assentada:

Mas, que saída ou solução poderá ser esta? Não temos, certamente, *a resposta* para a questão – mesmo porque *a resposta* muito provavelmente não existe -, mas *uma resposta*. Esta se funda em valores que não podemos universalizar e numa concepção, de um lado, das condições de possibilidade de uma vida ética efetiva, convencional, mas nem por isso arbitrária, e, de outro, de uma certa forma de organização social que seja, nas suas linhas gerais, compatível com a primeira e que lhe permita subsistir. Com essa organização social, aliás, poderão sem dificuldades maiores concordar indivíduos presos a outras orientações espirituais que a do final deste ensaio. Isto é, os fundamentos e as premissas em que tal organização se funda não exigem a aceitação de uma visão específica do mundo e do homem, mas apenas a de certos postulados ou princípios que poderão ser justificados ou fundados de modos diferentes (BARROS, 1993, p. 109-110, destaques do autor).

A forma de organização acima referida pode ser denominada “ordem liberal” (BARROS, 1993, p. 110). Ela, de resto, está longe de ser aquela do “fim da História”, imaginado por Fukuyama, ou da “sociedade de desempenho”, analisada por Han. Ambas dominadas por preocupações técnico-econômicas, que, respectivamente, conduzem a uma sociedade hedonista, ou do mero prazer, e a uma sociedade do cansaço ou do adoecimento psíquico. Insatisfatórias para o homem - ao menos para o qual a dimensão espiritual da vida seja realmente relevante.

Uma ordem liberal configura-se, antes de tudo, como uma ordem moral, em que os indivíduos, valorizados pelo simples fato de serem singularidades, são considerados não como

instrumentos de quem quer que seja – sociedade, Estado, partido, Igreja, seita ou classe social –, mas como fins em si mesmos. Portanto, uma ordem liberal não se caracteriza de modo exclusivo, como muito vem sendo enfatizado, inclusive por seus críticos, pelo seu aspecto econômico. Naturalmente, admitimos que a “liberdade econômica”, com necessárias restrições, realmente seja de suma importância para a ordem liberal. No entanto, não representa o seu âmago, a não ser dentro de uma visão distorcida ou exclusivamente técnico-econômica do homem e das suas necessidades.

Enquanto concebida como ordem ética, a ordem liberal garante e fomenta as liberdades civis, política e econômica. Tal garantia faz-se pelo fato de essa organização ver o ente humano como criatura livre, capaz de escolher, e fonte de todos os valores. Em relação ao restante, a ordem liberal cuidará de dar as condições devidas para que cada um realize os seus desejos sem que isso implique a simples instrumentalização do Outro. Essa última condição apresenta-se como incompatível com os messianismos e utopias salvacionistas de um *admirável mundo novo*, que pretendem solucionar, absoluta e definitivamente, os problemas humanos.⁸ Outrossim, uma ordem liberal genuína, diz Barros, sempre terá a precariedade como a sua marca, refazendo-se a cada instante. Ela será mais uma ideia reguladora, orientando as ações dos homens e dos governos, e menos uma ideia constitutiva, que organiza de forma rígida e majestosa as relações humanas, tal como a noção de “fim da História” de Fukuyama e “sociedade de desempenho”, de Han, deixam transparecer.

A partir dessas breves considerações, vemos, e Barros reforça isso, que elas são insuficientes para descrever a ordem liberal dentro de suas diversificadas faces e soluções. Uma vez que fundamentalmente aberto, o modelo de organização social perfilhado pelo liberal deixa livre o campo para a realização de seus membros, partícipes de um reino de fins. Inclusive, a própria ideia de liberdade, nessa abertura, fica sob o risco de contestação uma vez que, tendo em vista a própria ambiguidade constitutiva do ente humano, em qualquer instante, em lugar próximo ou distante de nós, podem ser tentadas outras experiências que venham aniquilar o ideal de liberdade.

⁸ Sobre essa abordagem, vale a pena a leitura do interessante livro de Alberto Oliva: *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético: a negatividade como fundamento da visão de mundo liberal*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

REFERÊNCIAS

A história venceu: Francis Fukuyama joga a toalha. Disponível em: <<<https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-historia-venceu/>>>. Acesso em 12 de jun. 2019.

BARROS, R. S. M.. *Razão e racionalidade: ensaios de filosofia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

FUKUYAMA, F. *The end of History and the last man*. New York: Harper Perennial, 1993. n. p.

HAN, Byung-Chul. *La agonía del eros*. Tradução de Raúl Gabás. Barcelona: Herder, 2014.

_____. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âviné, 2018.

_____. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVA, A. *Entre o dogmatismo arrogante e o desespero cético: a negatividade como fundamento da visão de mundo liberal*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

POPPER, K. R. *A miséria do historicismo*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix - Edusp, 1980.

_____. “Rumo a uma teoria racional da tradição”. In _____. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath. 2 ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 147-160.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PROPOSTAS PELO GOVERNO MICHEL TEMER

INTEGRAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE EDUCATIONAL POLICIES PROPOSED BY MICHEL TEMER'S GOVERNMENT

Francisco Fernandes Ladeira¹
Nucia Aparecida dos Santos Mendes²

Resumo

Quando se debate sobre as medidas que podem ser tomadas para que o Brasil tenha um melhor sistema educacional, a temática “Educação Integral” surge como uma das propostas mais citadas pelos especialistas na área educacional. No entanto, parte das ações governamentais relacionadas à Educação Integral foca apenas em aspectos quantitativos, limitando-se à permanência dos alunos por um longo período nas escolas, não levando em considerações o pleno desenvolvimento do discente. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre a situação da Educação Integral diante das reformas educacionais propostas pelo governo interino de Michel Temer. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica sobre as diferentes concepções de Educação Integral, apresentamos alguns exemplos de práticas educativas e analisamos como as mudanças educacionais do governo Temer podem afetar o sistema educacional brasileiro, de maneira geral, e a Educação Integral, em particular.

Palavras-chave: Educação Integral. Reformas educacionais. Aluno.

Abstract

Each individual has specific cognitive characteristics and has their own time to learn a certain content. In basic education, for example, many students have more affinities with disciplines related to the Human Sciences; others present greater ease to Exact Sciences or Biological Sciences. Some children already have physical and / or mental impairments that make school learning difficult. In this sense, in order to bring together students who need specialized educational services, the Special Schools were created in the middle of the 19th century. On the other hand, many authors advocate the end of special education and support the inclusion, without distinction, of all students in regular education. Thereby, the present work seeks to discuss positive and negative aspects present in the Special Schools and the policies of school inclusion. Differently from the manichean conceptions, which focus only on the permanence of students with special educational needs in educational establishments adapted to their characteristics or on the inclusion of these students in the so-called regular education; we consider that,

1 Escola Estadual Adelaide Bias Fortes – EEABF; Escola Estadual Detetive Marco Antônio de Souza – EEDMAS. Mestre em Geografia Escolar – UFSJ. E-mail: ffernandesladeira@yahoo.com.br.

² Graduada em Magistério – UFMG.

regarding the teaching-learning process, Special School and Regular School are not excluded, but complement each other.

Keywords: *School inclusion. Special education. Regular education. Student.*

INTRODUÇÃO

A temática “Educação Integral” tem sido no decorrer dos anos uma questão bastante presente em inúmeros debates realizados pelos mais vários setores de nossa sociedade. Por sua vez está contemplada nas reflexões de importantes pensadores como Anísio Teixeira, Paulo Freire e Darcy Ribeiro; e, em projeto educacionais como a “Escola Parque”, os “Centros Integrados de Educação Pública” (CIEPs), os “Centros Integrados de Atendimento à Criança” (CIACs), os “Centros de Atenção Integral à Criança” (CAICs) e o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC).

Presente no cenário brasileiro desde o começo do século XX, a “Educação Integral” vem ganhando cada vez mais importância no debate público nacional, principalmente no contexto de início de vigência da política educacional preconizada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), onde consta na Lei n. 13.005/2014 como meta número 6, para que “crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira” (BRASIL, 2014; EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, s/d).³

De maneira geral, a nomenclatura “Educação Integral” pode induzir a um grave equívoco interpretativo: considerar que, se o estudante permanece durante praticamente todo o dia na escola, ele terá acesso, automaticamente, a uma Educação Integral. Todavia, o conceito de “Educação Integral” é muito mais amplo do que porventura possa aparentar.

Segundo o Centro de Referência em Educação Integral, a Educação Integral parte do pressuposto de que o sistema educacional deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e

³ De acordo com o Censo Escolar 2017, aproximadamente 8% dos alunos brasileiros estavam matriculados no ensino médio em tempo integral, isto é, tinham jornadas escolares diárias de sete horas em média (INEP, 2018).

comunidades locais. Portanto, a ideia de Educação Integral abrange questões que estão muito além do “tempo de permanência de um aluno na escola” (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, s/d).

Três pilares básicos sustentam a concepção de Educação Integral. O primeiro deles, conforme mencionado anteriormente, corresponde ao pleno desenvolvimento ontológico do ser humano, isto é, em todas as suas dimensões. Para ter um ambiente de educação integral, o aluno deve ser formado não só do ponto de vista intelectual, mas também no afetivo, no social e no físico. O segundo pilar da “Educação Integral” está presente na integração de tempos e espaços, com a inclusão de diversos atores no processo educativo. Consequentemente, a educação não deve ficar limitada ao espaço escolar e tampouco se apoiar exclusivamente no professor. A educação integral é, portanto, aquela em que os cidadãos se envolvem e compartilham saberes, dentro ou fora da escola. Já o terceiro pilar corresponde ao desenvolvimento das atividades em tempo integral.

No entanto, as reformas educacionais propostas pelo governo de Michel Temer (instalado em caráter interino no dia 12 de maio de 2016 e empossado definitivamente após a concretização do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto do mesmo ano) tendem a trazer profundas modificações no sistema educacional, o que inclui, evidentemente, a Educação Integral.

Nesse sentido, o presente trabalho faz algumas reflexões sobre a situação da Educação Integral diante das reformas educacionais propostas pelo governo Michel Temer. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica sobre as diferentes concepções de Educação Integral, apresentamos alguns exemplos de práticas educativas e analisamos como as mudanças educacionais do governo Temer podem afetar o sistema educacional brasileiro, de maneira geral, e a Educação Integral, em particular.

Devidamente cientes sobre todos os riscos de produzir uma análise sobre acontecimentos ainda em andamento, ou seja, no chamado “calor dos fatos”. Com este trabalho não pretendemos produzir respostas prontas ou conclusões definitivas sobre a temática analítica proposta. Também não concebemos nossas colocações como herméticas, acrílicas, completas ou absolutas.

No entanto, consideramos que, se determinadas questões – como a Reforma do Ensino Médio, o projeto “Escola Sem Período” e os congelamentos de gastos públicos em educação – não forem discutidas de imediato e, o que seria pior, forem implementados unilateralmente; as atuais e novas gerações de estudantes terão seus processos de escolarização seriamente comprometidos, o que poderá reverberar, consequentemente, no próprio desenvolvimento do Brasil enquanto nação.

ANALISANDO O CONCEITO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Neste tópico serão apontadas algumas concepções sobre o conceito de Educação Integral presentes em documentos de órgãos governamentais e nas obras de importantes pensadores da educação brasileira. Para tanto, foram feitas revisões bibliográficas sobre a literatura especializada e as buscas virtuais através de sites de pesquisa como Google.

Segundo Maurício (2009), a “Educação Integral” é uma prática educacional que reconhece o indivíduo como um todo, isto é, em sua integralidade e não como um ser fragmentado entre corpo e intelecto. Esta integralidade constrói-se por meio de diversas linguagens em atividades e circunstâncias variadas, que abrangem o desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo, físico e social.

Ainda nessa linha de raciocínio, Isa Guará (2006, p. 16) concebe a “Educação Integral” como uma modalidade de ensino que:

Traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação de homem integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando como tarefa prioritária da educação, a formação do homem compreendido em sua totalidade. Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. Agrega-se à ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade.

Uma modalidade de ensino integral bastante difundida no Brasil é a chamada educação profissionalizante, realizada através de cursos técnicos integrados ao ensino médio, oferecida em Colégios Agrícolas, Institutos Federais (IFs) e em projetos como o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

De acordo com Cunha (2008, p. 109), o ensino integrado expressa uma concepção de formação humana calcada na integração de todas as dimensões da vida no processo

educativo, visando à formação *omnilateral* dos indivíduos⁴. Tais dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao próprio ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência entendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; e, a cultura que representa os valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma determinada sociedade⁵.

Para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2016), “Educação Integral” pode ser definida como:

A opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde. Além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza. Aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos.

Durante o período de desenvolvimento deste trabalho, o MEC contava com dois programas de “Educação Integral”: o Mais Educação (direcionado ao ensino fundamental) e o Ensino Médio Inovador.

⁴ O conceito de “omnilateralidade” é de grande importância para a reflexão em torno do problema da educação em Marx. Ele se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho e pela reificação e pelas relações burguesas estranhadas, enfim. Esse conceito não foi precisamente definido por Marx. Todavia, em sua obra há suficientes indicações para que seja compreendido como uma ruptura ampla e radical com o homem limitado da sociedade capitalista (SOUZA JUNIOR, s/d).

⁵ Contudo, Ramos (2010) adverte que a formação integrada não deve ser tratada como mera integração dos currículos do ensino médio e do técnico, mas como obrigação ética e política que garanta que esta formação se dê sob uma base unitária de formação geral. Ela deve ser compreendida como uma solução transitória e possível (MOURA, 2007). Deve ser uma condição social e historicamente necessária para a travessia em direção à consolidação do ensino médio unitário com incorporação de elementos da educação politécnica (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; VIEIRA; VIEIRA, 2016).

Criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, o “Mais Educação” é uma estratégia do Ministério da Educação para melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Já o chamado “Ensino Médio Inovador” (EMI) tem por objetivo apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico e flexível que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual. Deste modo, visa promover a formação integral dos estudantes e fortalecer o protagonismo juvenil com a oferta de atividades que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, do aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e do desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras.

Mais abrangente do que “Mais Educação” – que foca o seu escopo em apenas duas disciplinas (Matemática e Língua Portuguesa) – as ações propostas pelo EMI contemplam as diversas áreas do conhecimento, a partir do desenvolvimento de atividades em oito Campos de Integração Curriculares (CIC): I - Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática); II - Iniciação Científica e Pesquisa; III - Mundo do Trabalho; IV - Línguas Adicionais/Estrangeiras; V - Cultura Corporal; VI - Produção e Fruição das Artes; VII - Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital; VIII - Protagonismo Juvenil.

Desse modo, podemos perceber que as diferentes concepções sobre “Educação Integral” apresentam como principal ponto de convergência a ideia de fomentar-se uma formação escolar mais completa, buscando, assim, alcançar a aprendizagem em sua totalidade.

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

De uma maneira geral, as experiências em “Educação Integral” no Brasil não foram bem-sucedidas. Alguns fatores contribuíram para esta realidade como foco apenas a permanência de alunos na escola, a falta de investimentos financeiros, de preparação adequada e boicote dos grandes meios de comunicação.

A primeira experiência efetiva da Educação Integral como política pública implementada no país foi protagonizada pelo renomado educador Anísio Teixeira, através de uma escola de tempo integral, o “Centro Educacional Carneiro Ribeiro”, inaugurado em 1950. Segundo Anísio Teixeira, a educação integral era um meio de chegar-se à formação completa da criança. Em sua concepção de escola, o educador enfatizava:

Haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois

turnos, para cada criança. [...] no primeiro turno a criança receberá, em prédio econômico e adequado, o ensino propriamente dito; no segundo, receberá em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis. (TEIXEIRA, 1997, p. 243)

Nas décadas de 1980 e 1990, outro importante intelectual brasileiro, o antropólogo Darcy Ribeiro esteve à frente de um projeto de “Educação Integral”: os chamados Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), implantados nos governos de Leonel Brizola (PDT), no estado do Rio de Janeiro, durante as décadas de 1980 e 1990.

Para a concretização dos CIEPs (1983-1986/1991-1994), Ribeiro (1986) recorreu às ideias liberais de Teixeira e à literatura sociológica para corroborar a defesa da escola em tempo integral como eixo de uma experiência política mais justa, democrática e humana.

O antropólogo reconhecia as dificuldades do Brasil em incorporar os setores populares na agenda de benefícios sociais. Diante disso, ele defendeu aqueles ideais de Teixeira e colocou na escola pública de tempo integral a expectativa positiva de alterar a tradição elitista e ampliar o alcance do bem-estar a um número mais expressivo de receptores.

Darcy Ribeiro estava convencido de que a escola pública brasileira ainda não podia ser chamada de pública. Elitista e seletiva, ela não estava preparada para receber quem não tivesse acesso aos bens materiais e simbólicos que contam e interferem diretamente no desempenho. Exigia da criança pobre o rendimento da criança abastada. Remava na direção contrária à de sua clientela principal. (BOMENY, 2009, p. 115)

Outras experiências de escola pública de tempo integral nos moldes dos CIEPs ocorreram no século XX. Na década de 1990, temos os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs) e/ou os Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs), experiências realizadas em áreas metropolitanas do território nacional. Na mesma época, no Estado de São Paulo, desenvolveu-se também o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC – 1988), que fornecia, por meio de convênio, recursos e financiamento às prefeituras para apoiar experiências de ampliação do tempo escolar.

Todavia, essas políticas públicas que se configuraram como programas educacionais não vingaram de forma consistente e duradoura, assim como as escolas-classe e escolas-parque de Anísio Teixeira (CAVALIERE, 2007; COELHO, 2009; MAURÍCIO, 2009; PESTANA, 2014).

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO TEMER

Conforme já mencionado na introdução deste trabalho, Michel Temer assumiu a presidência da República em caráter interino no dia 12 de maio de 2016 e foi empossado

definitivamente após a concretização do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto do mesmo ano.

Em seu breve mandato, Temer colocou em prática medidas que estavam em desacordo com o projeto de país presente no programa de campanha da chapa vitoriosa na campanha presidencial de 2014, formada pelo próprio Michel Temer e Dilma Rousseff. Não obstante, o seu governo foi bastante semelhante à agenda neoliberal proposta pela chapa que fora derrotada no segundo turno do pleito de 2014, composta por Aécio Neves e Aloísio Nunes.

As políticas educacionais propostas pelo governo Temer previam o aumento da carga horária para cumprir a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê que, até 2024, 50% das escolas e 25% das matrículas na educação básica (incluindo os ensinos infantil, fundamental e médio) estejam no ensino de tempo integral. Com esse objetivo, foram liberados 406 milhões de reais para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), com a finalidade de ampliar de 516 escolas da modalidade financiadas pelo MEC, em 2017, para 967 em 2018.

Para Ladeira e Leão (2018), as propostas de mudanças educacionais, como o projeto intitulado “Escola Sem Partido” e o “Novo Ensino Médio”, ao eliminarem as discussões políticas em sala de aula (sob o pretexto de uma suposta neutralidade ideológica), sobretudo nas aulas de Geografia, História, Filosofia e Sociologia; e excluírem algumas disciplinas da matriz curricular obrigatória Química, Física e Biologia (a partir do argumento de uma pretensa autonomia discente em relação ao conteúdo estudado) que tendem a comprometer tanto a formação de cidadãos críticos quanto o acesso dos alunos a conhecimentos produzidos em importantes campos científicos.

Já a Reforma da Educação Profissional, especificamente tratando dos desdobramentos da Lei nº 13.415/2017 para o Ensino Médio Integrado, está pautada “num paradigma tecnicista de educação, em que o ensino está fundamentalmente, a serviço das necessidades econômicas e às exigências do setor produtivo” (LEMOS *et al.*, 2016, p. 457).

Em relação ao fracasso da educação tecnicista no Brasil, Silva (2001, p. 33-34) afirma:

A pedagogia tecnicista surge no Brasil na década de 1960 no bojo do período desenvolvimentista, momento em que busca pela qualificação de mão de obra com vistas ao aumento da produtividade que se acentua, sendo atribuída à educação de baixa qualidade, com altos índices de evasão e repetência a responsabilidade pela inexistência de trabalhadores qualificados para assumir as funções requeridas pelo mercado de trabalho. [...] Esses elementos levam a educação a absorver a ideologia empresarial fundamentada no controle produtivo com base nas ideias de Frederick W. Taylor, tendo em vista a necessidade de impedir que as contradições geradas pelo capitalismo inviabilizassem seu desenvolvimento. [...] Sempre, ao final do processo, há a ênfase no produto acabado, desconsiderando a educação como processo.

Já sobre os impactos negativos do Novo Ensino Médio no Ensino Médio Integrado, Lemos *et al.* (2016, p. 456-457) enfatizam:

A Reforma do Ensino Médio [...] traz à tona as concepções políticas conservadoras/liberais do “novo governo” e aponta para um tratamento de descaso para com a Educação Profissional, especificamente no que se refere ao Ensino Médio Integrado (EMI). Um reflexo do momento histórico, político e econômico, representando os interesses presentes em distintos para a educação nacional. [...] a política reducionista da formação básica, em relação ao tempo curricular e a não obrigatoriedade de oferta de áreas do conhecimento em todos os anos do Ensino Médio, terá desdobramentos imediatos para a Educação Básica e para a Educação Profissional.

Em suma, as políticas educacionais alavancadas pelo governo Temer se mostram equivocadas tanto no tocante aos conteúdos, conforme o já frisado; quanto em relação aos valores investidos, pois, “para a implementação de uma política de oferta de tempo integral estruturada, isto é, que leve em consideração tanto a ampliação de matrículas quanto a qualidade do ensino, seria necessário no mínimo 1 bilhão de reais” e não somente os 406 milhões de reais para o Programa de Fomento às EMTI (CARA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se debate sobre as medidas que podem ser tomadas para que o Brasil tenha um melhor sistema educacional, a temática “Educação Integral” surge como uma das propostas mais citadas pelos especialistas na área educacional. No entanto, boa parte das ações governamentais relacionadas à Educação Integral foca apenas em aspectos quantitativos, limitando-se à permanência dos alunos por um longo período nas escolas, não levando em considerações o pleno desenvolvimento do discente.

Desse modo, concordamos com Cara (2018) que as políticas educacionais não devem se preocupar somente com a ocupação dos jovens, mas com a formação integral deles, assim como determina a Constituição Federal de 1988.

Conforme já apontaram inúmeros estudos como Cavaliere (2007), Coelho (1997) e Libâneo e Freitas (2008), é preciso estar atento para o fato de que o aumento do tempo escolar por si só não contribui necessariamente para que os alunos aprendam ou que haja elevação na qualidade do ensino. Tampouco garante que as atividades escolares sejam diversificadas, ampliando as oportunidades educativas para outros tipos de conhecimentos culturais e científicos.

Também não basta que os docentes da Educação Integral trabalhem em várias escolas ou em outros empregos. Eles devem ser contratados em regime de dedicação exclusiva, em

uma única instituição, pois somente assim a escola de tempo integral poderá caminhar para um ensino de melhor qualidade (LIBÂNEO; FREITAS, 2018).

REFERÊNCIAS

- BOMENY, H. A escola no Brasil de Darcy Ribeiro. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 109-120, abr. 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- CARA, D. In: MATUOKA, Ingrid. Sob justificativas equivocadas, governo Temer anuncia investimento no Ensino Médio integral. *Centro de Referência em Educação Integral*. 2018. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/sob-justificativas-equivocadas-governo-temer-anuncia-investimento-no-ensino-medio-integral/>>. Acesso em 9 abr. 2020.
- CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007.
- CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. *O que é educação integral?*. s/d. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/conceito/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.
- COELHO, L. M. C. C. Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental. In: ABRAMOVICZ, A.; MOLL, J. *Para além do fracasso escolar*. Campinas, Papirus, 1997. p. 191-208.
- _____. (Org.). História(s) da educação integral em tempo integral. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.
- CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Unesp, 2008.
- EDUCAÇÃO & PARTICIPAÇÃO. Educação integral: um conceito em busca de novos sentidos. *Temáticas da Educação Integral*. Disponível em: <<https://educacaoeparticipacao.org.br/tematica/educacao-integral-um-conceito-em-busca-de-novos-sentidos/>>. Acesso em: 9 abr. 2020.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GUARÁ, I. M. F. R. É imprescindível educar integralmente. *Cadernos CENPEC*, São Paulo, v. 2, p. 7-167, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Inep/MEC divulga Censo Escolar 2017. *Ministério da Educação*. Brasília, 30 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-mec-divulga-censo-escolar-2017/21206>. Acesso em: 2 mai. 2020.
- LADEIRA, F. F.; LEÃO, V. P. *A influência dos discursos geopolíticos da mídia no ensino de Geografia: práticas pedagógicas e imaginários discentes*. Curitiba: CRV, 2018.
- LEMONS, L. H. G. et al. A reforma do ensino médio integrado a partir da Lei 13.415/2017: Nova lei - velhos interesses - um recorte histórico a partir do Decreto 2.208/97 aos dias atuais. In: *Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios*. Anais...Brasília (DF) Instituto Federal de Brasília, 2017.
- LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. M. (Org.). *Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018.
- MAURICIO, L. V. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, L. M. C. C. (Org.). *Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo*. Petrópolis, RJ: DP et alli, p. 53-68, 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação Integral*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://educacaointegral.mec.gov.br/>>. Acesso em: 1º mai. 2020.

MOURA, D. H. Educação Básica e Educação Profissional: dualidade histórica e perspectiva de integração. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 30, Caxambu, 2007. Anais... Caxambu: ANPED, 2007.

PESTANA, S. F. P. Afinal, o que é Educação Integral? *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 9, n. 17, janeiro/junho de 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/viewFile/1713/1562>>. Acesso em 2 mai. 2020.

RAMOS, M. Ensino Médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In: MOLL, J. (org). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SOUZA JUNIOR, J. Omnilateralidade. Verbetes. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, E. F. A aula no contexto histórico. *In: VEIGA, Ilma P. A. (org.). Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas, SP: Papyrus, p. 15-42, 2008.

TEIXEIRA, A. S. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

VIEIRA, J. A.; VIEIRA, M. M. M. Formação integrada do ensino médio com a educação profissional: o que dizem as pesquisas. *Revista Thema*, v. 13, p. 79-92, 2016.

A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO PRECOCE DA PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

THE IMPORTANCE OF NURSING IN EARLY CARDIORRESPIRATORY STOP CARE IN URGENCY AND EMERGENCY

Angélica Atala Lombelo Campos¹

Luana Almeida Garcia²

Edvaldo José Vieira Junior³

Resumo

A parada cardiorrespiratória é uma emergência que requer o reconhecimento e as manifestações clínicas como procedimento prioritário de toda a equipe da unidade emergencial independente da especialidade. A eficiência, portanto, está em um atendimento rápido de forma a contar com o apoio e o suporte básico necessário para realizar as primeiras ações. Dessa forma, este artigo se propõe a apresentar o estado da arte a respeito do atendimento inicial aos pacientes com parada cardiorrespiratória de forma a identificar as ações principais, os benefícios e a compreensão mais ampla sobre o procedimento em unidades de emergência. Para tanto, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, com buscas de artigos científicos nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando os descritores: Parada cardíaca; Insuficiência respiratória; Emergências; Socorro de Urgência, Assistência à Saúde. Foram incluídos na análise 23 artigos. A equipe de enfermagem exerce importante papel na assistência à parada cardiorrespiratória, importante emergência clínica, vivenciada nos diversos contextos da assistência à saúde. Contudo, a falta de recursos humanos capacitados e recursos materiais, constituem obstáculos para prestação da assistência de qualidade. Nesse sentido, torna-se de imprescindível identificar as dificuldades dos profissionais da saúde no atendimento à parada cardiorrespiratória, para que os procedimentos sejam realizados de forma segura, adequada, segura e com resultados satisfatórios garantindo a recuperação do paciente.

Palavras-chave: Equipe de Enfermagem. Emergências. Parada cardíaca.

Abstract

Cardiopulmonary arrest is an emergency that requires recognition and clinical manifestations as a priority procedure for all staff of the emergency unit independent of the specialty. The efficiency, therefore, is in a fast service so as to have the support and the basic support necessary to carry out the first actions. Thus, this article

¹ UNIPAC – Docente do curso de Pós-Graduação em Enfermagem em Urgência e Emergência. E-mail: angelica.atala@hotmail.com.

² UNIPAC – Pós-graduando em Enfermagem em Urgência e Emergência. E-mail: luana_garmeida@hotmail.com.

³ UNIPAC – Pós-graduando em Enfermagem em Urgência e Emergência. E-mail: edvaldojr20@yahoo.com.br.

proposes to present the state of the art regarding the initial care to patients with cardiorespiratory arrest in order to identify the main actions, the benefits and the broader understanding about the procedure in emergency units. For that, an integrative review of the literature was carried out, with searches of scientific articles in the databases Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), using the descriptors: Cardiac arrest; Respiratory insufficiency; Emergencies; Urgency Relief, Health Care. 23 articles were included in the analysis. The nursing team plays an important role in assisting cardiorespiratory arrest, an important clinical emergency, experienced in the different contexts of health care. However, the lack of trained human resources and material resources constitute obstacles to the delivery of quality assistance. In this sense, it is imperative to identify the difficulties of health professionals in attending to cardiorespiratory arrest, so that the procedures are performed in a safe, adequate, safe and with satisfactory results guaranteeing patient recovery.

Keywords: *Nursing team, Emergencies, Heart Arrest.*

INTRODUÇÃO

As atividades desenvolvidas no âmbito da urgência e emergência devem seguir normas e padrões estabelecidos para garantir um atendimento qualidade. No contexto acadêmico e profissional, a avaliação e a abordagem inicial do paciente é, sem dúvida, umas das ações mais importantes para definição da qualidade do atendimento e do prognóstico do paciente (PERGOLA; ARAÚJO, 2008).

A avaliação do paciente admitido no pronto-socorro deve ser realizada de forma integral, rápida, objetiva e eficaz, objetivando promover a vida e reduzir as sequelas. Para tanto, a algoritmo denominado Suporte Básico Vida (SBV), estabelece parâmetros para avaliação do paciente em emergência, ou seja, pacientes em situações de risco à vida, e compreende diversas etapas (FERREIRA; GARCIA, 2001).

A parada cardiorrespiratória (PCR) é o evento de alto grau de complexidade, responsável por morbimortalidade elevada, mesmo em situações de atendimento ideal. Na PCR, o tempo é uma variável de extrema importância, estimando-se que, a cada minuto que o indivíduo permaneça em PCR, 10% de probabilidade de sobrevivência sejam perdidos. Dessa forma, seu atendimento exige rapidez, eficiência, conhecimento científico e habilidade técnica no desempenho da ação (FREITAS; PELLENZ, 2018).

A identificação e atendimento precoce à PCR usualmente é presenciada enfermagem, uma vez que esta é a categoria profissional responsável pelo acolhimento do paciente nos serviços de urgência, pois aplica o Protocolo de Manchester nas salas de triagem, além de passar mais tempo perto do paciente, e constantemente avaliando-o. Sendo assim, a atuação dos profissionais da enfermagem na avaliação e abordagem inicial do paciente é imprescindível para possibilitar resultados satisfatórios evitando danos maiores à saúde do paciente (ROTHER, 2007).

Diante do exposto, este artigo se propõe a apresentar o estado da arte a respeito do atendimento inicial aos pacientes com PCR de forma a identificar as ações principais, os benefícios e a compreensão mais ampla sobre o procedimento em unidades de emergência.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, estruturada a partir de procedimentos metódicos e ordenados, para identificar, selecionar e avaliar de maneira crítica as constatações científicas presentes na literatura a respeito da temática.

O desenvolvimento deste estudo foi norteado pelas recomendações de elaboração de revisão (ROTHER, 2007) e contou com as seguintes etapas: a) Definição do tema e estabelecimento da questão de pesquisa; b) Busca na literatura e estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; c) Categorização dos estudos e sumarização das informações; d) Avaliação dos estudos incluídos na revisão; e) Interpretação dos resultados; f) Síntese e apresentação das informações extraídas.

Os critérios metodológicos e o diagrama de fluxo para identificação, seleção, elegibilidade e inclusão das referências foram adaptados da recomendação PRISMA - *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyse* e encontram-se descritos nos tópicos seguintes:

a) Base de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

b) Descritores de assunto: Parada cardíaca; Insuficiência respiratória; Emergências; Socorro de Urgência, Assistência à Saúde.

c) Critérios de inclusão: estudos originais, realizados no Brasil, no idioma português, que abordaram o tema.

d) Critérios de exclusão: publicações que não discorreram sobre o assunto, pesquisas realizadas em outros países, além de artigos de revisão da literatura, artigos de opinião e editoriais.

e) Buscas eletrônicas: realizadas em agosto de 2018, por dois examinadores independentes, de acordo com as bases de dados e os critérios metodológicos predefinidos, utilizando um formulário padronizado em Excel® (Microsoft Office Excel®, WA, EUA). As discordâncias no decurso das etapas de seleção e elegibilidade foram solucionadas prioritariamente em consenso; diante da persistência de controvérsias, um terceiro examinador manifestava o seu parecer.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as pesquisas nas bases de dados, foram selecionadas 23 referências.

Contextualizando Urgência, Emergência e Enfermagem

O atendimento emergencial compõe as atividades exercidas por profissionais que atuam em um serviço de urgência, conforme exposto:

Serviços de urgência e emergência são unidades referência para pacientes críticos, como também são portas de entrada hospitalares do sistema de saúde brasileiro. São conhecidas igualmente pelas grandes demandas, superlotações, grande desgaste de pacientes na busca por atendimento, e do profissional, na tentativa de proporcionar atendimento digno. Essas particularidades tornam-nas unidades de grande fluxo de pessoas e de atendimento e resolução rápida (SIMÕES *et al.*, 2013).

A dinâmica das atividades em Emergência Médica compreende vários elementos que estão contextualizados no trabalho da enfermagem em assistência à saúde nas unidades hospitalares. Todo o processo de atendimento em Emergência se inicia a partir do momento que o paciente entra no serviço de urgência. Entretanto, a triagem dos pacientes usualmente é realizada no balcão de atendimento, por profissionais da unidade hospitalar e, nem sempre, é realizada por profissionais de saúde (SIMÕES *et al.*, 2013).

Neste sentido, Sobania (1993) considera importante que esta triagem seja feita por um profissional da saúde, um enfermeiro especializado em atendimento de Emergência médica, de forma a levantar os dados básicos e as condições vitais do paciente. A equipe de enfermagem de forma capacitada poderá auxiliar e agilizar o procedimento precoce com relação aos pacientes com sintomas de PCR's.

Assim, o atendimento em Urgência e Emergência significa um conjunto de ações executadas pelos profissionais de saúde capacitados e aptos a prestar serviços em diferentes condições e contextos, correspondendo a uma assistência ampla e que prioriza o atendimento aos casos de maiores riscos e mais graves. Neste sentido, os profissionais que atuam neste contexto, devem estar sempre conscientes dos princípios e conceitos éticos e legais para direcionar todas as atividades em comum acordo entre paciente/profissionais médicos e unidade hospitalar

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) teve início de suas atividades no Brasil há mais de uma década, e se expandiu em todo o território nacional. O atendimento do SAMU é realizado por uma equipe multiprofissional, e, entre estes, o enfermeiro.

Para o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2018), o enfermeiro é uma peça-chave em diferentes contextos na assistência à saúde, e, principalmente no atendimento do SAMU. O trabalho da enfermagem é essencial para que as unidades institucionais possam ofertar assistência de qualidade.

A equipe de enfermagem está envolvida em todo o contexto de atendimento da área da saúde e da urgência e emergência. Pode-se dizer que, através de níveis diferenciados na formação e capacitação, a enfermagem colabora na assistência, promoção e proteção à vida do ser humano em casos de riscos à saúde. Mais uma vez menciono nesta pesquisa, não desmerecendo a equipe médica, que também faz parte deste processo, compreendem também a importância de suas funções e determinações. O que se busca aqui é demonstrar a essencial participação da enfermagem, fazendo que o mesmo tenha consciência de si mesmo como profissional que, na busca de estar sempre preparado e cada vez mais a capacitar-se para exercer suas funções (COFEN, 2018).

Com relação às ações do enfermeiro, dentro dos dispositivos legais, se encontram as seguintes ações:

No âmbito do prescrito legalmente, encontra-se que incumbe ao enfermeiro: a direção do serviço de enfermagem (em instituições de saúde e de ensino, públicas e privadas e a prestação de serviço); as atividades de gestão, como o planejamento da assistência de Enfermagem; a prescrição da assistência de Enfermagem; os cuidados diretos aos pacientes com risco de morte; a prescrição de medicamentos (estabelecidos em programas de saúde e em rotina); e todos os cuidados de maior complexidade técnica (COFEN, 1986).

Neste seguimento, o trabalho dos enfermeiros em Urgência e Emergência, segundo Conselho Federal de Enfermagem, através da Resolução 375/2011 regulamenta a presença do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar e Inter-hospitalar, em situações de risco que possa ser conhecido ou não, e também regulamenta a Resolução⁹ 389/2011, assegurando ao enfermeiro com especialização o direito de ter seu certificado registrado no Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição, dando-lhe legalidade para atuar na área específica do exercício profissional.

Os atendimentos em urgência e Emergência têm sempre como frente das ações, em primeira instância o profissional da enfermagem. Neste sentido, compreende:

Como o enfermeiro, na maioria das vezes, é o membro da equipe que primeiro se depara com a situação de emergência, especialmente a PCR, este deve estar preparado para atuar com competência, iniciando as manobras básicas de reanimação mais cedo possível, com finalidade de restabelecimento dos batimentos cardíacos, evitando lesão cerebral, o que demanda tomada de decisão rápida, sincronismo e liderança dentro da equipe durante o atendimento (LUGON *et al.*, 2014).

Nesta visão, pode se perceber que a atuação da enfermagem no atendimento precoce com relação à PCR pode auxiliar na recuperação do paciente de forma significativa.

Parada cardiorrespiratória

No âmbito hospitalar torna-se necessário avaliar todo o contexto de atendimento em saúde em seus diferentes setores e atuações. Neste estudo em questão, faz-se uma análise considerável acerca dos recursos e procedimentos que estão relacionados às ações dos enfermeiros com paradas cardiorrespiratórias. Procedimentos estes que, quanto mais rápido o paciente ser colocado em atendimento de recuperação, mais rápido o quadro poderá se reverter (LUGON *et al.*, 2014).

Diante do exposto, a PCR é uma emergência clínica que requer o reconhecimento e as manifestações clínicas como procedimento prioritário de toda a equipe da unidade emergencial independente da especialidade. Portanto, o enfermeiro precisa estar preparado para identificar o paciente que se apresenta com indícios de PCR ou com uma parada cardiorrespiratória propriamente dita (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Para tanto, de acordo com American Heart Association (AHA, 2010), o diagnóstico clínico de PCR é realizado na presença dos seguintes sinais: “inconsciência, apnéia ou presença de respiração anormal ou *gaspings*, ausência de pulso nas grandes artérias (femoral ou carotídea), sendo a ausência do pulso carotídeo, o sinal clínico mais importante”.

Dentre os diferentes tipos de atendimentos emergenciais, compreende ao longo dos anos, as mudanças contextuais e as epidemiológicas. Assim, a mudança no perfil de morbimortalidade das doenças no Brasil é decorrente do processo de transição epidemiológica. Toda essa transição se caracteriza pelo aumento progressivo da prevalência, incidência e mortalidade das doenças crônicas não degenerativas. Segundo Oliveira *et al* (2013, p. 64-74), a compreensão desta mudança é importante na definição de prioridades dos programas de atenção à saúde.

No Brasil, as doenças do aparelho circulatório, incluindo a PCR, foram a principal causa de morte em 2011 (VANCINI-CAMPANHARO *et al.*, 2015). Estima-se a ocorrência anual de 200.000 eventos, sendo que, aproximadamente, a metade ocorre em ambiente hospitalar (CRISTINA *et al.*, 2008).

As principais etiologias da PCR incluem: causas respiratórias (Obstrução de vias aéreas superiores; Falência respiratória - hipóxia e hipercapnia; maciça aspiração ou regurgitação); Causas circulatórias (Oclusão coronariana; Arritmias; Episódios trombo-embólicos; Estimulação vagal em pacientes hipóxico; Sepsis); Distúrbios metabólicos (Hipercalcemia secundária à falência renal, maciça transfusão de sangue etc.; Desequilíbrio eletrolítico;

Hipocalcemia; Alterações do pH (acidose ou alcalose). Drogas e anestésicos (Administração rápida de drogas por via endovenosa; Dose excessiva de anestésicos; Reações de sensibilização a drogas) (CRISTINA *et al.*, 2008).

Entretanto, com base e dados em uma pesquisa, apresentada por Garcia (2007) em São Paulo, 82,4% das causas de PCR é desconhecida, e, 17,6% acontece em razão de trauma.

Diante do quadro de diferentes apresentações e causas da para cardíaca, em estudo a PCR, busca-se estratégias e ações que possam minimizar os casos em unidades de emergências ou em atendimento pré-hospitalar de forma a contribuir para que mais vítimas tenham mais tempo para sobrevivência em um atendimento mais rápido.

Com relação à PCR, vários segmentos e programas são realizados e programados em prol do paciente. Com base nestas condições, Costa e Miyadahira (2008) relatam que os programas de Acesso Público à Desfibrilação (APD) têm como objetivo principal reduzir o tempo do início do atendimento à PCR por meio de amplos programas de capacitação da população nestas manobras, e da disponibilidade de DEA em ambientes com circulação média diária de 1000 pessoas. Também a assistência prestada por equipes de Atendimento Pré-hospitalar (APH) pode otimizar as taxas de sobrevivência das vítimas de PCR, garantindo tempo-resposta de 4 a 5 minutos com disponibilidade de DEA em todas as viaturas de suporte básico e veículos de intervenção rápida, como motocicletas, ou mesmo utilizando-se de DEA disponíveis em locais de acesso público à desfibrilação.

A eficiência, portanto, está em um atendimento rápido de forma a contar com o apoio e o suporte básico necessário para realizar as primeiras ações. A utilização dos desfibriladores é de grande importância nas primeiras ações no atendimento. Os desfibriladores externos automáticos, em sua definição compreendem equipamentos portáteis e computadorizados, providos de *software* que analisa o ECG de superfície, incluindo a frequência, a amplitude, a inclinação e a morfologia da onda. São compostos por filtros que incluem a presença de sinais similares ao QRS, que estão integrados em artefatos musculares, radio transmissão, ou interferência de 60 ciclos, nos quais apresenta a possibilidade dos eletrodos estarem frouxos ou com mau contato. Os DEA (Desfibriladores Externos Automáticos) são capazes de exporem os movimentos espontâneos do paciente ou movimentos causados por outros (MITHILESH; ZIPES, 2003).

A PCR está contextualizada em âmbito hospitalar como um dos fatores de grandes riscos para a humanidade, considerando que vários casos que surgem nas unidades hospitalares. A falta de profissionais capacitados e de recursos materiais se fundamenta um dos grandes riscos para o êxito do atendimento e assistência de qualidade, gerando grandes prejuízos para a saúde pública.

Desafios e obstáculos estruturais para um atendimento eficiente

Ao evidenciar as grandes dificuldades e os obstáculos que a equipe de enfermagem enfrenta em suas atividades laborais, podemos citar a falta de recursos, de uma estrutura material significativa de modo a incentivar o profissional e promover a recuperação rápida do paciente. Vive-se uma atualidade em que os grandes centros hospitalares estão enfrentando um período de grande ausência de materiais que fazem parte das ações da equipe de enfermagem em seus diferentes contatos e atitudes com os pacientes (HUGON, 2014).

Todos os meios e recursos que forem programados e realizados devem ser avaliados e contratados periodicamente de forma a integrar o trabalho da equipe aos procedimentos mais urgentes com relação à PCR. Para tanto, devem ser desenvolvidos diferentes programas que possam ser atribuídos às ações da enfermagem (LUCENA; SILVA, 2017).

Todas as ações e procedimentos que realizam no ato do atendimento dependem diretamente dos conhecimentos que integram este processo. E, grande parte da equipe de enfermagem muitas vezes desconhece alguns fatores relevantes para as ações o que acarretam dificuldades e tensão no momento do agir (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Para que possa se estruturar em suas ações, verifica-se que:

O treinamento da equipe em relação ao atendimento da PCR deve ter como objetivo primordial, reduzir ao mínimo, a duração da mesma com medidas que permitam atuação rápida, eficiente e sistematizada atingindo automatização total, mas consciente, das diversas etapas do atendimento. Não basta simplesmente uma orientação para que se considere a equipe apta a exercer o conjunto de medidas de emergência para o tratamento da PCR. É necessário um contínuo treinamento e atualização dos conhecimentos e técnicas que permeiam toda a assistência nesse meio (SILVA; PADILHA, 2001).

Ou seja, uma equipe capacitada, bem estruturada pode com certeza realizar suas ações com segurança, dentro das normas estabelecidas regularmente pela acreditação hospitalar e acima de tudo salvar vidas. O treinamento e a capacitação da equipe multiprofissional são imprescindíveis, pois, muitas vezes o profissional possui o conhecimento teórico e científico, no entanto não está bem integrado a prática em seus diferentes processos de atuação (SILVA; PADILHA, 2001).

Dessa forma, muitos profissionais não estão capacitados para executar procedimentos complexos e invasivos de grande importância para o êxito do atendimento e qualidade da assistência. Outro aspecto que dificulta a atuação da enfermagem está também na falta de conhecimentos do profissional enfermeiro estar consciente de suas ações de sua importância de sua responsabilidade como membro de uma equipe multiprofissional estando em atendimento à PCR (SILVA; PADILHA, 2001).

Portanto, cabe aos profissionais da enfermagem a consciência da importância de suas ações, na qual vai possibilitar resultados satisfatórios evitando danos maiores à saúde do paciente, e assim, buscar aprimoramento profissional em saúde, para que se torne apto ao atendimento de urgência, de forma a atender os pacientes com segurança, e, que o profissional em exercício tenha treinamento, conhecimento e dinamismo para concluir suas atividades com êxito e determinação (FREITAS; PÉLLENZ, 2018).

Nesse sentido, torna-se importante identificar as dificuldades dos profissionais da saúde no atendimento à PCR, e assim garantir um treinamento adequado, que é fundamental para que os procedimentos a serem realizados de forma segura, adequada, possibilitando o aumento na chance de sobrevivência e, além disso, proporcionar uma qualidade de vida em decorrência de uma PCR (MOURA *et al.*, 2012).

Vários estudos e pesquisas são realizados para avaliar os estabelecimentos de saúde em relação às ações e à infraestrutura, recursos materiais e recursos humanos. Neste sentido, em uma pesquisa realizada por Citolino Filho *et al.* (2015) é descrito que os enfermeiros mais experientes colocaram como aspecto dificultador que interferem na qualidade do atendimento está na falta de relação harmoniosa da equipe, de material e/ ou falha de equipamento durante o atendimento e de familiarização com o carrinho da PCR. Ao mesmo tempo confirma que o número elevado de profissionais durante o atendimento bem como a presença de um líder ou de um familiar no atendimento da PCR ou o estresse de algum membro da equipe não influenciam no atendimento.

Porém é sabido que o estresse é um vilão para que as coisas se concretizem da melhor forma possível. O estresse tira qualquer qualidade de ação de um ser humano. Muitas pesquisas devem ser bem avaliadas, uma vez que são os próprios funcionários dando a sua opinião. Isso, remete a ideia de que, contudo, e com os resultados de alguma pesquisa, o importante é um trabalho em equipe e realmente possa agir de forma adequada e segura (MOURA *et al.*, 2012).

Principais ações da equipe no atendimento emergencial com relação à PCR

As dificuldades em diferentes setores profissionais estão presentes a todo o momento. O que se valoriza é a forma de buscar novas estratégias, nova ação para que o atendimento possa acontecer de forma segura e como deveria ser (LUGON *et al.*, 2014).

As primeiras ações em um atendimento PCR estão diretamente ligadas ao enfermeiro:

Como o enfermeiro, na maioria das vezes, é o membro da equipe que primeiro se depara com a situação de emergência, especialmente a PCR, este deve estar preparado para atuar com competência, iniciando as manobras básicas de reanimação mais cedo possível, com finalidade de restabelecimento dos batimentos cardíacos, evitando lesão cerebral, o que demanda tomada de decisão rápida,

sincronismo e liderança dentro da equipe durante o atendimento (LUGON *et al.*, 2014).

O preparo e as ações definem o resultado do atendimento. Atuar com competência e conhecimentos especializado oferece base a qualquer profissional, principalmente aos profissionais da área da saúde que a todo instante tem que promover o bem-estar dos pacientes. O futuro do paciente em atendimento da PCR compreende uma atuação do enfermeiro de forma que as condutas e as medidas a serem tomadas inicialmente devem prevenir e diminuir os riscos e danos decorrentes da PCR. Torna-se necessário que o enfermeiro tenha os conhecimentos específicos, científicos, práticos, com decisões rápidas para diminuir os riscos que venham ameaçar a vida do paciente. De total importância que toda a equipe de enfermagem se mantenha preparada e atualizada para prestar a assistência às emergências e de modo a auxiliar os demais membros da equipe, aplicar práticas e capacitações teóricas (ROCHA *et al.*, 2012).

Assim, as manobras de reanimação para com o paciente, isoladas não alteram a sobrevivência do mesmo. A prática precoce das manobras básicas em sequência da implantação do suporte avançado, de imediata aumenta as chances de recuperação e de sobrevivência do paciente (SILVA; PADILHA, 2001).

O profissional de enfermagem é um eixo que possui as habilidades e capacidades necessárias para que as ações relacionadas a PCR realizadas de forma eficaz e com segurança. São ações interligadas e que em uma sequência pode fazer a diferença no momento da atuação, como descrito por Matsumoto (2008):

O enfermeiro além de coordenar sua equipe atua em compressões torácicas, monitorização, desfibrilação, controle de sinais vitais, realiza anotações referentes ao atendimento da PCR, cateterização vesical e nasogástrica, preparo do transporte do paciente, comunicação à supervisão da unidade que irá receber, reposição de materiais do carro de emergência e lacre do mesmo. Para tanto é necessário seu conhecimento sobre monitor, desfibrilador, cardioversor, marcapasso externo e farmacologia.

Um atendimento precoce de forma organizada, estruturada e com agentes de enfermagem capacitados, a PCR poderá ter um tratamento mais avançado e com resultados mais satisfatórios. Ao prevenir ou estar atentos aos sinais podem favorecer para que se tenha um atendimento de qualidade, valorizando profissional, valorizando o contexto do hospital, valorizando os serviços prestados pela Urgência e Emergência, e, de grande importância para a natureza humana, a valorização da vida em seus momentos mais difíceis: a PCR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho avalia-se a importância da atuação da enfermagem em casos de grande complexidade e com sérios riscos à vida. Emana um atendimento de qualidade, com agilidade, dinamismo e segurança.

A PCR é uma série de eventos que interligados podem tirar a vida de uma pessoa. Neste sentido buscar por estratégias e formas melhoradas de trabalho corresponde a um entendimento de qualidade e dentro das necessidades reais de cada contexto hospitalar emergencial e de cada paciente que ali se encontra.

Atuar com competência e conhecimentos especializado oferece base a qualquer profissional, principalmente aos profissionais da área da saúde que a todo instante tem que promover o bem-estar dos pacientes. As dificuldades estão centralizadas na importância de profissionais capacitados e de uma estrutura hospitalar adequada. E, após estes pressupostos, é correto afirmar que o profissional quando se preparado poderá dar exemplos significativos para os colegas de trabalho e ter a certeza de um trabalho bem feito, valorizando seu profissionalismo e sobre tudo a pessoa como ser humano com base na ética e nos princípios legais dos direitos à vida.

REFERÊNCIAS

- AHA. American Heart Association. *Suporte básico de vida*. Rio de Janeiro: AHA, 2010
- Brasil. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.026, de 24 de agosto de 2011. Aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências*.
- CITOLINO FILHO, C. M. *et al.* Fatores que comprometem a qualidade da ressuscitação cardiopulmonar em unidades de internação: percepção do enfermeiro. *Rev Esc Enferm USP*, v. 49, n. 6, p. 908-914, 2015.
- COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Lei nº 7498 de 25 de junho de 1986. Atualiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu concedido a Enfermeiros e lista as especialidades.
- COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. *Resolução nº 375 de 9 de março de 2018. Dispõe sobre a presença do Enfermeiro no Atendimento Pré-Hospitalar e Inter-Hospitalar, em situações de risco conhecido ou desconhecido*.
- COSTA, M. P. F.; MIYADAHIRA, A. M. Z. Desfibriladores externos automáticos (DEA) no atendimento pré-hospitalar e acesso público à desfibrilação: uma necessidade real. *Mundo saúde*, v. 32, n. 1, p. 8-15, 2008.
- CRISTINA, J. A. *et al.* Vivências de uma equipe multiprofissional de atendimento pré-hospitalar móvel em suporte avançado de vida na assistência ao adulto em situação de parada cardiorrespiratória. *Ciência y enfermería*, v. 14, n. 2, p. 97-105, 2008.
- FERREIRA, A. V. S.; GARCIA E. Suporte básico de vida. *Rev Soc Cardiol Estado de São Paulo*, v. 11, n. 2, p. 214-225, 2001.
- FREITAS, J. R.; PELLEZ, D. P. Parada cardiorrespiratória e atuação do profissional enfermeiro. *Rev. Saberes UNIJIPA*, v. 8, n. 1, p 74-84, 2018.
- GARCIA, A. M. *Tradução para o português e validação de um instrumento de avaliação de qualidade da ressuscitação cardio-pulmonar no atendimento pré-hospitalar: utstein style*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2007. 43 f.

- LUCENA, V. S.; SILVA, F. L. Assistência de enfermagem frente à parada cardiorrespiratória: um desafio permanente para o enfermeiro. *Revista Científica FacMais*, v. XI, n. 4, p. 80-94, 2017.
- LUGON, A. S. *et al.* Atuação do profissional enfermeiro frente a parada cardiorrespiratória de acordo com as novas diretrizes. Centro Universitário São Camilo-ES, Cachoeiro de Itapemirim-ES, 2014. Disponível em: <http://apps.cofen.gov.br/cbcentf/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/I54234.E12.T10523.D8AP.pdf> <acesso em 10/09/2018>
- MATSUMOTO, I. *A Atuação da Equipe Multiprofissional no Atendimento da PCR*. São Paulo, SP, 2008. Disponível em <<http://www.webartigos.com/categories/Sa%FAde-e-Beleza/Enfermagem/?Page=11>> Acesso em 20 Out. 2018.
- MITHILESH, K.; ZIPES, D. P. Sudden Cardiac arrest and automated external defibrillators. *Circ J*, v. 67, p. 975-982, 2003.
- MOURA, L. T. R. *et al.* Assistência ao paciente em parada cardiorrespiratória em unidade de terapia intensiva. *Rev Rene*, v. 13, n. 2, p. 419-427, 2012.
- OLIVEIRA, A. D. S. *et al.* Atendimento do enfermeiro do serviço de urgência à vítima em parada cardiorrespiratória. *R. Interd.*, v. 6, n. 2, p. 64-74, 2013.
- PERGOLA, A. M.; ARAÚJO, I. E. M. O leigo em situação de emergência. *Rev Esc Enferm USP*, v. 42, n. 4, p. 769-776, 2008.
- ROCHA, F. A. Z. *et al.* Atuação da equipe de enfermagem frente à parada cardiorrespiratória intrahospitalar. *R. Enferm. Cent. O. Min.*, v. 2, n. 1, p. 141-150, 2012.
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática x Revisão Narrativa. *Acta Paul. Enferm.*, v. 20, n. 2, p. v e vi, 2007.
- SILVA, S. C.; PADILHA, K. G. Parada Cardiorrespiratória na unidade de terapia intensiva: considerações teóricas sobre os fatores relacionados às ocorrências iatrogênicas. *Rev Esc Enferm LISP*, v. 35, n. 4, p. 360-364, 2001.
- SIMÕES, C. G.; URBANETTO, J. S.; FIGUEIREDO, A. E. P. L. Ação interdisciplinar em serviços de urgência e emergência: uma revisão integrativa. *Revista Ciência & Saúde*, v. 6, n. 2, p. 127-134, 2013.
- SOBANIA, L. C. A ética na emergência. In: ASSAD, J. E. *Desafios éticos*. Conselho Federal de Medicina, p. 181-197, 1993. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/biblioteca_virtual/des_etico/15.htm <acesso em 10/09/2018>
- VANCINI-CAMPANHAROI, C. R. *et al.* Estudo de coorte dos fatores associados à sobrevivência pós-parada cardiorrespiratória. *Sao Paulo Med J.*, v. 133, n. 6, p. 495-501, 2015.

FOME ECLESIAÍSTICA E JEJUM: O QUE CANUDOS TEM EM COMUM COM OS SEMINÁRIOS CATÓLICOS MINEIROS DO SÉCULO XIX

ECLESIASTICAL HUNGER AND FASTING: WHAT CANUDOS HAVE IN COMMON WITH THE CATHOLIC SEMINARIES OF MINAS GERAIS OF THE 19TH CENTURY

Cleize Silveira Cunha¹
João Ozório Rodrigues Neto²
Carlos Alberto Bastos de Maria³

Resumo

Em dois eventos marcantes do final do século XIX: a guerra de Canudos e o surto de beribéri nos Colégios Católicos Mineiros, a presença da fome e de seu espectro clínico das hipovitaminoses foram um traço comum. A investigação histórica dos fatos, levada a efeito por este trabalho, produziu um resultado inesperado: a presença do jejum mediado pela crença católica reinante no Brasil, neste século, difundido pelos missionários lazaristas vicentinos como forma de salvação das almas pecadoras.

Palavras-chave: História. Fome. Hipovitaminoses.

Abstract

In two remarkable events at the end of the nineteenth century: the Canudos War and the outbreak of beriberi in the Catholic Schools of Minas Gerais, the presence of the starvation and its clinical spectrum of hypovitaminosis were a common feature. The historical investigation of these events produced an unexpected result: the presence of the fasting mediated by the Catholic belief, in Brazil in this century, spreaded by the Vincentian Lazarist missionaries as a way of salvation for the sinfull souls.

Key words: History. Hunger. Hypovitaminosis.

INTRODUÇÃO

¹ UNIPTAN. Mestre em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente – UniFOA. E-mail: cunhacleize@gmail.com.

² UNIPTAN. Mestre em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente – UniFOA.

³ Doutor em Ciências, Instituto de Química da UFRJ.

Chama-se fome ao desejo objetivo de se alimentar que é mediado por reflexos neuronais, cujo efeito, são contrações dolorosas do estômago, indicando ao animal, que é hora de comer. A definição de “fome crônica” está relacionada a uma ingestão de alimentos insuficiente em qualidade e/ou em quantidade, necessária para um equilíbrio homeostático desejável. Este equilíbrio dietético prevê que as proporções dos nutrientes que o indivíduo recebe diariamente, sejam assim divididas: 16% da sua energia é obtida a partir de proteínas, 34% a partir de gorduras e 50% a partir de carboidratos. Jejum é o termo empregado para definir a cessação de ingestão alimentar, seja por vontade própria ou secundária a eventos aleatórios, relacionados ao ambiente, como guerras, secas, migrações etc. Seus efeitos homeostáticos se iniciam em torno de seis horas após a cessação da ingestão de alimentos (MAHAN, 2013; FAO, 2015; GUYTON, 2017).

Para Josué de Castro (1956, p. 21-22), a fome e, por consequência, todo o espectro de sua apresentação clínica, incluídas aí, as hipovitaminoses: “não são um fenômeno natural (...), e sim, um produto da criação humana, assim, ela só pode ser eliminada pelo próprio homem”.

A fome crônica – um fenômeno não natural – estava presente em dois notáveis eventos da segunda metade do século XIX: o surto de beribéri (deficiência de vitamina B1) nos colégios católicos de Minas Gerais de 1858 até 1911 e na Guerra de Canudos, de 1894 até 1898. Com frequência notava-se a associação da fome crônica com as hipovitaminoses – hemeralopia ou deficiência de vitamina A e beribéri ou deficiência de vitamina B1 – e a tuberculose (CASTRO, 1956, p. 23). Embora tenha havido um cerco, inclusive de fornecimento de alimentos, perpetrado pelo Exército Brasileiro ao Arraial de Canudos durante a guerra, especialmente na última campanha, os eventos descritos neste trabalho dizem respeito ao período anterior, desvinculando a fome crônica no Arraial das ações militares de guerra.

A hemeralopia, um dos estigmas da fome crônica, presente no semiárido baiano, onde se inseria o arraial de Canudos apresentava já de muito tempo surtos sazonais de acordo com o ritmo de chuvas do local. Euclides da Cunha (1997, p. 152), com sua linguagem rebuscada e sua descrição minuciosa, quase poética, relata:

O sertanejo é antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo dos neurastênicos do litoral [...], porém, uma doença extravagante completa a sua desdita - a Hemeralopia. Mal o sol se esconde no poente, a vítima está cega. A noite afoga-o (...) e na manhã seguinte, a vista extinta lhe revive.

Períodos muito secos no Nordeste, como o de 1877, levaram à escassez do alimento e, com ela, surgiram as hipovitaminoses, relatadas em muitas descrições perfeitas como esta última, onde a vida humana, de forma teimosa, insistia em prosseguir, a despeito das adversidades. Nesse cenário climático desolador, típico do semiárido nordestino, a fome e seus estigmas apareciam, de forma ora mais contundente, ora menos, dependentes do período chuvoso no sertão.

A situação climática da região mineira dos Campos das Vertentes, onde se inseriam os colégios de Mariana e o do Caraça, era diferente. Seu clima era ameno, com marcada estação de chuvas e inverno rigoroso no Caraça, devido a altitude (1450 m acima do nível do mar). Nos colégios estudavam alunos de boas condições econômicas, oriundos, na maioria, das cidades da província de Minas Gerais, sendo que vários deles se tornariam expoentes em suas áreas de atuação: escritores, economistas e até presidentes da república (CARRATO, 1963; LOPES FILHO, 1998).

Em dois cenários climáticos tão diferentes, com personagens de categorias sociais tão diversas, qual seria a ligação que na análise mais detida levaria a uma origem comum de tanta morbidade relacionada aos padecimentos da fome? A influência do catecismo lazarista no pensamento do Conselheiro e aquele mesmo catecismo, ensinado nos Colégios Católicos Mineiros, pela mesma ordem religiosa lazarista, teria influência na causa das doenças da fome?

Este trabalho de investigação histórica tentará responder primordialmente a estas questões.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa bibliográfica com base em estudo de textos, documentos, pesquisas acadêmicas e de obras literárias, importantes para a ambientação histórica da época: última metade do século XIX e a primeira década do século XX. De acordo com a lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, que trata sobre o acesso a informação de documentos que se encontram em domínio público e a não utilização de pesquisa em seres humanos, não há necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

A FOME EM CANUDOS

A partir da análise destas descrições, como a de Euclides da Cunha em 1997, é possível a qualquer pessoa inferir que o Arraial de Canudos, situado na margem esquerda do Rio Vaza Barris, no semiárido baiano, vivia na escassez de alimentos e na vizinhança de um rio seco. Porém, não foi este cenário que os frades capuchinhos: João Evangelista do Monte Marciano e Caetano de Léu encontraram no povoado, quando lá chegaram, em 13 de maio de 1895. Eles foram enviados para pacificar as mentes e fazer o Conselheiro retornar à razão. Sua ida ao Arraial foi consequência de um acordo entre o governador da província e o prelado da arquidiocese. Na chegada eles descrevem plantações de milho e cabras pastando na entrada do povoado. Descrevem que “as toscas casinhas feitas de barro, cobertas com palha, com

porta e sem janelas, cujo interior é imundo, de onde brotam criaturas esquálidas, seminuas, padecendo de todos os males” (MILTON, 2003, p. 25-28).

Mais à frente, esse mesmo autor, ao descrever uma das investidas do exército, para a tomada do Arraial, relata o cerco imposto pelos jagunços do Conselheiro, aos soldados que, sedentos correm para o rio na tentativa frustrada de beber água. Pode-se perceber com esses relatos que existe o que comer e o que beber. Portanto, não se esperaria encontrar uma multidão “de infelizes deixados depois para morrer, dizimados pelas moléstias, à míngua de recursos, até mesmo de pão (...). Quem é o responsável pela morte de tantos velhos, mulheres e crianças que diariamente perecem na extrema penúria e abandono?” (MILTON, 2003, p. 31).

Mário Vargas Llosa (2008) nos conta a respeito da comida do séquito do Conselheiro: “(...) nunca tiveram preocupação com o alimento (...), eram frugais e recebiam dádivas (...), os humildes corriam a levar ao Conselheiro uma galinha, um saco de milho, queijos recém-feitos, leite fresco, às vezes um cabrito (...)” (MILTON, 2003, p. 20).

Em outro trecho, ele informa que os homens acendiam as fogueiras e as mulheres preparavam a comida: angu, mandioca doce e abóbora (MILTON, 2003, p. 20).

Se há alimento e os habitantes são tão frugais porque tantas mortes em tão deploráveis condições?

Dois anos antes, em maio de 1893, logo após o primeiro embate com a polícia baiana, em Masseté, o Conselheiro reuniu seu séquito de fiéis e anunciou que: “(...) seus seguidores não viviam só do milho e do bode, mas decisivamente de toda a palavra saída da boca de Deus. Esta, sim, salvará os penitentes no dia do Juízo Final (...). O anticristo é chegado (...), mas meu povo é valente (...). Jejuai, que estamos no fim dos tempos” (VASCONCELOS, 2017, p. 83).

Portanto, a chegada da Polícia, na tentativa de pôr fim às agitações antirrepublicanas no sertão, afrontando as orientações do “santo” Conselheiro, impôs à massa de desvalidos, uma provação ainda mais grave, identificada pelos frades capuchinhos, dois anos mais tarde, o jejum.

A visita deles a Canudos dá uma pista que pode esclarecer e confirmar peremptoriamente a origem da fome em Canudos. Os frades capuchinhos pregam aos fiéis para tentar estimulá-los a comer, desfazendo-se dos graves estigmas da fome que trazem em seus rostos, o que tanto impressionaram negativamente estes sacerdotes. Eles foram encarregados pela Santa Sé de restabelecer os dogmas da Igreja Romana, incutindo nos fiéis a rejeição às inovações da fé. Eles pregam dirigindo-se aos conselheiristas: “(...) disse a eles que é possível fazer jejum durante o dia e à noite comer um pouco de carne, ou tomar uma chávena de café pela manhã” (VASCONCELOS, 2017, p. 30).

E prosseguem relatando a reação do Conselheiro a esta prédica aos fiéis: “(...) nesse momento ele torceu o lábio e abanou a cabeça em sinal de reprovação (...) e todos gritaram: isto não é jejum, é comer de fartar” (MILTON, 2003, p. 30).

O CONSELHEIRO E O ARRAIAL DE CANUDOS

Antônio Mendes Maciel, o Conselheiro, era um beato cearense, eterno peregrino que perambulava pelos sertões da Bahia e do Sergipe havia muitos anos. Esteve preso era órfão de pai e mãe, foi criado pelo Caolho bêbado e traído pela mulher. Refugiou-se na igreja como forma de esperança para abrandar sua vida miserável.

Aos 14 anos já ajudava a missa de Dom Casimiro e do padre Moraes, dois membros dos Lazaristas das Missões no Nordeste. Aprendeu latim e leu trabalhos de teólogos como Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Hugo, Cornelius e Ligório; elegeu a frugalidade da alimentação e o martírio pessoal, com o uso de um cilício- arame que o fustigava continuamente a cintura e que ele apertava de vez em quando como forma de penitência e de alcançar a proximidade com Deus (VARGAS LLOSA, 2008 p. 132; VASCONCELOS, 2017).

O Conselheiro foi desiludido da vida sacerdotal pelo padre Moraes, por não ser filho natural e, portanto, não ser reconhecido como pessoa pela Igreja. De acordo com Carrato (1963), o inciso 3 das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, regra que discorria sobre a ordenação de sacerdotes dizia: “pode ser ordenado sacerdote se é filho de legítimo matrimônio”.

Ele então decidiu pelo caminho santo da peregrinação, levando conforto e ensinamentos divinos ao povo sofrido do sertão.

Para Euclides da Cunha (1997), “[...] a palavra do Conselheiro é bárbara e arrepiadora, confusa e desconexa (...)”.

De acordo com Galvão e Peres (2002) e com Vasconcelos (2017), se Euclides tivesse entrado em contato com os escritos do Conselheiro, teria mudado de opinião. Todos estão de acordo com os ensinamentos da Igreja e baseados em livros de teologia, como os Exercícios Espirituais, as Horas Marianas e a Missão Abreviada, aceitos e utilizados por todos os religiosos, durante o século XIX.

Cansado de uma vida sem paradeiro e apossado pelo enfrentamento com a polícia baiana, resolveu estabelecer-se entre os municípios de Uauá e Jeremoabo, no sertão baiano, no lugar conhecido como Canudos.

Seus mentores espirituais, os padres Lazaristas das Missões, chegaram ao Brasil vindos de Portugal na primeira metade do século XIX (1820). Sua ordem está relacionada a São Vicente de Paulo, um sacerdote francês, cuja Igreja se estabeleceu em *Saint Lazare*, em Paris,

no século XVII – daí o termo lazaristas ou vicentinos. Seus fundamentos de vida eclesiástica eram: pobreza, castidade, humildade, fé e caridade. Seu exemplo de vida maior era o de Jesus Cristo, portanto, todo sacerdote lazarista missionário deve se espelhar na vida do Cristo e, na medida do possível, tentar copiá-la. Copiar o Cristo é uma expressão de amor por Ele. A Santa Sé já havia manifestado preocupação com a situação caótica da Igreja Católica no Brasil, externando suas ressalvas ao Rei Dom João VI e, depois, com a partida deste para Portugal, ao seu filho, D. Pedro I. Os lazaristas tinham uma missão precípua de fundar Seminários Católicos para a formação do clero secular que restabeleceria a autoridade e a norma da Igreja Católica publicada no Concílio de Trento. Além disso, ensinavam a catequese, rezavam missa e dirigiam os fiéis para as práticas religiosas católicas (CARRATO, 1963; COSTE, 2017).

A FOME E OS SEMINÁRIOS CATÓLICOS

Nos Seminários Católicos fundados pelos lazaristas – Mariana, Caraça e Diamantina – no Estado de Minas Gerais, apareceu uma manifestação da fome crônica: um surto de beribéri que durou de 1858 até 1911. Os médicos envolvidos na investigação do surto, entre eles o diamantinense João Felício dos Santos, não conseguiram identificar a causa. A hipótese mais provável na época foi a de doença infecciosa. A doença parecia seletiva ao acometer somente, de forma mais contundente, alguns alunos do Seminário do Caraça, em 1862; e outros tantos alunos do seminário de Diamantina em 1871. Nenhum religioso foi acometido pela doença. Outro fato curioso retirado da investigação médica é aquele dos doentes melhorarem dos sintomas, quando retornavam para suas casas e a doença desaparecer por completo no mês de agosto. Alguns alunos simulavam a doença para serem enviados para fora do seminário (LOPES FILHO, 1998, p. 342; MAGALHÃES, 2014).

Pode-se inferir a princípio que poderia haver problemas com a qualidade e a quantidade da alimentação servida nestes colégios. Assim, o depoimento de ex-alunos é fundamental para esclarecer este fato.

A respeito da comida no Seminário do Caraça a descrição de José Ferreira Carrato, 1963, p. 110, diz:

(...) os pratos mais frequentes eram à base de farinha de milho, carne seca e principalmente carne de porco e toucinho – o trelelê – arroz temperado com toucinho, objeto de apreço e recordação de ex-alunos famosos, como os Presidentes da República: Afonso Pena e Arthur Bernardes. (...) cará, mandioca, couve, agrião, chicória, palmitos, abóboras, batata doce (...) e muitas frutas frescas do pomar do seminário.

Para José Lourenço de Oliveira (1987, p. 62) havia várias refeições por dia e descreve até programações de uma espécie de piquenique, chamado por ele de “bodegas”. A

alimentação era farta e variada, com citação de distribuição, inclusive de vinho aos participantes do evento.

De acordo com Lopes Filho (1998, p. 214), em 1880, em sua tese de conclusão do curso médico na Escola Médica do Rio de Janeiro, o médico David Ottoni, filho de um senador da república pela província de Minas Gerais, declara, sobre a alimentação dos alunos no colégio de Diamantina, onde ele havia estudado: “a alimentação era de má qualidade, insuficiente, com pouca carne. (...) fazia-se uso de uma massa de fubá de milho, chamada cuscuz (...)”.

O mesmo Lopes Filho (1998, p. 285), contrariando a percepção de Ottoni, além de descrever uma alimentação farta e variada nos colégios, fez um cálculo estatístico, utilizando alguns cardápios básicos, definidos como alimentos encontráveis nos colégios de acordo com os relatos de ex-alunos, da percentagem diária do teor de vitamina B1: ela variou de 51 a 58%, insuficiente para causar o surto de beribéri.

Portanto, é necessária a presença de outro agente desencadeador da doença. Todos os ex-alunos escritores são unânimes em definir a rotina do educandário, como duríssima: despertar às 5 horas e dormir às 21 e 30 horas, após um dia de atividades incessantes. Para José Lourenço de Oliveira (1987, p. 52): “(...) a pedagogia cristã é maquiavélica, admite o mal como coisa própria do homem. (...) corrigi-lo com bons hábitos repetidos incessantemente através do automatismo e do estar consigo mesmo visa à libertação do espírito (...)”. Para ele, o internato se traduz em: rezar, comer, dormir, brincar, estudar, assistir aulas e ir ao recreio e principalmente estar e andar na “forma”. A “forma” pode incluir inclusive castigos físicos, como ficar de joelhos ao errar a tabuada. Em seu depoimento ele diz que: dos 36 alunos que começaram o primeiro ano, na sua turma, apenas cinco estavam presentes no sexto ano. A maioria deixou espontaneamente o colégio devido à rotina cartesiana.

João da Matta Machado (1875, p. 8) diz a respeito da educação dos colégios lazaristas:

“Nos colégios regidos pelos lazaristas, um sistema complicado de leituras e exercícios espirituais, jejuns e confissões obrigatórias, sermões, bênçãos, novenas, via sacra, constituem toda a educação moral. O medo das penas eternas e o temor de ofender a um Deus, mais tirano que o próprio pai, ou então a ambição de gozar das delícias do céu, são os meios de que se servem para calar nos ânimos juvenis, a necessidade de práticas religiosas. Para que o espírito possa lutar vitoriosamente contra as tentações da carne é necessário que as forças físicas não predominem; que não se façam concessões à besta. (...) Práticas ainda mais funestas completam o mecanismo de educação clerical: a espionagem mútua, fazendo germinar nos corações juvenis, a desconfiança e a hipocrisia; o desprezo total pela influência salutar da família, na educação dos meninos, com passeios à casa paterna proibidos; só se permitindo aos pais, visitas rápidas no parlatório comum, sob supervisão do congregado; a proibição da leitura de jornais ou livros, que não sejam sobre matéria de religião”.

A CATEQUESE E A FOME

A presença dos sacerdotes lazaristas no sertão baiano e em Minas Gerais traz outro elemento comum. Para difundir a “maquiavélica pedagogia cristã”, citada anteriormente, o uso de livros era necessário para instrução dos alunos.

Sobre as missões lazaristas em Itabira, sua cidade natal, Carlos Drummond de Andrade (2012, p. 10) diz: “(...) a ideia das missões não era particularmente festiva (...) eram estrangeiros, de qual país mesmo, ninguém sabia (...) um deles subia no púlpito e pregava, e pregava (...) os horrores do inferno, a miséria da alma em pecado mortal, (...) a doçura de sofrer e de ser humilhado”.

Após a morte do Conselheiro em 1898, foram encontrados entre os seus pertences, livros muito comuns nos colégios lazaristas, que serviam de estudo para seus alunos: O Lunário Perpétuo, As Horas Marianas, A Missão Abreviada, Os Exercícios Espirituais (BRANDÃO DA SILVA, 1950; GALVÃO e PERES, 2002; VASCONCELOS, 2017).

Nos Exercícios Espirituais, o padre Manuel Bernardes (1686, p. 186) diz:

“Oh, que altas e magníficas são as obras do Senhor (...) e que coisa era o meu jejum, comparado à fartura da Sua mesa? (...) a minha clausura, comparada aos espaços do Empíreo (...) que fiz eu em afligir meu corpo com algumas mortificações, se receberia em troca uma vida imortal e impassível (...) homens, aprendei o valor das penitências”. Em outro trecho do mesmo livro, se encontra um discurso, a respeito das penitências, que os fiéis devem se submeter: “pela fé da Igreja santa, vos rogo, meus irmãos, não tenhais pejo ou peso de pegar os remédios para a vossa salvação: compunção e arrependimento saudável, castigar o corpo com o cilício, crueza, jejum e pranto, associados a muitas orações”.

Nas *Horas Marianas*, um livro de orações consagrado à Virgem Maria, o autor padre Francisco Sarmiento (p. 12), já no prólogo exortatório, diz “(...) e fazei à SS. Virgem alguns especiais obséquios: (...) reverenciai os santos (...) jejuai todos os sábados bem como na véspera das festividades anuais”. Coisa curiosa e estranha a respeito deste livro em particular, é uma citação encontrada na página 36: “louvai ao Senhor todas as criaturas da terra, os Dragões e todos os abismos”.

No *Lunário Perpétuo*, 1672, p. 229, um livro espanhol, do século XVII de Gerónimo Cortés, e dedicado a previsões do tempo, agricultura, conselhos de higiene, previsões astrológicas e outros conselhos; embora não tivesse cunho religioso, apresenta uma citação curiosa e esdrúxula sobre a alimentação das pessoas. Como livro mais lido no nordeste brasileiro durante dois séculos, ele pode ter influenciado muitos dos seus leitores a seguir seus ensinamentos: “no dizer universal, as carnes de bode, de coelho e de boi, não são boas para se conservar a saúde (...) são pesadas e capazes de criar os humores melancólicos”.

Talvez o mais enfático e aterrador dos livros para a catequese, seja a Missão Abreviada, do padre português Manuel Couto, de 1859. Trata-se do livro mais editado em Portugal no século XIX, utilizado para a catequese das crianças neste país, inclusive as pastorinhas de

Fátima. Segundo Vasconcelos (2017, p. 77), é impossível ao penitente alcançar o reino dos céus, seguindo os conselhos rígidos encontrados nesta obra. Sobre o jejum, a Missão Abreviada traz um capítulo separado, encontrado no Aditamento, p. 130-134 – Sobre o jejum:

“três são as obras santas e virtuosas: o jejum, a esmola e a oração. (...) ofendemos a Deus com três coisas: o dinheiro, o corpo e a alma; por isso, devemos fazer sacrifícios (...). Portanto, quem ofende a Deus deve jejuar muito, dar muita esmola e rezar muito (...), abstendo-nos das coisas lícitas com o jejum alcançamos o perdão dos ilícitos. (...) o jejum é o palácio de Deus, o arraial de Cristo, o muro do Espírito Santo, a bandeira da fé, o sinal da castidade, o estandarte da santidade. (...) ele purga a alma, eleva os sentidos, gera coração contrito e humilhado. (...) é o freio de nossos apetites e a mortificação de nossas paixões. (...) é o companheiro das orações, é o guarda da saúde e meio efficientíssimo de aplacar a ira de Deus”.

A tentativa dos sacerdotes de “assemelhar-se o mais possível à vida do Cristo” é muito mais antiga do que se possa prever. A obra do beneditino Joannis Gersen (1380-1471, p. 22), *De Imitatione Christi*, traz em um texto poético, uma verdadeira oração, a exortação da vida ascética. No capítulo XVIII desta obra – Os exemplos dos Santos – ele diz: “(...) anime-se! O que é a nossa vida comparada à dos santos? (...) amigos do Cristo (...) que servem ao Senhor Deus na fome, na sede, no frio, no trabalho fatigante; na vigília e no jejum, na oração e nas meditações pias”.

Nem os índios brasileiros escaparam da inculcação do jejum como meio de salvação. O relato do frei capuchinho Yves D’Evreux, em missão no Brasil, informa sobre os depoimentos dos indígenas do Maranhão depois de serem catequizados pelos padres franceses, em 1613: “(...) aos que acreditam em Tupã, irão para o reino dos céus (...). Eles (os frades) não querem moças nem mulheres. (...) há dias que não comem carne, nem mesmo quando lhes seja trazida (...)”. Eles ensinam o jejum aos índios, como forma de atingir a Deus, ao traduzir para o tupinambá os dogmas da Igreja Católica, que representam: “*Iecouacouue Iauion erecoucouue* – o penitente deve jejuar” (EVREUX, 2009, p. 332).

Não só os livros, mas as Regras Eclesiásticas das diferentes ordens religiosas sugerem o jejum aos praticantes da religião católica: observa-se a crueza da pouca alimentação no relato frio da Regra Beneditina, quando São Bento descreve a medida da comida: “portanto dois pratos de cozido bastem para todos os irmãos (...) e uma libra de pão para o dia inteiro (...) de modo que nunca sobrevenha ao monge a indigestão (...) porque nada é tão contrário ao que é Cristão do que a gula (...) devem também abster-se de carnes de quadrúpedes, exceto os muito doentes” (REGRA BENEDITINA, SÉCULO XVI).

A contagem dos irmãos é bastante imprecisa, para que bastem apenas dois pratos de cozido. Observando a descrição heroica dos eventos passados no Mosteiro de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, no início dos oitocentos, contam-se à mesa do almoço, oitenta e oito irmãos (MOSTEIRO DE SANTO ANTÔNIO, 1886).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não restam dúvidas de que a fome acometeu multidões de habitantes do sertão baiano durante os eventos que culminaram com a Guerra de Canudos. O ambiente climático, os cercos militares, associados ao misticismo excessivo, à interpretação truncada e delirante de dogmas retrógrados, levaram ao jejum inadvertido e prolongado e aos terríveis estigmas da fome.

O jejum ou a privação do alimento é uma forma de mortificação que visa à comunhão com Deus, afastando o penitente das tentações mundanas. Ele não provém dos ensinamentos de Deus, mas, sim, da Igreja Católica. Ele deve ser intensificado na Quaresma, como forma de preparação para a Ressurreição do Cristo e deve durar os 40 dias do período após a quarta-feira de cinzas. Quarenta é um número mágico e vem do latim: *quadragésima dies*, número herdado das tradições judaicas e que se encontra presente em várias passagens do Velho e do Novo Testamentos: os 40 dias e 40 noites de jejum de Jesus no deserto; os 40 dias do dilúvio de Noé e depois mais 40 dias para a água baixar; os 40 anos da travessia do deserto após a fuga do Egito etc. Embora haja a repetição deste número mágico, para a Igreja, esta contagem de tempo é imprecisa, e pode significar um tempo muito mais prolongado de jejum (COSTE, 2017).

Assim, o cultivo do jejum, por tempo mal definido, especialmente para pessoas de elevada ignorância, atemorizados por todo tipo de fantasias escatológicas: fim do mundo, juízo final, inferno, anticristo; guiados por um beato ensandecido pelas agruras da vida; ou para seminaristas com as mesmas fantasias, passadas para suas famílias pela tradição eclesiástica católica portuguesa, de acordo com Novais e Mello Souza (2001, p.156-190) e Sérgio Buarque de Holanda (2003, p. 61-88) a mais atrasada, dentre a de todos os povos europeus; por sacerdotes exercendo seu papel evangelizador, contribuiu com o fator de desequilíbrio, em favor da fome e de seus estigmas, em ambos os cenários descritos.

No Seminário do Caraça, o acometimento de alguns alunos e não de todos, por uma doença, até então, de causa desconhecida, a ausência de padres doentes, e a melhora dos sintomas quando do afastamento do seminário, pode levantar a suspeita de que a opção por parte dos alunos mais carolas, por um jejum mais prolongado possa estar implicada. Seu desaparecimento no mês de agosto seria o resultado do distanciamento da Quaresma; período em que o jejum deveria ser intensificado, e que, compreenderia os quarenta dias após a quarta-feira de cinzas. Seria, portanto, da mesma etiologia da “doença em Canudos”, que tanto impressionou os capuchinhos. Podemos chamá-la, dada a sua origem, de Fome Eclesiástica, cujo jejum é incentivado pelos dogmas da Igreja Católica, impostos pelo Concílio de Trento.

Em seu trabalho Lopes Filho (1998; p. 358) questiona: afinal, existiu beribéri no Caraça?

Para propor esta pergunta, ele pondera sobre os poucos conhecimentos médicos sobre a etiologia alimentar da doença, no século XIX, o que poderia confundir os relatos médicos. Embora não haja uma descrição textual, um depoimento contundente, como os encontrados na história de Canudos, podemos responder que houve. Afinal, de acordo com Costa e Silva (2011) “toda narrativa histórica é uma aproximação hipotética de acontecimentos que o autor não viveu”. Podemos assim, sugerir ainda mais: sua causa está intimamente relacionada à interpretação pessoal do aluno, diante das orientações da catequese. Para Amoroso Lima (1983, p. 103-105) a fé católica mineira possui as duas vertentes: o misticismo e o realismo fervoroso. Cabe à mãe, no seio familiar, a educação religiosa dos filhos. De acordo com a sua percepção de vida, morte, céu e inferno, salvação da alma etc., ela influenciava as ações de seus filhos. Assim, diferentes tipos de alunos, com diferentes orientações e interpretações religiosas podem ter diferentes ações quanto aos dogmas da Igreja, produzindo em seus corpos, mortificações relacionadas à fome e ao seu espectro clínico.

REFERÊNCIAS

- AMOROSO LIMA, A. *Voz de Minas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ANDRADE, C. D. *Contos de Aprendiz*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.
- BENTO, S. *Regra Beneditina para satisfação dos irmãos*. Século XVI. Disponível em rbs.org. Acesso em 2017.
- BERNARDES, Pe M.. *Exercícios Espirituais e Meditações da vida Purgativa*. Parte I. Lisboa: Officina Miguel Deslandes, 1686, p. 444-47.
- BRANDÃO DA SILVA, J. C. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos*. Salvador: Tipografia Beneditina; 1950.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. *História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial 1500-1822*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARRATO, J. F. *As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*. São Paulo: Nacional; 1963.
- CASTRO, J. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro pão ou aço*. São Paulo: Objetiva; 1956.
- CORTÉS, G. *O Non plus ultra do Lunário e Prognóstico Perpétuo: geral e particular para cada reino e província, corrigido segundo o expurgatório da santa inquisição*. Valladolid: Fernando Santarém, 1863. p. 150.
- COSTA e SILVA, A. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- COSTE, P. *Saint Vincent de Paul: entretiens aux missionnaires*. Tome XI, p. XL- 1. Disponível em cmission.fr/index/php/medias/. Acesso em 2017.
- COUTO, Pe M. G. *Missão Abreviada*. 6 ed. Porto: Typographia Sebastião Pereira. 1868.
- CUNHA, E. *Os Sertões: a campanha de Canudos*. 38 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1997.
- D’EVREUX, Y. *História das coisas mais memoráveis ocorridas no Maranhão em 1613 e 1614*. p. 332, Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). *Indice de la faim dans le monde: conflits armés et le défi de la faim*. Bruxelles: 2015.
- GALVÃO, W. N.; PERES, F. R. *O Breviário de Antonio Conselheiro*. Salvador: EDUFBA, 2002.

- GERSEN, J. *De Imitatione Christi*. Abbatis Versellensis, 1646. Disponível em <http://latinlibrary.com>. Acesso em 2017.
- GUYTON, A. C.; HALL, J. E. *Tratado de Fisiologia Médica*. 13 ed. São Paulo: Elsevier, 2017.
- LLOSA, M. V. *A Guerra do Fim do Mundo*. São Paulo: Alfaguarra; 2008.
- LOPES FILHO, J. D. *O Beribéri no Caraça*. Tese de Doutorado da Universidade São Paulo (USP). São Paulo, 1998.
- MACHADO, J. M. *Educação física, moral e intelectual da mocidade do Rio de Janeiro e sua influência sobre a saúde*. These de Doutorado apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. De G Leuzinger e filhos, 1875.
- MAGALHÃES, S. M. *Beribéri: doença misteriosa do Brasil oitocentista*. História UniSinos. 18 (1): 158-169; 2014.
- MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S.; RAYMOND, J. L. *Alimentos, Nutrição e Dietoterapia*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2013.
- MILTON, A. *A Guerra de Canudos*. 7 ed. Brasília: Editora do Congresso Nacional; 2003.
- MOSTEIRO DE SANTO ANTÔNIO. *História do Mosteiro de Santo Antônio do Rio de Janeiro*. Disponível em santoantoniorj.org. Acesso em 2017.
- NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA, L. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- OLIVEIRA, J. L. *Xavier e o Caraça*. Belo Horizonte: O Lutador, 1987.
- SARMENTO, Pe F. J. M. *Horas Marianas ou Ofício Menor da SS. Virgem Maria*. Lisboa: Officio Uno. 31ª impressão, 1804.
- VASCONCELOS, P. L. *Antônio Conselheiro por ele mesmo: Apontamentos dos preceitos da divina lei de Nosso Senhor Jesus Cristo para a salvação dos homens*. São Paulo: É realizações; 2017.

LEVANTAMENTO DE DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM DURANTE A VISITA PRÉ-OPERATÓRIA: UMA POSSIBILIDADE DE MELHORIA DA ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES ORTOPÉDICOS

SURVEY OF NURSING DIAGNOSES DURING THE PREOPERATIVE VISIT: A POSSIBILITY OF IMPROVING CARE FOR ORTHOPEDIC PATIENTS

Isabella Cristina Moraes Campos¹
Isabel Cristina Adão Schiavon²
Suzana Vale Rodrigues³
Paula Regina Nunes da Silva⁴
Tatiele Perpétua Ferreira da Silva⁴
João Paulo Costa⁴

Resumo

A visita pré-operatória de enfermagem se constitui em uma estratégia eficaz no levantamento individual das necessidades humanas, além de promover a interação profissional-usuário e otimizar o cuidado perioperatório. Este estudo transversal de abordagem quantitativa objetivou levantar os diagnósticos de enfermagem, segundo a NANDA, mediante a realização da visita a pacientes em pré-operatório de cirúrgicas ortopédicas. A amostra foi composta por 98 pessoas atendidas em um hospital geral de médio porte do interior de Minas Gerais. Para a coleta de dados, elaborou-se um questionário e dados complementares foram extraídos dos prontuários médicos dos sujeitos e também junto aos acompanhantes. Os dados obtidos foram analisados pelo software SPSS por meio da estatística descritiva. Dentre os diagnósticos levantados, o mais prevalente foi estilo de vida sedentário (63,3%), apontando para necessidade da atividade física regular como forma de prevenção de complicações, sobretudo pós-cirúrgicas. Outra observação pertinente diz respeito à parca e obsoleta literatura pertinente à temática abordada nesse estudo encontrada pelos autores. Acredita-se que essas informações ora levantadas possam contribuir no planejamento mais assertivo da assistência perioperatória, direcionando-a às reais necessidades dos pacientes.

Palavras-chave: Enfermagem Perioperatória. Avaliação em Enfermagem. Diagnóstico de Enfermagem. Ortopedia. Serviço Hospitalar de Enfermagem.

Abstract

¹ IF-SUDESTE-MG. Mestre em Psicologia – UFSJ. E-mail: isabella.campos@ifsudestemg.edu.br.

² IF-SUDESTE-MG. Mestre em Enfermagem – Unicamp. E-mail: isabel.schiavon@ifsudestemg.edu.br.

³ IF-SUDESTE-MG. Mestranda em Saúde Coletiva – UFJF.

⁴ IF-SUDESTE-MG. Bolsista IC.

The preoperative nursing visit constitutes an effective strategy in the individual survey of human needs, besides promoting professional-user interaction and optimizing the perioperative care. This cross-sectional quantitative study aimed at raising nursing diagnoses, according to NANDA, through the visit to patients in the preoperative period of orthopedic surgeries. The sample consisted of 98 people attending a general hospital of medium size in the interior of Minas Gerais. For the data collection, a questionnaire was elaborated and complementary data were extracted from the medical records of the subjects and also with the companions. The data were analyzed by SPSS software using descriptive statistics. Among the diagnoses surveyed, the most prevalent was a sedentary lifestyle (63.3%), pointing to the need for regular physical activity as a way of preventing complications, especially post-surgical complications. Another pertinent observation concerns the sparse and obsolete literature pertinent to the topic addressed in this study found by the authors. It is believed that this information raised may contribute to the more assertive planning of perioperative care, directing it to the real needs of patients.

Keywords: Perioperative Nursing. Nursing Assessment. Diagnosis nursing. Orthopedics. Service. Hospital Nursing.

INTRODUÇÃO

A pessoa que será submetida a uma cirurgia apresenta diversos receios que podem alterar seu estado de saúde. Para muitas, o período pré-operatório pode ser repleto de ansiedade, temores (da cirurgia, da dor, de não voltar da anestesia, da morte) e medo do desconhecido. Segundo Souza e colaboradores (2010), independente do tipo de procedimento cirúrgico, a proximidade de um ato operatório remete o ser humano ao temor pela própria existência e à incerteza quanto aos resultados da intervenção.

Neste contexto, a visita pré-operatória de enfermagem constitui uma estratégia capaz de favorecer o levantamento individual das necessidades humanas, além de permitir a interação entre o profissional e o usuário e otimizar o cuidado perioperatório. Nesse momento, o enfermeiro atua de maneira expressiva, proporcionando apoio emocional, atenção e orientações ao usuário, o que diminui sua insegurança. A visita vem sendo realizada no Brasil desde 1975, data em que surgiu a primeira divulgação a respeito (SOUZA *et al.*, 2010).

Um estudo avaliou positivamente o cuidado de enfermagem desde a visita até o fim do período pré-operatório imediato evidenciando que a orientação pré-operatória proporcionou uma melhora da recuperação pós-operatória e consequente redução do tempo de internação hospitalar, evitando infecções e reduzindo custos institucionais (GUO, 2014). Os resultados de outro estudo mostraram que a visita reduziu a ansiedade no pré-operatório e a percepção de dor nas primeiras 72 horas do pós-operatório, assim como houve melhora na percepção de bem estar por parte dos pacientes (FORTACÍN *et al.*, 2015).

A visita pré-operatória assegura, ainda, a individualidade da assistência, além de promover a continuidade dos cuidados de enfermagem, pois permite um melhor planejamento da assistência nos períodos transoperatórios e pós-operatórios (JORGETTO; NORONHA; ARAÚJO, 2004; SARAGIOTTO; TRAMONTINI, 2009). Além disso, permite o inter-relacionamento das unidades de internação com o centro cirúrgico, de forma que a assistência não seja fragmentada (ARAÚJO; NORONHA, 1998).

Ao realizá-la, o enfermeiro deve aplicar o Processo de Enfermagem, considerando que este deve “(...) estar baseado num suporte teórico que oriente a coleta de dados, o estabelecimento de diagnósticos de enfermagem e o planejamento das ações ou intervenções de enfermagem; e que forneça a base para a avaliação dos resultados alcançados” (Conselho Federal de Enfermagem [COFEN], 2009). Desta forma, a visita pré-operatória de enfermagem é o primeiro passo para a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), pois é um recurso utilizado para levantar dados sobre o paciente cirúrgico. A partir desses dados, são detectadas as alterações bio-psíquico e sócioespirituais e os problemas de enfermagem, tornando possível o planejamento da assistência de enfermagem a ser prestada no período perioperatório (GRITTEM; MEIER; GAIEVICZ, 2006).

A SAE é uma metodologia para organizar e sistematizar o cuidado, com base nos princípios do método científico. Tem como objetivos identificar as situações de saúde-doença e as necessidades de cuidados de enfermagem, bem como subsidiar as intervenções de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo, família e comunidade. É privativa do enfermeiro e a implementação da SAE proporciona cuidados individualizados, assim como norteia o processo decisório do enfermeiro nas situações de gerenciamento da equipe de enfermagem (ANDRADE; VIEIRA, 2005; COFEN, 2009).

A SAE também proporciona benefícios para o profissional que a aplica. A prática traz maior satisfação laboral, tendo em vista que os instrumentos/roteiros utilizados permitem a visualização do cuidado prestado por toda a equipe de enfermagem, conferindo autonomia e visibilidade do processo de cuidar, o que valoriza a atuação da equipe e a destaca sobremaneira no cenário institucional (AMORIM *et al.*, 2014).

Com o intuito de padronizar a linguagem da equipe de enfermagem, diferentes sistemas de classificação foram desenvolvidos, como a *Nursing Interventions Classification* (NIC), a *Nursing Outcomes Classification* (NOC), a *North American Nursing Diagnosis Association* (NANDA) e a Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE), entre outras (TRUPPEL *et al.*, 2009). Com base no exposto, o objetivo deste estudo foi levantar os diagnósticos de enfermagem, segundo a NANDA, mediante a realização da visita pré-operatória de enfermagem a pacientes que seriam submetidos a intervenções cirúrgicas ortopédicas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e consistiu em uma pesquisa de levantamento, pois foram analisadas a distribuição e as relações entre variáveis naturais relativas aos pacientes. Também pode ser classificada como uma pesquisa transversal, uma vez que os dados que foram coletados em um único momento.

A população-alvo foi composta pelos pacientes que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão definidos a seguir. Os critérios de inclusão foram: receber a visita pré-operatória de enfermagem que foi realizada exclusivamente para esta pesquisa, estar no período pré-operatório de cirurgia ortopédica, independentemente da complexidade do procedimento e do seu nível de saúde, idade igual ou superior a 18 anos e de ambos os gêneros. Seriam excluídos os pacientes que apresentassem confusão mental ou que demonstrassem dificuldades de compreensão das questões contidas no instrumento de coletas de dados, mas não foi necessário.

Não foi empregada técnica de amostragem da população-alvo. Dessa forma, todos os pacientes que satisfizeram os critérios de inclusão e exclusão adotados fizeram parte da amostra desta pesquisa, considerando-se que não se tratou de um número excessivo de pessoas. Segundo Selltiz, Wrightsman e Cook (1987), nas pesquisas de levantamento são coletados dados de uma amostra aleatória representativa ou de toda a população-alvo. Este procedimento amplia a validade interna da pesquisa. Esta pesquisa é de caráter não probabilístico porque a seleção de sua amostra foi intencional, de acordo com o julgamento do pesquisador, ou seja, sua escolha não foi aleatória (OLIVEIRA, 2001).

A coleta dos dados foi realizada entre janeiro e julho de 2016 em um hospital geral de médio porte de um município do interior de Minas Gerais. Segundo informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e da própria instituição, é classificada como um hospital geral, privado e sem fins lucrativos. São oferecidos atendimentos particulares e para convênios e Sistema Único de Saúde (SUS), tanto em nível ambulatorial quanto em nível hospitalar de alta complexidade, em diversas especialidades médicas (BRASIL, s.d). Sua capacidade instalada totaliza 123 leitos e 71,56% são destinados ao SUS. É referência para atendimentos ambulatoriais e cirúrgicos em ortopedia para os 18 municípios da microrregião de saúde.

Para a coleta de dados, foi elaborado um roteiro de visita pré-operatória de enfermagem, que consistiu em um questionário para traçar o perfil sócio-demográfico e clínico da amostra e permitir o levantamento dos problemas e diagnósticos de enfermagem. Foi composto por questões sobre sexo, idade, diagnóstico médico, local da cirurgia, dias de internação, uso de medicamentos antes e durante a internação, dentre outras, além de questões com vistas ao exame físico dos pacientes. Este instrumento foi elaborado a partir da análise de roteiros identificados na literatura científica da área (MAZZI; TONHOM, 2014; MOREIRA *et al.*, 2013; MOTA, 2013). Além disso, foram consultados os prontuários dos pacientes e, caso fosse necessário, seus acompanhantes.

Este estudo seguiu as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde através da Resolução nº 466/2012. Foi submetido à apreciação da Coordenação de Enfermagem e à Direção Técnica

da instituição, além do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), que aprovou a sua realização (parecer nº 1.347.098). No momento da coleta, os pesquisadores identificaram e os pacientes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atestando ciência dos objetivos e procedimentos que seriam empregados e aceitando participar voluntariamente do estudo.

A análise dos dados foi realizada por meio do *software Statistical Package for the Social Sciences for Windows* (SPSS), versão 20.0. Foi feita a estatística descritiva com cálculo de médias, desvios-padrão, porcentagens e valores mínimos e máximos para: (a) caracterização da amostra, com a descrição das características sociodemográficas e clínicas dos pacientes; e (b) descrição dos problemas e diagnósticos de enfermagem levantados durante a visita pré-operatória de enfermagem. A definição dos diagnósticos foi feita com base na Taxonomia II da NANDA 2018-2020 (NANDA, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 98 pessoas que estavam no período pré-operatório de cirurgia ortopédica no referido hospital e que receberam a visita pré-operatória de enfermagem. As idades dos participantes variaram entre 18 e 92 anos (média = 52,55 anos; DP = 22,66), a maioria era do sexo masculino (n = 55; 56,1%), se autodeclarou branca (n = 56; 58,9%) e parda (n = 30; 31,6%), solteira (n = 35; 36,8%) e casada (n = 29; 30,5%), com filho(s) (n = 69; 71,1%), católica (n = 87; 90,6%) e de outros municípios (n = 52; 53,1%). Além disso, a maior parte dos entrevistados era sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (n = 49; 50,0%), não trabalhava (n = 49; 50,5%), sendo que, destes, 38 eram aposentados (77,55%).

A maioria dos participantes era procedente de casa (n = 42; 43,9%) ou havia dado entrada na instituição pelo pronto-socorro (n = 40; 41,7%). Quase a totalidade estava internada (n = 92; 93,9%), a maior parte pelo Sistema Único de Saúde (n = 81; 82,7%) e com algum acompanhante (n = 59; 60,2%). O período de internação variou entre um (n = 17; 18,3%) e 27 dias (n = 1; 1,1%), sendo que a maioria dos entrevistados estava internada há dois dias (n = 34; 36,6%).

O diagnóstico médico de fratura foi o mais prevalente (n = 86; 87,8%) e os membros superiores foram os mais afetados (n = 33; 33,7%), seguidos pelos inferiores (n = 64; 65,3%) e havia uma pessoa politraumatizada (1%). A queda da própria altura foi o motivo de cirurgia mais citado (n = 44; 48,9%), em seguida foram os acidentes de moto (n = 18; 20%), de carro (n = 4; 4,4%) e de bicicleta (n = 4; 4,4%). A maioria das cirurgias às quais os entrevistados seriam submetidos foi classificada como limpa (n = 94; 95,9%), curativa (n = 97; 99,0%) e eletiva (n = 98; 100%). Quase dois terços dos pacientes já haviam se submetido a alguma cirurgia prévia

(n = 65; 66,3%) e, desses, quase a totalidade relatou não ter tido complicações durante ou após essa cirurgia (n = 95; 96,9%).

Na Tabela 1 estão apresentados os principais problemas de enfermagem levantados durante a visita pré-operatória de enfermagem, ou seja, aqueles que acometiam no mínimo, 10% na amostra (n = 10), e seus respectivos diagnósticos de enfermagem segundo a Taxonomia II da NANDA – 2018-2020.

Tabela 1: Frequência dos principais problemas de enfermagem levantados e seus respectivos diagnósticos de enfermagem segundo a Taxonomia II da NANDA – 2018-2020 (N = 98 pacientes). São João del-Rei, Minas Gerais.

Problemas de enfermagem	n(%)	Diagnósticos de enfermagem
Não fazer atividade física	62 (63,3%)	- Estilo de vida sedentário
Estar com sobrepeso	31 (34,4%)	- Sobrepeso
Apresentar obesidade I	10 (11,1%)	- Obesidade
Apresentar diabetes melito	14 (14,3%)	- Risco de glicemia instável - Risco de disfunção neurovascular periférica - Risco de síndrome do desequilíbrio metabólico
Aceitação hídrica alterada	13 (13,5%)	- Risco de volume de líquidos deficiente
Apresentar tosse	10 (10,3%)	- Troca de gases prejudicada - Padrão respiratório ineficaz - Perfusão tissular periférica ineficaz - Risco de perfusão tissular periférica ineficaz
Apresentar constipação	28 (28,6%)	- Constipação
Ser hipertenso(a)	37 (37,8%)	- Risco de função cardiovascular prejudicada - Padrão respiratório ineficaz - Perfusão tissular periférica ineficaz - Risco de perfusão tissular periférica ineficaz - Risco de pressão arterial instável
Ser tabagista	17 (17,3%)	- Risco de perfusão tissular periférica ineficaz - Risco de pressão arterial instável
Apresentar doença cardíaca	11 (11,2%)	- Risco de débito cardíaco diminuído - Risco de intolerância à atividade - Risco de perfusão tissular periférica prejudicada - Risco de perfusão tissular cardíaca prejudicada - Risco de pressão arterial instável
Ter acesso venoso periférico	72 (73,5%)	- Risco de infecção - Risco de integridade da pele prejudicada
Apresentar lesão cutânea	27 (27,6%)	- Integridade da pele prejudicada - Integridade tissular prejudicada - Risco de infecção

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 1: Frequência dos principais problemas de enfermagem levantados e seus respectivos diagnósticos de enfermagem segundo a Taxonomia II da NANDA – 2018-2020 (N = 98 pacientes). São João del-Rei, Minas Gerais. (continuação)

Problemas de enfermagem	n(%)	Diagnósticos de enfermagem
Ser dependente para movimentar-se	47 (48%)	- Capacidade de transferência prejudicada - Deambulação prejudicada - Levantar-se prejudicado - Sentar-se prejudicado - Mobilidade física prejudicada - Mobilidade no leito prejudicada - Mobilidade na cadeira de rodas prejudicada - Risco de síndrome do desuso - Déficit no autocuidado para banho - Déficit no autocuidado para vestir-se - Risco de integridade da pele prejudicada - Risco de quedas - Risco de úlcera por pressão
Ser acamado(a)	39 (39,8%)	- Capacidade de transferência prejudicada - Deambulação prejudicada - Levantar-se prejudicado - Sentar-se prejudicado - Mobilidade física prejudicada - Mobilidade no leito prejudicada - Mobilidade na cadeira de rodas prejudicada - Risco de síndrome do desuso - Déficit no autocuidado para banho - Déficit no autocuidado para vestir-se - Risco de integridade da pele prejudicada - Risco de quedas - Risco de úlcera por pressão
Desconhecer a cirurgia que seria realizada	51 (52,6%)	- Conhecimento deficiente
Desconhecer a anestesia que seria aplicada	73 (75,3%)	- Conhecimento deficiente
Desconhecer o médico cirurgião	34 (35,1%)	- Conhecimento deficiente
Não receber orientações pré-operatórias	16 (16,5%)	- Conhecimento deficiente
Apresentar alergia	21 (21,4%)	- Risco de reação alérgica
Queixar dor	69 (70,4%)	- Conforto prejudicado
Queixar dor aguda	35 (50%)	- Conforto prejudicado - Dor aguda

Fonte: elaborado pelos autores.

Alguns problemas e diagnósticos de enfermagem observados merecem destaque por aumentarem o risco cirúrgico. As cirurgias ortopédicas apresentam risco cardiovascular (incidência combinada de morte e infarto agudo do miocárdio não fatal) intermediário, ou

seja, menor que 5%. Idade avançada (acima 60 anos), hábito de fumar e a dependência funcional, por exemplo, aumentam o risco de complicações pulmonares pós-operatórias (FERNANDES *et al.*, 2010).

Além disso, são fatores de risco cardiovasculares e que também podem aumentar o risco cirúrgico o tabagismo, diabetes melito, hipertensão arterial, sedentarismo etc. Ademais, são fatores de risco para tromboembolismo venoso em pacientes cirúrgicos, por exemplo, a cirurgia do trauma (grandes traumas ou de membros inferiores), imobilidade, paresia de membros inferiores, idade avançada, obesidade, tabagismo, dentre outros (GUALANDRO *et al.*, 2017).

O tabagismo é a principal causa evitável de mortes no mundo e contribui diretamente para, no mínimo, 20% de todos os óbitos, cerca de 200.000 mortes ao ano no Brasil. Interfere na cicatrização pós-operatória, taxas de infecção, complicações respiratórias, cardiocirculatórias, ortopédicas, entre outras. Está associado a permanências mais longas em unidades de terapia intensiva (UTI) no pós-operatório, complicações clínicas e cirúrgicas, internações mais prolongadas, além do aumento de custos ao sistema de saúde (GUALANDRO *et al.*, 2017).

É importante enfatizar que o tabagismo é fator de risco independente para complicações no período pós-operatório, mesmo que não haja doença pulmonar crônica concomitante, especialmente naqueles pacientes tabagistas de mais de 20 cigarros/dia e que fumaram nos dois meses que precederam a cirurgia. É importante que seja realizada a orientação pré-operatório, pois é indicado parar de fumar por pelo menos oito semanas antes da cirurgia (FERNANDES *et al.*, 2010; GUALANDRO *et al.*, 2017).

A obesidade é classificada em graus pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de acordo com o Índice de Massa Corporal (IMC). Em adultos, a classificação é: sobrepeso se IMC 25 a 29,9 kg/m²; obesidade grau 1 se IMC 30 a 34,9 kg/m²; obesidade grau 2 se IMC 35 a 39,9 kg/m²; e obesidade grau 3 se IMC \geq 40 kg/m². É considerada um problema de saúde pública pandêmico e multiétnico, que acomete tanto homens quanto mulheres, de todas as faixas etárias, sem distinção de classe social e econômica. Em 2014, dados publicados pela OMS mostraram que, no mundo, mais de 1,9 bilhões de adultos estavam com sobrepeso e, desses, mais de 600 milhões eram obesos, significando 13% da população adulta. No Brasil, em 2014, dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) mostraram que 52,5% dos brasileiros estavam acima do peso, e, destes, 17,9% estavam obesos (FERREIRA; PEDROSO; SOUSA, 2017; GUALANDRO *et al.*, 2017).

A obesidade está relacionada a comorbidades que influenciam a avaliação e o manejo perioperatório, tais como doença aterosclerótica, insuficiência cardíaca, hipertensão arterial sistêmica, hipertensão pulmonar, trombose venosa profunda e baixa capacidade funcional.

Também é associada a problemas do sistema respiratório, como a redução da capacidade residual funcional, atelectasias e *shunts* pulmonares (GUALANDRO *et al.*, 2017). No entanto, Fernandes *et al.* (2010) relataram que a obesidade não é fator de risco independente para evolução pós-operatória desfavorável. Há incidência de complicações pós-operatórias respiratórias semelhantes (21%) entre os obesos e não obesos, mas em se tratando de pacientes com IMC > 27 kg/m², há evidências de que a redução de peso possa reduzir esse risco.

As complicações cardiovasculares são causas importantes de morbidade e de mortalidade em cirurgias, com incidência entre 1% a 5% no mundo. Cirurgias de grande porte não cardíacas, em pacientes com doenças vasculares estabelecidas, têm alta incidência de desfechos negativos, como isquemia, infarto do miocárdio e morte, especialmente naqueles com diabetes melito (FERNANDES *et al.*, 2010; GUALANDRO *et al.*, 2017).

O diabetes melito acomete 6,2% da população adulta brasileira, com aumento progressivo da prevalência conforme a idade, chegando a mais de 19% entre os indivíduos com idade superior a 65 anos. Complicações crônicas da doença, especialmente as vasculares, são as principais causas de morte e as que mais motivam cirurgias. Os diabéticos têm maior probabilidade de serem submetidos a intervenções cirúrgicas e internação hospitalar que não diabéticos. A doença está relacionada, ainda, a desfechos cirúrgicos desfavoráveis, como infecção, maior tempo de internação hospitalar, incapacidades após alta e mortalidade (GUALANDRO *et al.*, 2017).

Outra patologia apresentada pelos pacientes que merece atenção é a hipertensão arterial sistêmica (HAS), pois é a condição médica mais comum para o adiamento de uma cirurgia. A hipertensão estágio 2 - com pressão arterial sistólica (PAS) > 180mmHg e pressão arterial diastólica (PAD) > 110mmHg - deve ser controlada antes da cirurgia. Durante um procedimento cirúrgico, importantes alterações hemodinâmicas podem ocorrer, sendo mais pronunciadas nos pacientes hipertensos. Dessa forma, a monitoração cardíaca e da pressão arterial é fundamental para detectar variações pressóricas e sinais de isquemia o mais precocemente possível (GUALANDRO *et al.*, 2017).

Além de ser um fator de risco para a doença coronária, a hipertensão está associada à hipertrofia ventricular, disfunção sistólica, insuficiência renal e eventos cerebrovasculares durante o perioperatório. Deve-se atentar quanto manuseio de volume no perioperatório dos pacientes hipertensos que têm a geometria ventricular e elasticidade arterial alteradas, principalmente os idosos (GUALANDRO *et al.*, 2017).

É importante enfatizar, ainda, o desconhecimento dos pacientes quanto à cirurgia, a anestesia, ao cirurgião e aos cuidados pré-operatórios que deveriam ser realizados. Independentemente do grau de complexidade da cirurgia, o estresse está associado à

desinformação do paciente no que diz respeito ao procedimento cirúrgico, o que pode ser minimizado, ou mesmo solucionado, por meio de um bom processo de comunicação entre o enfermeiro e paciente (MESQUITA; BRESSAN; CHAVES, 2013).

A falta de orientação quanto à cirurgia e a ausência de apoio por parte da equipe de saúde como impeditivos de um relacionamento terapêutico adequado causam a permanência dos pacientes em estado ansioso e deprimido durante toda a internação. Prestar informações sobre a cirurgia, ao contrário, contribui para a redução dos níveis de ansiedade dos pacientes e familiares (SILVA; ZAKIR, 2015).

Portanto, o enfermeiro tem um papel fundamental durante as etapas de qualquer procedimento cirúrgico, desde orientações, consultas e organização do processo, pois pode proporcionar uma segurança durante todo o acompanhamento do paciente, realizando, principalmente, orientações no pré-operatório para que o entendimento de todo o processo seja vivenciado de forma clara e menos ansiosa (FERREIRA; PEDROSO; SOUSA, 2017).

Finalmente, na visita pré-operatória, também deve ser feito o levantamento da presença de dor, a fim de possibilitar intervenções para promoção do conforto do paciente. Estimativas a respeito da prevalência de dor no período pré-operatório de cirurgias diversificadas mostraram porcentagens variando de 32,0% a 83,7%. Pessoas que vivenciam dores pré-operatórias intensas, por longos períodos de tempo, podem referir maiores intensidades de dor no pós-operatório. Investigar, caracterizar, avaliar a intensidade e intervir no aspecto da dor é muito importante na prática dos enfermeiros, pois a dor vem sendo discutida como quinto sinal vital (FERREIRA; PEDROSO; SOUSA, 2017).

Como limitações deste estudo, coloca-se o fato de ter sido realizado em apenas uma instituição hospitalar que é referência para atendimentos ortopédicos do município onde se situa e para mais 17 cidades da região. Assim, seus resultados não podem ser generalizados a outros hospitais porque pode ser que o perfil dos pacientes que compuseram a amostra deste estudo não seja semelhante ao de pacientes de outras instituições.

Com o objetivo de se evitar ao máximo a perda de pacientes, a equipe de pesquisadores de organizou para coletar os dados em todos os dias da semana. No entanto, no período noturno e aos finais de semana não houve coleta, o que pode ter ocasionado perdas de pacientes que foram diretamente para o centro cirúrgico para serem submetidos a cirurgias, ou seja, que não ficaram internados no período pré-operatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa, espera-se proporcionar benefícios aos pacientes, tendo em vista que a literatura específica da área aponta a visita pré-operatória de

enfermagem como uma prática eficaz para a melhoria da assistência de enfermagem perioperatória. Ao se realizar o levantamento de problemas e diagnósticos de enfermagem ainda no período pré-operatório, é possível evitar danos e complicações aos pacientes nos períodos trans e pós-operatório.

Os resultados dessa pesquisa apontam para os problemas de enfermagem mais prevalentes entre os pacientes que iriam submeter a uma intervenção cirúrgica no referido hospital, de forma que esses resultados sejam repassados para os profissionais de enfermagem da instituição. Acredita-se que, em posse dessas informações, será possível planejar melhor a assistência perioperatória, direcionando-a às necessidades dos pacientes.

Finalmente, os resultados e/ou produtos desse estudo serão divulgados em um artigo científico e através da participação das pesquisadoras em eventos da área. Considera-se que a divulgação desses dados será de grande relevância para o aumento do conhecimento em enfermagem perioperatória, pois, durante a busca sistemática de estudos sobre a temática, observou-se a escassez de estudos, tanto nacionais quanto internacionais, e que muitos são bastante antigos e, talvez, possam já estar desatualizados.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. *Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2018-2020*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2018.
- AMORIM T. V. *et al.* Cuidado sistematizado em pré-operatório cardíaco: Teoria do Cuidado Transpessoal na perspectiva de enfermeiros e usuários *Rev. Bras. Enferm.*, v.67, n.4, p.568-574, jul/ago, 2014.
- ANDRADE, J. S.; VIEIRA, M. J. Prática assistencial de enfermagem: problemas, perspectivas e necessidade de sistematização. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 58, n. 3, 261-265, jun, 2005.
- ARAÚJO, I. E. M.; NORONHA, R. Comunicação em enfermagem: visita pré-operatória. *Acta Paul. Enf.*, São Paulo, v.11, n.2, p.35-48, maio/ago, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Informática do SUS [DATASUS]. *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)*. s.d. Recuperado de <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/identificacao/3162502173565>>. Acesso em 5 ago. 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução n. 358, de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. [Internet]. Diário Oficial da União 23 out 2009. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=212736>>. Acesso em 12 ago. 2018.
- FERNANDES, E. O. *et al.* Avaliação pré-operatória e cuidados em cirurgia eletiva: recomendações baseadas em evidências. *Revista da AMRIGS*, Porto Alegre, v. 54, n.2, p. 240-258, abr/jun, 2010.
- FERREIRA, J. D. C.; PEDROSO, C. F.; SOUSA, T. R. Perfil clínico e avaliação da dor de pacientes obesos no período pré-operatório de cirurgia bariátrica. *Rev. Cien. Escol. Estad. Saud. Publ. Cândido Santiago - RESAP*, v.3, n. 2, p. 82-96, 2017.
- FORTACÍN, C. B. *et al.* *Efectividad de la visita prequirúrgica sobre la ansiedad, el dolor y el bienestar*. *Enfermería Global*, n. 39, p. 29-40, julio, 2015.

- GRITTEM, M. J. M.; MEIR, J. M.; GAIEVICZ, A. P. Visita pré-operatória de enfermagem: percepções dos enfermeiros de um hospital de ensino. *Cogitare Enferm.*, v 11, n 3, p. 245-251, set/dez, 2006.
- GUALANDRO, D. M. *et al.* 3ª Diretriz de Avaliação Cardiovascular Perioperatória da Sociedade Brasileira de Cardiologia. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 109, n. 3, sup. 1, p. 1-115, 2017.
- GUO, P. Preoperative educations interventions to reduce anxiety and improve recover among cardiac surgery patients: a review of randomized controlled trials. *J. Clin. Nurs. [Internet]*, v.24, n.1-2, p.34-36, jan, 2015.
- JORGETTO, G. V.; NORONHA, R.; ARAÚJO, I. E. M. Estudo da visita pré-operatória de enfermagem sobre a ótica dos enfermeiros do centro-cirúrgico de um hospital universitário. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v.06, n.02, p.213-222, dez, 2006.
- MAZZI, N. R.; TONHOM, S. F. R. Visita pré-operatória de enfermagem: validação de um instrumento. *Revista Eletrônica Acervo Saúde - REAS*, v. 6, n. 2, p. 638-645, 2014.
- MESQUITA, A. C.; BRESSAN, V. R.; CHAVES, E. C. L. A relação de ajuda não-diretiva como instrumento para o cuidado de enfermagem no pré-operatório: um relato de experiência. *Cienc. Cuid. Saude*, v.12, n.4, p.789-796, out/dez, 2013.
- MOREIRA, R. A. N. *et al.* Diagnósticos de enfermagem, fatores relacionados e de risco no pós-operatório de cirurgia bariátrica. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v.47, n.1, p.168-175, 2013.
- MOTA, E. M. *Construção e validação de um instrumento para visita pré-operatória de enfermagem de cirurgia de mama*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 77p., 2013. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6171/1/2013_dis_emmota.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2018.
- OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **FECAP**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 27 set. 2018.
- SARAGIOTTO, I. R. A.; TRAMONTINI, C. C. Sistematização da assistência de enfermagem perioperatória - estratégias utilizadas por enfermeiros para sua aplicação. *Cienc. Cuid. Saude*, v.8, n.3, p. 366-371, jul/set, 2009.
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. (2. ed., Vol. 2). São Paulo: EPU, 1987.
- SILVA M. E. M.; ZAKIR, N. S. Controle instrucional e relaxamento como preparo psicológico pré-cirúrgico para portadores de cardiopatia. *Estud. Psicol. [Internet]*, v.28, n.3, p.371-379, set, 2011.
- SOUZA L. R. *et al.* Os benefícios da visita pré-operatória de enfermagem para o cliente cirúrgico: revisão sistemática de literatura. *Rev. Pesqui. Cuid. Fundam. [Internet]*, v. 2, n. 2, p. 797-806, abr/jun 2010.
- TRUPPEL, T. C. *et al.* Sistematização da Assistência de Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 62, n. 2, p. 221-227, 2009.

OS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO SÍTIO DE IGARASSU, PERNAMBUCO, BRASIL

THE INSTRUMENTS FOR THE PRESERVATION OF THE SITE OF IGARASSU, PERNAMBUCO, BRASIL

Cláudio Antônio Vieira da Silva¹

Resumo

O trabalho aborda as ações de preservação instituídas no sítio de Igarassu/PE, visando à preservação de seu patrimônio cultural. A escolha do tema se justifica pelas interações entre o significativo Patrimônio Cultural em Igarassu, formado de elementos histórico-culturais. Por conta da natureza do sítio urbano, representado por construções do período colonial, o Sítio foi tombado como patrimônio cultural pelo IPHAN em 1972. Para alcançar o escopo do trabalho, dividiu-se em momentos: preliminarmente é feita uma breve caracterização histórica de contextualização do objeto; em seguida foram identificados e abordados os tombamentos que ocorreram durante o século XX no âmbito federal; em seguida foram tratados os tombamentos no âmbito estadual e municipal; e por fim são pontuadas algumas considerações finais sobre o objeto e apresentadas sugestões. Embora o Tombamento considere referências do passado e identidade coletiva das sociedades, não houve a participação da comunidade diretamente envolvida com o patrimônio nas escolhas. A tomada de decisão ficou restrita aos técnicos e especialistas. Isso foi observado nas instâncias consideradas e nos instrumentos de preservação.

Palavras-chave. Patrimônio Cultural. Tomada de decisão. Preservação Cultural.

Abstract

The work addresses the preservation actions instituted at the Igarassu / PE site, aiming at the preservation of its cultural heritage. The theme is a critical issue justified by the interactions between the significant Cultural Heritage at Igarassu site, formed by historical-cultural elements. Igarassu site was listed as a cultural heritage by IPHAN in 1972, due to the nature of the urban site, constituted by buildings from the colonial period. To reach the objective of this work, it was divided into some steps: first a preliminary historical characterization of the object's contextualization; following by the heritage that occurred during the twentieth century at federal level, state and municipal levels; and finally, some final considerations about the object and suggestions are depicted. Although the protection of the heritage considers some references from the past and the collective identity of the societies, there was no participation of the community, directly involved in the heritage choices. Decision-making was restricted to technicians and specialists, in all the instances considered and in the preservation instruments.

¹ UFC – Professor Substituto. Mestrado em Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – UFPE. Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – IPHAN-DF. Doutorando em Andamento em Geografia Humana – USP-SP. E-mail: claudioavsilva@hotmail.com

Keywords. *Cultural Heritage. Decision making. Cultural Preservation.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata das ações e dos instrumentos de preservação patrimonial que foram instituídos no sítio urbano do município de Igarassu, localizado na Região Metropolitana de Recife (RMR) a partir da inclusão deste Sítio enquanto patrimônio cultural brasileiro.

Esse município foi um dos primeiros núcleos de ocupação do Brasil e resguarda, em seu território, um emblemático sítio urbano colonial, formado por edifícios e igrejas, que em harmonia com o ambiente natural circundante conforma ao sítio histórico de Igarassu um significativo valor cultural. Saliendo que a paisagem natural em Igarassu não teve seus atributos incluídos na totalidade durante o tombamento do patrimônio, sendo tratado separadamente ou não foi devidamente contemplado.

Assim, por conta da natureza do sítio urbano, representado pelas igrejas e construções do período colonial no Brasil, o sítio de Igarassu foi declarado como patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1972. Todavia, desde 1938, alguns monumentos arquitetônicos em Igarassu haviam recebido a salvaguarda individualmente através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a exemplo do Convento de Santo Antônio.

Segundo Choay (2006), o monumento era tudo aquilo edificado que representava a memória ou acontecimento de alguma comunidade de indivíduos. Ou seja, o monumento era a representação isolada de algo relevante para as civilizações passadas, dotada de valores atribuídos. Por se tratar de elementos representativos de um grupo de indivíduos, merecem proteções específicas para salvaguardar a sua identidade e os valores presentes. No caso de Igarassu, e em tantos outros patrimônios culturais brasileiros, os monumentos escolhidos à época representavam o período temporal e o contexto na qual a política patrimonial estava inserida. Nesses casos, destacava elementos e atributos coloniais europeus, como nas arquiteturas religiosas.

O tombamento desses monumentos individualmente feito pelo SPHAN, à época e atualmente sob a denominação de IPHAN, se pautou na dimensão histórica colonial em contar uma parte da história de Pernambuco e do Brasil, com vistas a colonização. Visto que, esse Sítio apresenta uma conformação urbana de traçado irregular e espontâneo, características do primeiro século de ocupação do país e que ainda permanece atualmente.

A área tombada em 1972, pelo IPHAN, do sítio de Igarassu tem uma extensão de aproximadamente 0,4 km² (396.202 m) (PROGRAMA MONUMENTA, 2005) e considerou os

monumentos tombados preliminarmente juntamente com a existência da unidade histórica e morfológica do tecido urbano com Igrejas e o casario colonial, em conjunto com a colina e o trecho do Rio que recorta o Sítio e o manguezal. O Sítio histórico de Igarassu está inscrito no Livro de Tombo intitulado por: “Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico” sob a designação de *Igarassu, PE: conjunto arquitetônico e paisagístico*, com o processo Nº 0359-T45.

Pelo trecho anterior, percebemos quais foram os principais elementos e atributos que foram considerados no Tombamento e que, embora, a paisagem natural seja mencionada (através da colina, do rio e do manguezal) não foram tomados como motes no tombamento.

Vale lembrar que a relação entre os elementos fisiográficos desse Sítio com a ocupação a partir do alto da colina é condizente com a realidade vigente no momento da colonização e fixação dos primeiros europeus em solo brasileiro, em especial os portugueses. Visto que era uma característica dos países ibéricos em construir e edificar suas vilas e cidades nas regiões mais elevadas, sendo essa conformação urbana motivada por questões religiosas, culturais e militares.

Essa constante urbana foi trazida para o Brasil durante o período de colonização e, pelo fato, de Igarassu ter sido um dos primeiros núcleos de ocupação traz essa característica na conformidade do seu território. Esse aspecto é bastante semelhante ao sítio de Olinda, outro núcleo urbano de Pernambuco que data do mesmo período de ocupação e apresenta características semelhantes no modo de ocupação, no alto da colina.

Assim, o objetivo desse trabalho pretende compreender as ações que foram priorizadas no processo de proteção do patrimônio e que instrumentos foram instituídos no sítio de Igarassu com esta finalidade.

Para tanto, o trabalho está dividido em momentos: primeiramente é feita uma breve caracterização histórica de contextualização do objeto; em seguida foram identificados e abordados os tombamentos que ocorreram durante o século XX no âmbito federal; em seguida foram tratados os tombamentos no âmbito estadual e municipal; e por fim são pontuadas algumas considerações finais sobre o objeto e apresentadas sugestões.

Para alcançar esses momentos e o objetivo do trabalho, foi realizada uma investigação bibliográfica e documental (GIL, 2018) sobre Igarassu, a atuação do IPHAN e o Patrimônio Cultural. Em conjunto com estudo de caso sobre o sítio do patrimônio cultural de Igarassu. Utilizou-se de fotografias para representar o objeto e o mapa foi elaborado por meio de dados cartográficos e com apoio de software de geoprocessamento.

BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

Historicamente, o Brasil teve seus primeiros núcleos de povoação ainda no século XVI. As primeiras ocupações ocorreram, sobretudo, na porção litorânea devido às características culturais dos colonizadores europeus. A escolha dos locais onde foram fundadas as vilas e povoações era determinada por fatores estratégicos, e por isso estavam localizadas no litoral tendo como objetivo a dominação e defesa dos novos territórios.

Nesse contexto, foi fundado em 09 de março de 1535, pelo donatário português Duarte Coelho Pereira, a Vila de Santa Cruz dos Santos Cosme e Damião, que posteriormente passou a ser chamada de Vila de Igarassu (ALECRIM, 2007). A Vila foi fundada mediante Carta-Régia na encosta leste de uma pequena elevação, localizada entre o rio e os mangues, após a vitória dos portugueses sobre os índios Caetés que habitavam aquele território (FIDEM, 1970).

O sítio de Igarassu remonta do período colonial, em meados do século XVI, por meio da institucionalização das capitanias hereditárias. Ao longo dos séculos XVI e XVII ocorreram as mais expressivas formas de crescimento urbano neste Sítio, em especial Igrejas e casario colonial (BARRETO, MELO & VIEIRA, 2013). Além disso, a maior parte das cidades brasileiras surgiu em volta de elementos naturais, como os rios, estabelecendo uma relação de conjunto harmônica entre elementos naturais e objetos construídos (LACERDA, ZANCHETI & DINIZ, 2000). Entretanto, algumas construções usaram materiais de natureza precária e não resistiram à ação do tempo, sobretudo as do período quinhentista, restando indícios de onde se localizavam e documentos que relataram a existência de algumas dessas edificações.

As construções que resistiram ao tempo passaram a ter reconhecimento de órgãos nacionais juntamente com outras edificações em ruínas que foram restauradas, ao longo do Século XX (Figura 01), e passaram a ser edifícios tombados. Dessa forma, esses monumentos estão sujeitos a medidas legais que têm por função garantir sua preservação cultural.



Figura 01. Igreja do Coração de Jesus [Título original], o cotidiano e vida social em trecho da Vila de Igarassu, autoria desconhecida. Fonte: Monteiro, 1913.

O município de Igarassu (Figura 02) faz parte da Região Metropolitana do Recife (RMR) desde que esta foi regulamentada através da Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973 e apresentava, inicialmente, uma área territorial total de 476 km², que posteriormente seria reduzida para, aproximadamente, 305 km² em virtude de emancipações político-administrativas de alguns distritos municipais (ANDRADE, 1974).

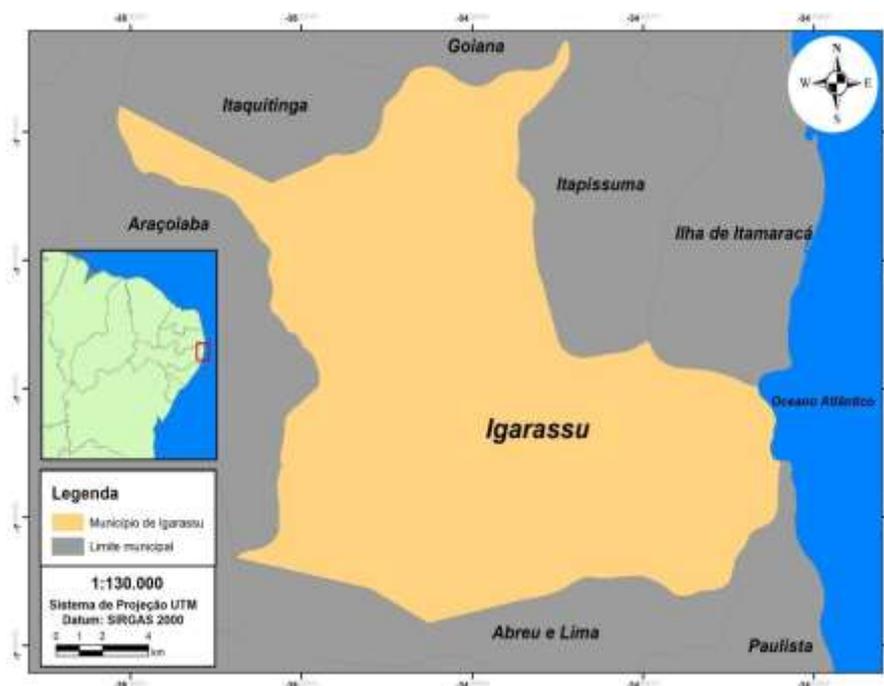


Figura 02. Mapa de localização do sítio geográfico de Igarassu/PE. Fonte: Silva, 2014.

AÇÕES DE PRESERVAÇÃO: ÂMBITO FEDERAL

O tombamento tem sido o principal instrumento utilizado pelo IPHAN na proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, embora existam outras formas de proteção instituídas pela lei, como o inventário e o registro. No artigo 216 da Constituição Federal fica estabelecido em seu parágrafo 1º:

“O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Dotado de procedimentos administrativos e na declaração dos valores culturais dos bens materiais e/ou imateriais, o instrumento do tombamento é responsável pela inscrição no respectivo Livro de Tombo dos bens indicados para a manutenção do valor patrimonial a partir dos elementos e atributos reconhecidos por especialistas.

O instrumento de Tombamento foi instituído pelo Decreto Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937 e ainda hoje é aplicável, sendo um dos mais importantes instrumentos de

proteção e reconhecimento de patrimônios brasileiros. Vale ressaltar que para qualquer bem ser integrado e considerado como um patrimônio histórico, este deve obrigatoriamente estar inscrito em algum Livro de Tombo. Sem isso não é considerado como tal, e nesse sentido termina por invalidar outros possíveis instrumentos de reconhecimento patrimonial nacional.

O Livro de Tombo é composto por quatro livros formalizados pelo Decreto-Lei nº 25/1973. Os bens culturais precisam estar inscritos em dos livros para serem consideradas partes integrantes do patrimônio cultural brasileiro. Vale salientar que alguns bens, devido a natureza distinta, podem ser inscritos separados ou agrupados em mais de um livro. Os quatro livros de Tombo, a saber, são: Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro do Tombo Histórico; o Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

O Tombamento do patrimônio cultural de Igarassu teve início em 1935 com a elevação de Igarassu a categoria de Monumento Público Estadual pelo então deputado estadual de Pernambuco, Mario Melo. No ano de 1938, o Convento Franciscano de Igarassu do século XVI foi tombado pelo então SPHAN (que posteriormente passou a ser conhecido como IPHAN) e inscrito no Livro de Tombo de Belas Artes, devido aos aspectos artísticos e preceitos estéticos que o bem apresentava (Figura 03).



Figura 03. Convento de Santo Antônio de 1588. Foto: o Autor, 2014

Em 1951, foram tombados no sítio histórico do município os seguintes monumentos: a Igreja matriz de São Cosme e São Damião (Figura 04) do século XVI, considerada a Igreja mais antiga em atividade no Brasil e teve sua construção iniciada em 1535 (IPHAN, 2018).

Também foram tombadas isoladamente: a Capela de Nossa Senhora do Livramento, a Capela de São Sebastião e o Convento do Sagrado Coração de Jesus, todos do século XVIII (Figuras 05 a 07).



Figura 04. Igreja de São Cosme e São Damião de 1535. Foto: o Autor, 2014



Figura 05. Igreja de Nossa Senhora do Livramento do século XVIII. Foto: o Autor, 2014



Figura 06. Igreja de São Sebastião do século XVIII. Foto: o Autor, 2014

Dentro do contexto desse período, houve uma preocupação inicial do SPHAN em salvaguardar, sobretudo, os monumentos da arquitetura religiosa, representativos do estilo barroco (o patrimônio pedra e cal), como sendo: “[...] representante de uma arte e cultura

autenticamente brasileiras, construídas a partir de um modelo europeu, mas reapropriado e reinventado pelos nacionais” (RIBEIRO, 2007, p. 73).



Figura 07. Igreja e Recolhimento do Sagrado do Coração de Jesus. Foto: o Autor, 2014

Com a publicação da Carta de Veneza em 1964 houve um aprofundamento e um alcance maior na concepção de monumento histórico, que se ampliou e passou a incluir não somente as grandes criações da humanidade, mas também às obras de menor porte, além de incluir e considerar na discussão os sítios urbanos.

No Estado de Pernambuco, a atuação do IPHAN seguiu essa tendência e as primeiras propostas efetivas de programas para a revitalização e a conservação dos Sítios Históricos foi elaborada, ainda no início da década de 1970, por meio do IPHAN e da Fundação Pró-Memória, sendo, primeiramente, feita no bairro do Recife no município de mesmo nome.

Somente em 1972, em um contexto de ampliação do conceito de bem cultural e da incorporação das áreas urbanas como objetos de preservação, aconteceu o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do sítio de Igarassu pelo IPHAN. O processo está inscrito sob o Nº 359-T-45.

Apesar da proposta de Tombamento levar em consideração referências do passado que representam a memória e identidade coletiva de dada sociedade, não houve a consulta junto aos sujeitos culturais envolvidos no Sítio, ou seja, a população. A escolha considerou somente a opinião dos técnicos, normalmente formado por arquitetos e historiadores das artes, em detrimento a memória e as considerações dos distintos segmentos sociais que não foram incorporados.

Em paralelo, os elementos da paisagem natural não foram incorporados por seus valores e atributos próprios, mas foram introduzidos enquanto panorama e complemento dos elementos arquitetônicos. Os gestores da época davam, para os elementos da paisagem

natural, um tratamento diferenciado daqueles dados aos artefatos históricos, sendo uma característica temporal do período. Ao longo dos anos, a ideia de patrimônio vem sofrendo amadurecimento e ampliação de sentido, passando a incorporar outras narrativas e análises, que tornaram o patrimônio mais complexo, diversificado e representativo.

Acredita-se que, se fosse realizado o tombamento do sítio de Igarassu atualmente, outros dimensionamentos seriam possíveis. Vale salientar que uma área já tombada pode ser rerratificada, todavia há uma série de elementos jurídicos e administrativos que precisam ser levados em consideração, juntamente com uma justificativa da real dimensão a ser orientada, que pode tanto ampliar incluir/substituir elementos e atributos, quanto pode diminuir. Em ambas circunstâncias, demonstra que o patrimônio é vivo e em constante movimento da sociedade que o acompanha.

AÇÕES DE PRESERVAÇÃO: ÂMBITO ESTADUAL

Segundo Castriota (2009, p. 162), após a década de 1970, teve início no Brasil um “processo de descentralização das políticas de patrimônio”, ocasionando na criação de vários órgãos estaduais e municipais de preservação. Essa política de descentralização foi bastante importante, no âmbito nacional, pois contribuiu com a promoção do patrimônio cultural nas diferentes regiões brasileiras diversificando os bens culturais.

Dentro desse contexto, foi criada no Estado de Pernambuco a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) em 1973. Tanto a FUNDARPE quanto o IPHAN seguem alguns parâmetros em comum nas suas práticas de proteção em conjuntos urbanos. A FUNDARPE, por meio de sua política, realiza diversificadas ações de proteção em todo o Estado de Pernambuco, identificando bens materiais e imateriais detentores de valor cultural para o Estado.

No tocante à proteção do patrimônio estadual, além de reconhecer os tombamentos dos bens efetivados pelo IPHAN e atuar em conjunto em algumas ações de promoção e preservação. A atuação da FUNDARPE, no município de Igarassu, é bastante limitada e sem ações efetivas. Os bens tombados a nível estadual se resumem em dois exemplares, a saber: a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem do Pasmado e o Engenho Monjope.

A igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem do Pasmado (Figura 08) encontra-se abandonada e em ruínas, pertence às terras e imóveis da Usina São José (de processamento da cana de açúcar) e é o ultimo remanescente de um antigo povoado pertencente à Capitania de Itamaracá. Já o Engenho Monjope de Igarassu (Figura 09) também está abandonado, em ruínas e encontra-se sob a administração da FUNDARPE.

Atualmente o processo de tombamento está concluído, porém as visitas não são permitidas, devido ao elevado grau de deterioração do mesmo. O Engenho aguarda liberação de recursos para execução de sua restauração. Esse Engenho tem no valor histórico o principal mote de apropriação, pois é um dos poucos exemplares que guarda características originais (engenho, casa-grande, fábrica, senzala e capela) (MATOS, 2009; ROCHA, 2015). Além disso, este engenho foi palco de importantes decisões políticas em Pernambuco no século XIX (SOUTO MAIOR & SOUZA, 2019).



Figura 08. Igreja de Nossa Senhora do Pasmado. Foto: o Autor, 2014



Figura 09. Engenho Monjope. Foto: o Autor, 2014

Em 1978, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), outro órgão do governo do Estado de Pernambuco, elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR). Este plano de ação identificou e cadastrou 109 sítios históricos, urbanos e rurais, dos então nove municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) (Figura 10). Dentre os sítios contemplados, tivemos o de Igarassu.

A poligonal do tombamento e área de entorno no referido documento do PPSH/RMR para o sítio de Igarassu, apresenta a mesma conformação e delimitação adotado pelo IPHAN (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1978). Além disso, as implicações legais aplicadas

na gestão e conservação do patrimônio cultural de Igarassu tem um tratamento uniforme da área delimitada pela poligonal do tombamento.

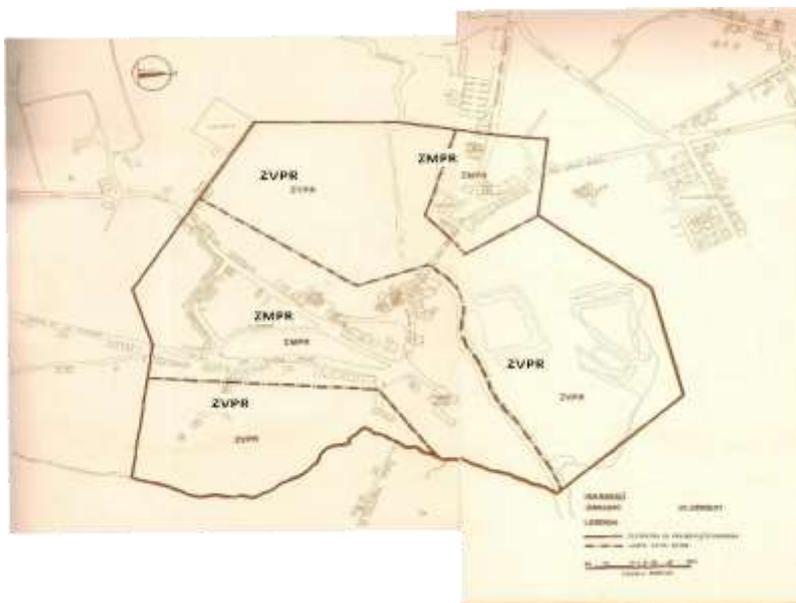


Figura 10. Poligonal de tombamento do limite proposto e demarcado por especialistas. Fonte: FIDEM, 1978

Até hoje, o sítio de Igarassu apresenta a mesma delimitação e preserva boa parte dos elementos originais. Nesse sentido, fica evidente que as ações conjuntas na gestão do bem cultural contribuíram para a garantia da uniformidade do patrimônio. Entretanto, em ambos os documentos não foram percebidas atribuições para a paisagem natural, persistindo o tratamento dicotômico entre as partes.

AÇÕES DE PRESERVAÇÃO: ÂMBITO MUNICIPAL

No âmbito municipal, existem alguns instrumentos de planejamento urbano e conservação do patrimônio cultural que são dispostos pela prefeitura municipal de Igarassu. Destaca-se, nesse contexto, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) que definiu a Planta Diretora de Igarassu no ano de 2003. Neste documento, foram definidas as macrozonas e setores de preservação histórica e ambiental, na qual é destacado nesse documento a Avenida 27 de Setembro, importante eixo viário municipal (Figura 11).

Essa avenida pode ser entendida e definida como um Corredor Especial de Interesse da Preservação Histórico-Ambiental no município de Igarassu e que marcam a paisagem do local. Além de apresentar relevância histórico-cultural, a Avenida 27 de Setembro é um via de intenso movimento e circulação de veículos e pessoas nos limites do Sítio histórico de Igarassu. Ao longo de suas margens ficam localizadas construções, em grande parte, de

caráter domiciliar, comércios e na porção do Sítio observam-se alguns exemplares de casarios seculares.

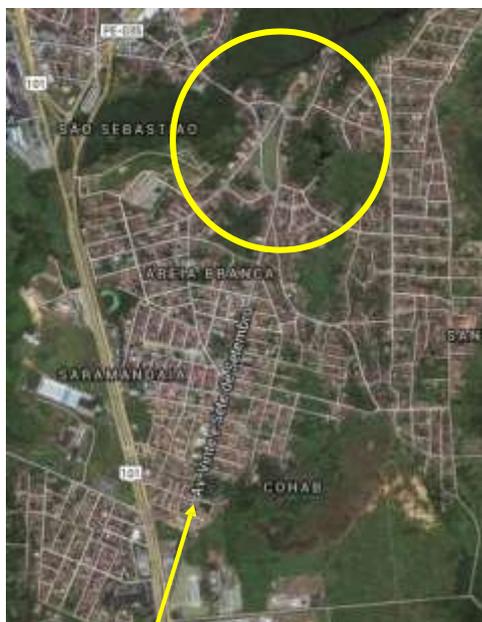


Figura 11. Localização da Avenida 27 de Setembro em Igarassu. Fonte: *Google Earth*. Esquema do Autor

Três anos após a instituição da LUOS, foi lançado outro mecanismo municipal que versa sobre questões urbanas e isto incluiria a questão patrimonial. Em 2006, a Agenda 21 do município e o Plano Diretor de Igarassu foram elaborados. Nestes instrumentos urbanísticos houve novamente a participação somente de técnicos e especialistas e foi percebida ausência de participação popular e da comunidade na tomada de decisão.

Em todos os documentos da esfera municipal, as prioridades são no incentivo dos usos culturais para o lazer e as atividades turísticas. Essas características foram indicadas pelos especialistas. Esses instrumentos em questão não trazem aspectos simbólicos e holísticos da paisagem natural, assim como não integram as variadas dimensões (natural, cultural e imaterial) em conjunto, tornando o tratamento dicotômico no processo de integração entre a Sociedade e Natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que em todos os instrumentos de preservação patrimonial listados para o sítio de Igarassu (âmbito federal, estadual e municipal) o patrimônio cultural recebe mais ênfase e suporte, em detrimento a paisagem natural, embora seja presente. Também foi

possível perceber, pela análise, que não houve a participação popular durante os processos, estando as decisões e escolhas definidas por técnicos e especialistas ligados as esferas governamentais.

Desde a década de 1970, não houve alteração e revisão nas ações e instrumentos de preservação patrimonial no sítio de Igarassu. Embora tenha ocorrido ampliação de sentido e amadurecimento no patrimônio cultural, essas características não foram ainda incorporadas no caso de Igarassu, como por exemplo no âmbito da paisagem cultural.

Tendo em vista esse contexto, Castriota (2009), diz que os mecanismos tradicionais no campo do patrimônio relacionados à preservação já não bastam para atender, documentar, proteger e conservar esse campo, pois o patrimônio é muito mais vasto e formado com arranjos distintos, desse modo precisam ser revistos e reexplorados metodologicamente para que se adaptem.

A relação dicotômica envolvendo os elementos e atributos naturais e culturais é outro aspecto que pode ser observado nas ações protecionistas no Sítio de Igarassu. Apesar de avanços em instrumentos de proteção patrimonial, as ações de preservação vigentes no Sítio de Igarassu, permanecem inalteradas e considerar o processo integrador entre a Sociedade e Natureza.

Segundo o IPHAN/COPEDOC (2009) a proteção dos bens culturais está estritamente ligada à vontade coletiva de conservar a memória. Mediante este contexto, tem-se que a proteção dos bens patrimoniais deve ter uma gestão negociada, pois deve abranger a população e o Poder Público considerando a vontade coletiva.

Diante disso, uma sugestão para desdobramentos futuros seria tratar da paisagem cultural, como estratégia de superar essas limitações no âmbito patrimonial. É evidente que essa alternativa demanda discussão e debate para tratar de sua operacionalização, mas é uma opção a ser pensada para trabalhos e pesquisas futuras sobre a temática, especialmente, para o sítio de Igarassu que aparenta ter perfil compatível com aplicação dessa proposta.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. *et al.* (org.). *Igarassu proposições urbanológicas*. SUDENE, UFPE: Série estudos urbanológicos. 1974, 76p.
- ALECRIM, E. *Inventário do potencial turístico de Igarassu*. Igarassu: Secretária de turismo, cultura e esportes de Igarassu (STCEI), 2007
- BARRETO, J.; MELO, F.; VIEIRA, E. *História Municipal de Igarassu*. 2013, 1ª edição, 67 p.
- BRASIL. *Artigo 216, seção II da Cultura*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 25 de novembro de 1937*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: jan. 2014.

CASTRIOTA, L. B.. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, 380p.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2006. 282 p.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Plano de preservação dos sítios históricos da região metropolitana do Recife (PPSH/RMR)*. Fundação de desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. Secretaria de Planejamento. 1978, 400p.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018

IPHAN/COPEDOC. *Bens móveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009* / [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz, Melhem e Zulmira Canário Pope]. 5 ed. revisado e atualizado. [Versão Preliminar] – Rio de Janeiro: 2009. 166 p.

IPHAN. *Igreja dos Santos Cosme e Damião: encartes rotas do patrimônio, uma viagem através da história*. 2018, 16p. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/10_roteiro_patrimonio_igreja_cosme_damiao_igarassu_pe.pdf.

Acesso em: 15 jun. 2020.

LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M.; DINIZ, F. *Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial*. In: Revista eure. Vol. XXVI, nº79, pp. 77-94. Santiago de Chile, 2000.

MATOS, M. X. G. *Análise de estruturas em alvenaria: modelo para análise e identificação dos processos construtivos e das etapas de execução de uma edificação de valor histórico/cultural*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/826>. Acesso em: 16 jun. de 2020.

PROGRAMA MONUMENTA. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Programa Monumenta, 2005, 456p.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p. 152.

ROCHA, A. C. V. *Uma leitura arqueológica de estruturas arquitetônicas no Engenho Monjope*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20051>. Acesso em: 15 jun. de 2020.

SILVA, C. A. V. *Mudanças e permanências na paisagem do sítio de Igarassu-PE*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17076>. Acesso em: 15 jun. de 2020.

SOUTO MAIOR, P. M.; SOUZA, R. *Marcos Cronológicos e Identificação dos Usos de Vestígios Arqueológicos Metálicos de Quatro Sítios Históricos em Pernambuco*. FUMDHAMentos (2019), vol. XVI, n. 1. pp. 19-54. Disponível em: http://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2020/03/fumdham-fumdhamentos-xvi-2019-n-1-_086698.pdf. Acesso em: 16 jun. de 2020.

O PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO: DA TEORIA PROTOTÍPICA AOS MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS

THE CATEGORIZATION PROCESS: FROM PROTOTYPICAL THEORY TO IDEALIZED COGNITIVE MODELS

Natália Elvira Sperandio¹

Resumo

O presente artigo possui a finalidade de reunir alguns estudos dedicados ao processo de categorização. Para isso, tomaremos como base teórica a Teoria Prototípica de Categorização, de Eleanor Rosch, e a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, de George Lakoff. Acreditamos que essas duas visões sejam de grande valor, já que através delas o sentido passa a ser visto não como referencial, mas construído pela intermediação de práticas sociais.

Palavras-chave: Categorização. Protótipo. Modelos Cognitivos Idealizados.

Abstract

This article aims to gather some studies dedicated to the categorization process. For this, we will take as theoretical basis the Prototypical Theory of Categorization, by Eleanor Rosch, and the Theory of Idealized Cognitive Models, by George Lakoff. We believe that these two visions are of great value, since through them the meaning is seen not as a reference, but built by the intermediation of social practices.

Keywords: Categorization. Prototype. Idealized Cognitive Models.

INTRODUÇÃO

A categorização é um processo inerente ao ser humano. Desde os nossos primeiros momentos de vida, possuímos a capacidade de categorizar as coisas que estão ao nosso redor. A preocupação de como categorizamos as coisas presentes no mundo é antiga; desde a época

¹ UFSJ – Professora Adjunta, Departamento de Letras, Arte e Cultura, Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG. E-mail: colet@ufs.edu.br.

de Aristóteles havia interesse nas práticas de nomear, definir e categorizar. Foi por meio desse autor que tivemos a distinção entre a essência de uma coisa e seus acidentes:

- a) é a essência que faz a coisa ser o que ela é, são suas partes imanentes que indicam sua individualidade;
- b) enquanto que o acidente não desempenha papel na construção do sentido.

Nessa perspectiva, a categoria era definida por um conjunto limitado de condições suficientes e necessárias, sendo essas condições limitadas como claras, discretas ou essenciais. Essa abordagem clássica não era fruto de um estudo empírico, mas de reflexões filosóficas.

Dessa forma, na teoria clássica da categoria, havia o pressuposto de que a categorização era feita através de características suficientes e necessárias, ou seja, as coisas eram categorizadas a partir da base daquilo que possuíam em comum. Desde Aristóteles até um dos últimos trabalhos de Wittgenstein, as categorias eram vistas como recipientes dentro dos quais estariam as coisas, e, na parte exterior, sua identidade organizacional no grupo era definida pelas características comuns, de forma que, nessa caracterização clássica, nenhum membro da categoria poderia possuir “status” especial, já que todos dividiam propriedades em comum.

Essa posição foi colocada como inquestionável e considerada como verdadeira, mas, a partir dos trabalhos desenvolvidos na psicologia cognitiva, a categorização tornou-se um campo maior de estudo. O avanço ocorreu com os estudos desenvolvidos por Eleanor Rosch e seus colaboradores ao proporem a “Teoria Prototípica” e as “Categorias de nível-básico”.

Lakoff (1987) argumenta que a visão clássica de categorização não está totalmente errada, mas, segundo o autor, deve-se considerar a complexidade da categorização. Dessa forma, a “Teoria Prototípica” surge para demonstrar que a categorização estende-se além dos princípios propostos pela teoria clássica.

A TEORIA PROTOTÍPICA DE CATEGORIZAÇÃO

A teoria prototípica teve início em meados dos anos 1970 a partir dos estudos propostos na pesquisa psicolinguística de Eleanor Rosch. De acordo com Lakoff (1987), é a partir dos estudos propostos por Brent Berlin e Paul Kay que Rosch inicia seus achados sobre os protótipos. Nesse estudo os autores investigaram, em diferentes línguas, a categorização das cores e observaram que havia algumas regularidades nos termos básicos: 1) eram designados por apenas um morfema, 2) não eram restritos a um número pequeno de objetos e 3) possuíam uso comum e geral. Também foi observado que os limites entre as cores sofriam variação de uma língua para outra e que uma pequena regularidade poderia ser percebida na

identificação do foco mais representativo, o foco central, que foi denominado por Rosch como protótipo.

Diante disso, Rosch passou a investigar se o foco central era enraizado na linguagem ou na cognição linguística. Para desenvolver seu projeto a autora recorreu a informantes que tinham pouco conhecimento de nomes de cores, nesse caso, crianças da pré-escola de Nova Guiné. Como resultado desse estudo temos que: a saliência das cores focais é maior do que as não focais; essas cores são lembradas mais precisamente pela memória de curto prazo e retiradas facilmente pela memória de longo prazo; os nomes dessas cores são produzidos de forma rápida nos exercícios de nomeação e adquiridos mais cedo pelas crianças.

A autora tinha como ideia que o “status” cognitivo poderia ser afirmado pelas cores focais. Dessa forma, essas cores possuíam uma saliência cognitiva perceptual particular que é independente da linguagem.

Como forma de ampliar seus estudos, Rosch promoveu uma pesquisa voltada para as formas. Nessa a autora pediu aos seus informantes que descrevessem as figuras, apresentadas por ela, a pessoas que não podiam vê-las. Nesse estudo, a autora possuía o objetivo de confirmar a noção do protótipo natural no âmbito das formas. Articulando com as descobertas feitas no estudo das cores, estes resultados sugerem que os protótipos naturais possuem função crucial nos diversos estágios presentes na formação e na aprendizagem das categorias.

Mas será que a noção de protótipo, desenvolvida por Rosch, pode ser estendida a categorias menos perceptuais do que as de formas e cores? Ou seja, será que podemos aceitar a existência de bons e maus exemplos de carros e casas? Para Rosch e seus colaboradores sim. A autora fez um novo estudo no qual utilizou uma escala de zero a sete pontos de excelência (onde um ponto significaria os melhores exemplos e sete pontos os mais pobres) para testar dez categorias: aves, veículos, frutas, ferramentas, esportes, vegetais, mobílias, brinquedos, vestimenta e armas. A partir desse estudo, Rosch chega à conclusão de que tanto as categorias perceptuais (cores e formas) quanto as não perceptuais (mobília, veículo, aves) não possuem fronteiras definidas claramente e são internamente altamente estruturadas.

A preocupação da autora era provar que as categorias são formadas em torno de protótipos, que funcionam como ponto de referência. A partir de suas pesquisas ela e seus colaboradores desejavam demonstrar, empiricamente, que há membros ou instâncias no interior de uma categoria com características especiais. Ou seja, os membros de uma categoria não são representativos da mesma forma, tendo efeitos prototípicos entre eles, sendo o protótipo considerado o melhor exemplo, se possuir as propriedades consideradas típicas de uma categoria. Sendo, dessa forma, o exemplo típico. Se tomarmos como exemplo a categoria pássaro, comparando os seus atributos prototípicos representativos da categoria como o pintarroxo, teremos: 1) põe ovo, 2) possui bico, 3) tem penas, 4) duas asas e duas

pernas, 5) pequeno e leve, 6) pode voar, 7) canta e gorjeia, 8) rabo curto, 9) pernas finas e curtas e 10) possui peito vermelho. Quando essa categoria é aplicada a outros tipos de pássaros, como, por exemplo, papagaio, canário e pombo; perceberemos que esses compartilham apenas algumas características da categoria. Diante disso, a categoria pássaro possui como membro representativo, mais central, o pintarroxo.

Prosseguindo esses estudos, Rosch e Mervis (1975) estudaram as semelhanças de família entre as categorias e a prototypicalidade de determinados membros. Através dessas investigações as autoras buscavam demonstrar a posição de semelhança de família e apresentar uma avaliação baseada no atributo. Esse é visto como afirmação que fornece informações sobre os membros de uma categoria. Os atributos das categorias prototípicas podem ser sumarizados da seguinte forma: 1) os membros prototípicos de uma categoria terão o maior número de atributos em comum com os membros dessa categoria e um menor número de atributos em comum com os membros de uma categoria vizinha; e 2) os membros considerados maus exemplos compartilham um número pequeno de atributos com os membros de sua categoria, possuindo atributos de outras categorias.

Outra questão investigada por Rosch e Mervis (1975) foi a categoria de nível básico. Segundo as autoras, é nesse nível que os objetos concretos do mundo se dividem em categorias. Assim, teremos:

SUBREORDENADO	Animal	Mobília
NÍVEL BÁSICO	Cachorro	Cadeira
SUBORDENADO	Cão de caça	Cadeira de Balanço

O nível básico é o primeiro a ser nomeado, aprendido e a entrar no léxico da língua. Nesse uma única imagem mental pode refletir toda a categoria. É o nível mais inclusivo da categoria, onde as formas dos objetos são parecidas, e, dessa forma, reconhecidas mais facilmente. Para Lakoff (1987) grande parte de nosso conhecimento é organizado nesse nível.

Diante do exposto até o momento, podemos considerar que os trabalhos de Rosch podem ser divididos em três fases:

- **FASE 1:** a distinção dos protótipos era feita basicamente por: a) saliência perceptual; b) maior memorabilidade, ou seja, são apreendidos mais facilmente; e c) a generalização feita através de um estímulo para outro que lhe seja similar fisicamente.
- **FASE 2:** os efeitos prototípicos promovem a caracterização da estrutura interna da categoria. Assim, os melhores exemplos poderiam refletir a estrutura interna da categoria.

De acordo com Lakoff (1987), nessa segunda fase, surgem duas questões fundamentais: será que os efeitos prototípicos caracterizam a estrutura da categoria como ela está representada na mente? Será que os protótipos constituem representações mentais?

Para a primeira questão Lakoff coloca como resposta a fórmula: EFEITOS PROTOTÍPICOS = INTERPRETAÇÃO DA ESTRUTURA DA CATEGORIA. Nessa questão os efeitos prototípicos eram vistos como espelhando diretamente a estrutura da categoria ou constituindo suas representações.

Na segunda questão, o autor nos oferece a fórmula: PROTÓTIPO = INTERPRETAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO. Nesse caso, a representação das categorias na mente seria feita através de protótipos e os graus de representatividade seria feito através das similaridades.

Ao final dos anos setenta, Rosch desenvolve uma terceira fase.

- **FASE 3:** os efeitos prototípicos teriam fontes não determinadas. Esses efeitos determinam a possibilidade do que poderia ser uma representação, mas não há correspondência entre os efeitos e a representação mental.

Lakoff (1987), assumindo a terceira fase da autora, advoga que os efeitos prototípicos são superficiais, a partir disso, o autor passa a trabalhar as questões semânticas tendo como ponto de partida o processo de categorização. O autor faz a ligação da psicologia cognitiva com a linguística, assim, o significado de uma expressão linguística está associado à natureza da categorização humana, sendo essa relação compreendida a partir dos estudos da prototypicalidade. Diante disso, passa a depender de uma teoria dos modelos cognitivos. Dessa forma, pode-se associar a Teoria Prototípica à Teoria dos Modelos Cognitivos desenvolvida por Lakoff, que observa:

Um dos objetivos desse livro é contornar uma proposta geral para a teoria da categorização e esboçar a área de fontes para os efeitos prototípicos superficiais. [...] Nossa reivindicação básica será que os efeitos prototípicos resultam da natureza dos modelos cognitivos, os quais podem ser vistos como “teorias” sobre alguma matéria. (LAKOFF, p.45, 1987)²

² Essa e as demais traduções são de minha responsabilidade.

Os fenômenos prototípicos são considerados superficiais e suas fontes são os Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), que são produtos da cognição humana. Os efeitos prototípicos são considerados subprodutos de estruturas cognitivas complexas, consequência da forma pela qual nossos conhecimentos e experiências são organizados em nossa mente. Dessa forma, a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI) possui como finalidade a identificação das várias fontes desses efeitos.

A TEORIA DOS MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS

A TMCI sustenta uma semântica conceitual, sendo esta fundamentada na capacidade de conceitualização humana. Lakoff destaca que a categorização é possível apenas via um MCI, sendo ele o responsável pela organização de todo conhecimento. Os modelos cognitivos são considerados idealizados porque são estruturados a partir de uma seleção de estímulos (crenças, valores bio-socio-culturais que orientam o raciocínio e o agir social do indivíduo). O caráter idealizado desses modelos permite: a) que eles não se adéquem de forma necessária e perfeita ao mundo, resultado do fato de que, como são frutos do aparato cognitivo humano e da realidade, o que consta em um modelo cognitivo é determinado pelas necessidades, crenças, valores etc; e b) faz com que se tenha a possibilidade de construção de diferentes modelos para a compreensão de uma determinada situação, sendo que esses modelos podem ser contraditórios entre si.

A TMCI é construída tendo como base quatro fontes:

- a) A Semântica de Frame de Fillmore
- b) A Teoria da Metáfora e da Metonímia de Lakoff e Johnson
- c) A Gramática de Langacker
- d) A Teoria dos Espaços Mentais de Fauconnier

Essa teoria congrega basicamente os postulados dessas quatro fontes, sendo essas situadas na linguística cognitiva. Ela é a base da Semântica Cognitiva de Lakoff, que possui cinco tipos de modelos que contribuem para a estruturação de nossas experiências físicas tanto no plano puramente conceitual quanto no linguístico conceitual. Os tipos são:

Os modelos de esquemas de imagem são conceitos apreendidos de forma direta e utilizados, metaforicamente, para estruturar conceitos complexos. Esses modelos possuem natureza corpórea-cinestésica, fazendo com que sejam compostos por imagens sinestésicas, ou seja, da percepção que possuímos de nosso corpo, do movimento corporal, do formato dos objetos. Eles impõem estrutura à experiência de espaço e são projetados para domínios

conceituais abstratos através de metáforas e metonímias, estruturando modelos cognitivos complexos. Alguns exemplos desses modelos são: contêiner, parte-todo, ligação, centro-periferia, origem-percurso-meta.

Os Modelos Cognitivos Proposicionais também são apreendidos de forma direta e constituídos das propriedades dos elementos e as relações obtidas entre eles. Esses modelos possuem uma ontologia que é o conjunto de elementos utilizados no MCI, sendo esses elementos ou conceitos de nível básico – entidades, ações, estados, propriedades etc – ou podem ser conceitos caracterizados por modelos cognitivos de outros tipos. Exemplos desses modelos são: proposição simples, cenário, feixe de traços, taxonomia e categoria radial.

Os Modelos Cognitivos Metonímicos constroem o sentido pelo fato de serem sustentados indiretamente nas experiências concretas. Esses modelos ocorrem em um único domínio conceitual, onde há dois elementos, A e B, sendo que A pode ser “representado por” B. Nesse modelo tomamos um aspecto considerado ou bem-entendido, ou de fácil percepção, *que é utilizado para representar a coisa como um todo ou algum outro aspecto ou parte dela.* (Lakoff, 1987, p.77). Assim, temos um conceito A que deve ser compreendido em uma estrutura conceitual que contenha tanto A quanto outro conceito B, sendo esse ou parte de A, ou associado a ele na estrutura. A escolha de B determinará A nessa estrutura, sendo que comparado a A, B ou é de fácil compreensão, ou mais fácil de ser lembrado, reconhecido ou imediatamente útil para a proposta em um dado contexto, e assim, o modelo metonímico é um modelo que exemplifica como A e B são relatados em uma estrutura conceitual, sendo a relação especificada pela função de B para A. A estrutura desses modelos é produzida em termos dos esquemas CONTÊINER e ORIGEM-PERCURSO-META.

Lakoff destaca que esse modelo é uma das fontes mais ricas de efeitos prototípicos. Isso ocorre pelo fato de sua essência ser estruturada a partir de um membro de uma determinada categoria, subcategoria ou submodelo que é visto como representativo da categoria ou do modelo como um todo.

Os Modelos Cognitivos Metafóricos, da mesma forma que os metonímicos, são indiretamente significativos, já que consistem da projeção de domínios concretos da experiência para domínios abstratos. Esses modelos caracterizam-se pela existência de um domínio fonte A, considerado bem estruturado; domínio alvo B, que precisa ser estruturado para a sua compreensão; o mapeamento, responsável pela ligação do domínio fonte ao domínio alvo; e do mapeamento ou projeção metafórica, sendo essa naturalmente motivada através da correlação estrutural existente entre esses domínios. Esses modelos, da mesma forma que os metonímicos, são estruturados em termos dos esquemas CONTÊINER e ORIGEM-PERCURSO-META.

Os Modelos cognitivos Simbólicos, diferentes dos acima que são considerados puramente conceituais, são produzidos a partir da associação dos elementos linguísticos com os elementos conceituais em um MCI. Exemplos desses modelos seriam os itens lexicais, categorias gramaticais e construções gramaticais.

Diante disso, devemos considerar que os MCIs são estruturas conceituais complexas que organizam todo o nosso conhecimento, sendo que eles não podem ser considerados como representação interna de uma realidade externa, pois são construtos resultantes da interação do indivíduo com o seu ambiente, que muitas vezes são construídos com o auxílio de mecanismos imaginativos, via corporalidade, como a metáfora e metonímia.

A partir dessa teoria, proposta por Lakoff (1987), para decidirmos se Maria é ou não solteira devemos fazer uma combinação da estrutura determinada pelo MCI e o conhecimento específico que possuímos da indivíduo Maria. Iremos definir a categoria solteiro tendo como condições de referencia uma sociedade humana, onde há expectativas, ou seja, valores sociais sobre o casamento e a idade ideal para se casar. Dessa forma, utilizaremos um processo cognitivo que determinará se Maria faz ou não parte da categoria solteiro. Da mesma forma, que seremos capazes de excluirmos dessa categoria os Papas, padres e homossexuais que vivem juntos, sem estarem casados, da categoria solteiro, já que o sentido de solteiro é uma esquematização do que se passa no mundo, ou seja, determinado pela categoria de homens e mulheres não casados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos cognitivos estão presentes desde a produção até o entendimento no uso das palavras e da linguagem. Sendo a categorização o processo mental de classificação e a categoria o seu produto, fazendo com que juntos constituam o denominado léxico mental. Quando estamos diante da língua em uso podemos nos questionar porque os objetos são agrupados em determinadas categorias e não em outras. Acreditamos que para compreendermos o processo de categorização seja imprescindível passarmos pela Teoria Prototípica de Rosch, no âmbito da psicologia cognitiva, e chegar a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados de Lakoff, já que essas teorias rompem com a visão objetivista, onde as representações eram vistas como espelho da realidade. Assim, o que é referido em uma expressão linguística não é exatamente um objeto ou elemento da realidade, mas algo mediado por construtos teóricos do tipo elaborado pela categorização cabendo aqui a noção de MCI.

REFERÊNCIAS

LAKOFF, G. *Women fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MERVIS, C.; ROSCH, E. Categorization on natural objects. *Annual Review on Psychology*, v.32, n. 01, p. 89-115, fev. 1981

ROSCH, E. Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 104, n. 03, p. 192-233, set. 1975

_____. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In: MORE, T. E. *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. New York: Academic Press, 1973. p.111-144.

ROSCH, E.; MERVIS, C. B. Family Resemblances: studies in the internal structures of categories. *Cognitive Psychology*, v. 7, n. 4, p.573-605, Out. 1975.

TEIXEIRA DE PASCOAES E CLARICE LISPECTOR: SER, NADA E SILÊNCIO

TEIXEIRA DE PASCOAES AND CLARICE LISPECTOR: BEING, NOTHING AND SILENCE

Maria Celeste Natário¹
Rodrigo Michell Araujo²

Resumo

Teixeira de Pascoaes e Clarice Lispector foram autores contemporâneos um do outro, apesar de a primeira obra de Clarice, *Perto do coração selvagem*, datar de 1943, quando já se encontravam publicadas significativas obras de Pascoaes. O que buscamos neste ensaio é destacar as afinidades existentes em suas obras, nomeadamente a partir de temas como ser, nada e silêncio. Demonstraremos que, se em ambos a palavra parece sempre ser reveladora do ser, poderá ela também reportar ao lugar “neutro” que é o próprio nada, mas também o que está por “detrás” do pensamento, onde se manifesta o silêncio.

Palavras-chave: Teixeira de Pascoaes. Clarice Lispector. Ser. Nada. Silêncio.

Abstract

*Teixeira de Pascoaes and Clarice Lispector were contemporary authors of each other, although Clarice's first work, *Near the Wild Heart*, dates from 1943, when significant works by Pascoaes were already published. What we seek in this essay is to highlight the affinities existing in his works, namely from themes such as being, nothing and silence. We will demonstrate that, if in both the word always seems to be revealing of being, it can also refer to the "neutral" place that is nothingness itself, but also what is behind the thought, where silence is manifested.*

Keywords: Teixeira de Pascoaes. Clarice Lispector. To be. Anything. Silence.

¹ Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, coordenadora do Grupo de Investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, do Instituto de Filosofia da mesma Universidade. E-mail: mcnatario@gmail.com.

² Doutorando em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do Grupo de Investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, do Instituto de Filosofia desta mesma Universidade. Bolsista CAPES, Brasil. E-mail: rodrigo.literatura@gmail.com.

“Nascer é pôr a máscara”
Teixeira de Pascoaes

“A respiração contínua do mundo é aquilo que ouvimos e chamamos de silêncio”
“E descobri que não tenho um dia-a-dia. É uma vida-a-vida. E que a vida é
sobrenatural”
Clarice Lispector

Todas as questões da identidade colocam a questão da personalidade. Não é por acaso que “pessoa” deriva de máscara, no sentido de que todo o actor é “hipócrita”, na medida em que faz da sua exterioridade algo de artificial, podendo dizer-se ser uma espécie de artista da sua máscara, ou seja, não se pode substituir a máscara pelo que está antes da máscara. Ao longo da vida vamos então aprimorando máscaras sucessivas, de um modo mais ou menos inconsciente. Construimos máscaras de acordo com o que efectivamente gostamos? Quem é o olhar de quem se vê no espelho? Olhar e sujeito confundem-se, mas também de quem é esse olhar que nos vê? Ele não é apenas nosso. Será de Deus? De uma boa ou má consciência? Temos uma ideia boa que vem da boa consciência e uma ideia má que vem da má consciência? Por exemplo, quando Sócrates está a ser julgado, sabe que está a falar a verdade, porque ele diz que “quando fala, há o bom e o mau, que o assaltam”, mas, naquela hora, naquele momento preciso, ele diz não ouvir a “parte má”. Então, entre o que somos e o que parecemos que somos e, no limite, se tudo tem que ser dito (como Cristo, como Sócrates), o que importa é que a verdade apareça. E é aqui que, consideramos, poderá surgir, em certa medida, o sublime, sublime que pode ser dito como “o sacrifício das máscaras que construimos ao longo da vida com tanto cuidado”. Então, no limite, também podemos dizer que está o ridículo, o ridículo dos que vivem e aceitam isso sem questionar. Isso será o que em certa medida podemos chamar uma “vida plena”, que significa aqui uma vida não fácil, bem pelo contrário. Estamos a pensar, por exemplo, em Albert Camus, mas também, e sobretudo em Clarice Lispector, algo que pode passar perfeitamente imperceptível para qualquer rosto anónimo, pois podemos dizer que somos um vazio cheio, ou também um cheio vazio, usando aqui a imagem das cascas da cebola – tal como numa cebola, vamos retirando a casca, mais outra casca, até chegar ao centro. E no centro o que temos? Poderíamos, assim, encontra-lo em Teixeira de Pascoaes? Ora, ele é tudo: a Natureza, o Animal, o conjunto de tudo o que ele não foi, no sentido de que ele escolheu para ser, mas não era, ou seja, a dor do vazio dos poetas. Será que algo de similar não estará em boa parte na obra de Clarice Lispector?

*

Sentem-se “vazios” em Pascoaes. Simultaneamente, sente-se que esses “vazios” são suscetíveis de serem preenchidos. Mas há também, ainda que ténue, um vislumbrar de um horizonte longínquo, de um “quase nada”, mas que não é.

Tudo isto em Pascoaes é espoletado por um sentimento da dimensão do destino da mortalidade dos seres humanos. Os seres humanos são mortais. E isso os aproxima de uma nadificação, porque há consciência de perda e de privação, em que falar do “nada” só se compreenderá no sentido em que algo não está onde deveria estar, ou seja, é a presença de um nada relativo, na medida em que a mortalidade é pressentida, mesmo que ela possa ser de algum modo criadora. Então, o ser, por ser excesso, não pode ser dito como “nada”, mas o indizível pode ser entendido como “nada”. Este “nada” pode contrapor-se ao ser que ainda pode vir a ser definido.

Privação entendemos aqui como o carácter impermanente das coisas. É uma privação que não é relativa a uma absoluta contingência³. Mas que também não é um niilismo, porque há sempre uma “presença”, mesmo que seja a presença do ausente, e este ausente pode ser uma companhia. Basta lembrarmos da obra de Pascoaes *Para a Luz*, de 1904, onde o poeta fala da morte do irmão, que se ausenta da vida e que, não obstante, permanece, na memória, pela recordação.

Então, se considerarmos que em Pascoaes existe uma física da metafísica, simultaneamente supondo que o Céu existe e que ele é transcendente, somos obrigados de algum modo a pensar que estamos perante uma certa impossibilidade de separar o imaterial absoluto por significar um empobrecimento, pois impossível será em Pascoaes falarmos de uma desmaterialização da matéria. De algum modo na linha de Heidegger, toda a filosofia do verbo encontra uma filosofia da revelação. Decerto, isto é mais verdade em Pascoaes porque a palavra é sempre reveladora do ser. Em Heidegger, ou se aprende através do homem ou da arte, mas é sempre um ser que emparceira com o ente, pelo que o que mais sentido fará em Pascoaes é falar de uma ideia de sensível e continente (como o que contém), e também de contingência, isto é, o que pode ser ou não ser. Perguntamos se aqui não haverá igualmente

³ Cf. *Verbo escuro*, de Teixeira de Pascoaes, p. 65.

lugar para o nada, ou, pelo menos, para a sua possibilidade, salvaguardado a diferença entre o nada e sua possibilidade.

Dir-se-ia que, sem conter, sem ser continente, a contingência é nada, ou que ela só é possível se o nada for “empurrado”.

*

Será que se pode falar em Pascoaes de uma desconfiança perante uma transcendência descarnada? A questão coloca-se-nos, mas as dúvidas são imensas, sobretudo na medida em que tudo em Pascoaes parece tender para a elevação, sugerida em grande parte da sua poética, sobretudo no *Verbo Escuro* e no *Pobre Tolo* (2014), pela simbólica do “fumo”. Contudo, o fumo tanto pode remeter para o vácuo, o vazio, o nada, como ser a visualização do ar numa passagem do sólido ao gasoso.

Mesmo que, para o poeta, possa não existir a morte. Para o homem a morte existe, no sentido da matéria, ou seja, pode de certo modo falar-se em Pascoaes de uma melancolia que nos faz lembrar esse “quase nada”, que não é um pessimismo, mas que é dor, mas uma dor que de algum modo e antiteticamente tem algo de belo, no sentido em que ela pode a uma espécie de êxtase. Contudo, este êxtase não é permanente. Portanto, é uma espécie de oximoro. Não há simplesmente tese e antítese, muito menos síntese. Há sobretudo aqui um paradoxo: tal como na Natureza, em que há uma beleza extática, onde habita o divino, a verdade, essa beleza que pode ser entendida como o âmago, uma espécie de *húmus* do que permite um certo “misticismo” até – porque aí está também o divino, com o qual Pascoaes comunica.

Pascoaes nunca se isola do mundo. Ele está no mundo, sempre em íntima comunhão e comunicação com ele. Pascoaes escolhe margens, e estas margens são para ele o centro do mundo, ou seja, em termos objectivos, as margens não são margens, porque uma coisa é ver o mundo no modelo clássico, dos pontos cardeais, e outra é ver o mundo a partir de uma “marginalidade”, que nos convida e obriga a descentrarmos-nos, porque temos que mudar o centro dos pontos cardeais. Por isso, Pascoaes é bem mais provocador do que num primeiro olhar nos pode parecer.

De certo modo, poderíamos dizer que, tal como em Platão em *República*, Livro VII, é fora da caverna que a verdade se descobre, mas, ao descobri-la, como contá-la, como anunciar aos outros a verdade? Platão não pode fazer muito mais do que dirigir uma espécie de convite para que os prisioneiros da caverna se aproximem da entrada da mesma, para se aproximarem da verdade. Então, podemos igualmente dizer que, sob o ponto de vista retórico, a Academia é um espaço onde de certo modo as “musas” convidam a uma “deslocalização” como atitude estratégica e defensiva, sob pena de Platão não correr o risco de ser culpado como Sócrates.

Então Platão muda o centro, o seu centro. De modo similar, poderíamos dizer que Pascoaes desloca o centro para a margem, assim criando um novo centro, um novo centro que, sob o ponto de vista epistemológico, também ele é defensivo, mas é igualmente o seu espaço de criação, o seu espaço de *conforto*, o espaço afinal onde a quase-verdade se lhe revela e onde só os que procuram novos centros nas margens conseguem visitar. Os espaços físicos habitados por Pascoaes são, todos eles, a confirmação das viagens e das visitas, também da procura das margens que Pascoaes fez centro. De modo similar, mesmo que com diferentes percursos, algo curioso e que nos levou a pensar em uma proximidade ao nível da busca de um sentido que algures a natureza traria para a existência do humano, nos levou para Clarice, que deixou o seu centro e procurou as margens mais “marginais” e fez delas o seu centro, mesmo que às vezes descentrado na sua “Casa do Sol”, que foi afinal o lugar onde porventura ela mais se conseguiu aproximar de si, numa espécie de profunda e violenta confrontação com ela própria, numa dimensão até abissal.

Falamos, enfim, de dois autores de corpo inteiro (que também desenhavam), que podem perfeitamente ser lidos como poetas da natureza, do nada e do ser.

*

O que propomos aqui são algumas errâncias por entre as margens que vêm a ser centros, no lugar onde “acontecem” as muitas afinidades partilhadas por Teixeira de Pascoaes e Clarice Lispector, apesar de ambos não terem se conhecido – Clarice publica seu primeiro romance em 1943, quando Teixeira de Pascoaes está no seu último decénio de atividade literária e de vida.

Falar de margens em Clarice é sempre sintomático, pois a sua obra está toda ela permeada de personagens que orbitam estes espaços. É por fazê-los o seu centro que eles constantemente estão em contacto com o ínfimo, resultando daí a relação de alteridade que perfila sua obra.

Mas é também deste arrabalde-centro que reverbera o cariz existencial da obra clariceana, de onde sobressai a inesgotável busca pelo “núcleo da existência”⁴, tal como a empreendida pela personagem G. H., em *A paixão segundo G. H.*, uma das obras mais complexas do *corpus* clariceano pela dimensão da introspecção ali alcançada⁵.

Em *A paixão segundo G. H.* nota-se uma indelével presença pascoaesiana. Clarice transpõe, aqui, uma situação banal para uma experiência-limite. A narradora protagonista G. H (supostamente iniciais para “género humano”), ao despedir sua empregada doméstica Janair, vai até o “quarto de empregadas” com o afã de encontrá-lo sujo, mas depara-se com o oposto, demarcando já o estrato social de G. H (a “cobertura” onde mora no Rio de Janeiro) e a hierarquia vista pela maneira como se refere à Janair. A situação banal: ao entrar naquele cómodo, que faz parte de seu apartamento, mas ao mesmo tempo lhe é absolutamente indiferente, depara-se com uma barata que, num primeiro momento, por impulso, irá esmagar com a porta do guarda-roupa, deixando-lhe a metade para fora. A experiência-limite: segue-se, em forma de monólogo, um mergulho intimista da própria narradora diante da barata, que produzirá uma ação na narrativa. Já não mais guiada pelo impulso, G. H. chegará à conclusão, pela introspecção, de que é preciso sorver a massa branca expelida por aquele inseto, pois vê nele a si próprio, como se a barata fosse o seu duplo. É esta ação que conduz G. H. à despersonalização de si mesma⁶, à “deseroização”, palavra que se repete ao longo do texto.

G. H. trava uma luta consigo mesma para tentar “organizar” os factos e narrar – a narrativa se desenvolve algumas horas depois do ocorrido com a barata. Desorganização que faz parte não apenas do universo da protagonista, mas é a própria singularidade da estrutura

⁴ Cf. Yudith Rosenbaum, 2002, p. 39.

⁵ O ensaísta e filósofo Benedito Nunes, um dos mais argutos leitores de Clarice Lispector, em um artigo originalmente publicado na *Colóquio/Letras*, em 1982, e intitulado “Clarice Lispector ou o naufrágio da introspecção”, define a obra como um “relato de longa, sofrida e tumultuosa introspecção” (NUNES, 1989a, p. 66).

⁶ Apesar de a crítica já ter se debruçado longamente sobre esta despersonalização de G. H., vale a pena conferir a leitura que Benedito Nunes faz, vendo neste “desdobramento de si”, ou seja, a anulação de si conduzida pela anulação do outro, uma experiência mística, um “desapossamento do eu” (NUNES, 1989b, p. 76).

da obra, que começa e termina com seis travessões, ou seja, um fluxo, onde não há ponto de partida ou de chegada, tudo é *continuum* – Clarice Lispector demonstrou em sua obra a sua predileção pela diluição da ideia de “início” e “fim”: os travessões que inicia *A paixão segundo G.H.*, como a vírgula que inicia *Uma aprendizagem, ou o livro dos prazeres*, dão corpo à fala da narradora-pintora de *Água viva*, quando revela para seu destinatário que “o que te escrevo não tem começo: é uma continuação” (LISPECTOR, 1998, p. 33). Mas G. H. fala de desorganização porque a experiência que vivera não é organizável, por isso, até o oitavo “capítulo” da obra⁷, sua busca é pela palavra, para que possa exprimir em linguagem o inexpressivo.

A busca empreendida por G. H., que é análoga à de Teixeira de Pascoaes, é decerto a de tentar traduzir o silêncio, “traduzir o desconhecido para uma língua que desconheço” (LISPECTOR, 2013, p. 16). Mas, para isso, é preciso mergulhar no nada, ou naquilo a que chama de “neutro” e que define como o lugar do “inexpressivo” (*Idem*, p. 105). Em Clarice, como também em Pascoaes, o neutro remonta à própria aceção latina do termo, “ne-uter”, nem um, nem outro. Quanto a isto, a fulcral noção de “suspensão”, presente em toda a obra de Teixeira de Pascoaes, funciona como um complemento, ou a outra face da noção de neutro presente em *A paixão segundo G. H.* Em muitos poemas de Pascoaes é constante a presença da imagem da névoa, do nevoeiro, algo que turva a visão, que borra o olhar perante a realidade, deixando o sujeito lírico sempre em estado suspenso, como vemos neste poema intitulado “Canção crepuscular”, de *Terra proibida*, segundo livro de poemas do autor:

Quando a tarde vem dos céus,
 Rezemos então a Deus
 A nossa melancolia:
 Este vago sentimento
 De abandono e sofrimento
 Que o nosso ser anuvia...
 E, todo enevoadado, cisma
 E, no seu nada, se abisma...

⁷ *A paixão segundo G. H.* não se estrutura em “capítulos”, pois são fragmentos não numerados, que se inicia com a última frase do fragmento anterior, um recurso de repetição que a autora utiliza de maneira análoga aos textos bíblicos, relação que já está presente desde o título da obra. Reservamos as devidas aspas à utilização de “capítulo” apenas para fins de interpretação do texto.

(PASCOAES, 1997, p. 206).

Tanto para Pascoaes quanto para Clarice, é este “vago sentimento”, que é decerto a solidão, que permite a suspensão. É assim que a posse do neutro passa a significar a posse do silêncio, porque o próprio neutro é já o lugar do silêncio. Suspensão e neutro se equivalem, portanto, porque ambos dizem respeito ao silêncio.

Teixeira de Pascoaes e Clarice Lispector empreenderam uma inesgotável necessidade do silêncio. Para ambos, o silêncio é a condição *sine qua non* para a apreensão do Ser, mas também para uma espécie de “conversação” com a própria existência, afinal é pelo silêncio que G. H. conversa não apenas com a existência, mas com Deus e consigo mesma: “falar comigo e contigo está sendo mudo. Falar com o Deus é o que de mais mudo existe. Falar com as coisas, é mudo” (LISPECTOR, 2013, p. 126).

À medida que o silêncio se faz abertura para apreender o Ser e o nada (e é o próprio silêncio que está “entre” ser e nada), ele próprio vai assumindo diferentes contornos nas obras de Pascoaes e Clarice, como uma metamorfose. Por isso uma imagem que G. H. utiliza para definir o silêncio, e que utilizamos em epígrafe deste nosso ensaio, é também justa para Pascoaes: o silêncio é a respiração do mundo, “[...] a respiração contínua do mundo é aquilo que ouvimos e chamamos de silêncio” (*Idem*, p. 78). Ou seja, respiração, mas também sopro, pulsação. Suas obras, de certo modo, se fundam no silêncio. Assim como Pascoaes explorou às últimas consequências a utilização de *aposiópesis*, que, em Retórica, são as reticências que significam a suspensão (de uma frase ou de um pensamento), mas também significando as próprias “marcas” do silêncio, também Clarice deixou tais marcas do silêncio, com a utilização do travessão, em *A paixão segundo G.H.*

As obras de Clarice e Pascoaes partilham de uma mútua afinidade, pois elas nos conduzem àquele terreno a que Clarice chamou, em *Água viva*, “atrás do pensamento”, isto é, o lugar da verdade do ser, do real intangível⁸, mas que parece inatingível, mas também o lugar do neutro, do silêncio: “no atrás do meu pensamento está a verdade que é a do mundo. A ilogicidade da natureza. Que silêncio” (LISPECTOR, 1998, p. 60).

⁸ Cicero Cunha Bezerra, “O enigma da visão: Clarice Lispector e Merleau-Ponty” (2012, p. 52).

É ao sentar-se sobre sua máquina de escrever que a narradora de *Água viva* medita sobre o seu “atrás do pensamento” – de maneira semelhante G. H. chamou de “meditação visual” (LISPECTOR, 2013, p. 89) este estado onde o próprio silêncio se “estilhaça”, podendo assim ouvir de maneira mais íntima o bater de seu coração, mas também sentir o “nada vibrante” (*Idem*, p. 126). Também Pascoaes fez da serra do Marão a sua máquina de escrever para lá chegar ao “atrás do pensamento” clariceano. Completamente entregue à serra que foi, desde sempre, sua habitação poética, Pascoaes encontrou no “atrás de seu pensamento” um vibrante e musical silêncio onde o próprio Ser “se mostra” como “comunhão” de verbo e silêncio:

Deus e Satã, o mesmo Ser
Com duas faces,
A branca e a negra,
A do verbo encarnado
E a do silêncio
Anterior ao verbo
Mas grávido de toda
A etérea música
(PASCOAES, 1953, p. 27).

*

Uma leitura aproximativa da obra de Teixeira de Pascoaes e Clarice Lispector pode, por fim, realçar um “sentimento” de existência que se traduz em forma de incansável busca que intenta descortinar o Ser, mas também o Nada. Uma procura que invariavelmente se mostra como um mergulho no oceânico nada que tudo engloba. Esta concepção, utilizada por Pascoaes em *O Bailado*, também pode fazer-se eco em Clarice, isto é, no “neutro”⁹: “Somos o Nada que abrange tudo (...) que quer ser tudo e é tudo...” (PASCOAES, 1973, p. 105).

Este latente Nada que é tudo, em Pascoaes e Clarice, demonstra uma trajetória ontológica emparceirada com aquela empreendida por Heidegger com vistas à “questão do ser” – mesmo que significativa obra de Pascoaes tenha sido publicada antes da publicação da

⁹ Vale conferir o artigo “Clarice Lispector e as fronteiras do Nada: ensaio sobre filosofia e literatura” (2017, p. 68), de Cicero Cunha Bezera.

obra fundamental de Heidegger, *Ser e tempo* –, uma vez que, em nossos autores, irremediavelmente se chega ao Ser pelo Nada, como também ao Nada pelo Ser. E falamos até aqui de Ser e Nada porque entre eles se entronca o silêncio, aquele inexpressivo silêncio que se faz expressão em Clarice, basta lembrarmos de sua última obra, publicada postumamente, *Um sopro de vida (pulsações)*, quase inteiramente dedicada ao silêncio, onde, em tom testemunhal, nos diz o autor-narrador: “O que sinto não é traduzível. Eu me expresso melhor pelo silêncio” (LISPECTOR, 2012, p. 30). Pois aí está o paradoxo do silêncio, tão presente em Clarice e Pascoaes: silêncio inexpressivo, mas que é ao mesmo tempo expressão. Porque também o silêncio quer ser tudo e é tudo.

Referências

- BEZERRA, C. C. O enigma da visão: Clarice Lispector e Merleau-Ponty. *Revista Terra Roxa e outras terras*, Universidade Estadual de Londrina, vol. 24, dez., p. 49-58, 2012.
- _____. As fronteiras do Nada: ensaio sobre filosofia e literatura. *Revista O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, v. 26, n.º 3, p. 57-73, 2017.
- LISPECTOR, C. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- _____. *Um sopro de vida (pulsações)*. Lisboa: Relógio D'Água, 2012.
- _____. *A paixão segundo G. H.* Lisboa: Relógio D'Água, 2013.
- NUNES, B. Clarice Lispector ou o naufrágio da introspecção. *Revista Remate de Males*, Universidade Estadual de Campinas, n.º 9, p. 63-70, 1989^a.
- _____. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ática, 1989b.
- PASCOAES, T. *Verbo escuro*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914.
- _____. *Últimos versos*. Lisboa: Centro Bibliográfico, 1953.
- _____. *Obras completas de Teixeira de Pascoaes: Vol. VIII (Prosa II) - O Bailado*. Amadora: Bertrand, 1973.
- _____. *Belo / À minha alma / Sempre / Terra Proibida*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997.
- ROSENBAUM, Y. *Clarice Lispector*. São Paulo: Publifolha (Folha Explica), 2002.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

ALPHABETIZATION AND LITERACY

Katriane Stéfane Couto¹
Maria Eduarda Silveira Andrade²

Resenha da obra: SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. 7 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

Graduada em Letras, doutora e livre-docente em Educação, Magda Becker Soares nasceu em Belo Horizonte (MG) no ano de 1932. Professora emérita na Faculdade de Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), tornou-se uma grande referência em processos de ensino-aprendizagem de língua, sendo considerada uma figura de suma importância para o cenário acadêmico.

Propõe-se aqui uma apresentação de sua obra intitulada “Alfabetização e Letramento”, que teve a sua primeira edição em 2003. A professora traz à tona questões sobre como a alfabetização se introduziu no Brasil e o recente conceito de letramento, ressaltando que alguns tópicos levantados desde a primeira publicação continuam atuais.

Trazendo visões e reflexões aprofundadas e teóricas, a obra conta com uma divisão em três partes: concepções; práticas; e concepções e práticas: uma perspectiva político-social. Possui 12 capítulos, e os temas abrangem desde conceitos, práticas, perspectivas históricas, sociais e culturais sobre questões que envolvem a alfabetização e o letramento, até reflexões que relembram e reafirmam a grande contribuição do educador Paulo Freire.

¹ UNIPTAN, Graduanda em Pedagogia. E-mail: kcouto97@gmail.com.

² UNIPTAN, Graduanda em Pedagogia. E-mail: andrade.maria2000@hotmail.com.

De início, o assunto abordado pela autora suscita discussões acerca do fracasso na alfabetização que ainda perdura no Brasil, tentando articular suas causas. Para educadores é verídico que determinado processo se mostra com diversas concepções, pois as diferentes áreas do conhecimento, como a Psicologia, Linguística e Pedagogia, tratam a aquisição do ler e escrever de maneira independente, isto é, os profissionais criam teorias específicas na área em que atuam, ficando ainda mais explícita a complexidade da alfabetização. À vista disso, essas pluralidades de enfoques abordados não serão de fato efetivas enquanto não vincularem entre si, ou seja, é preciso que todas as análises provenientes dessas diferentes áreas do conhecimento se articulem e contextualizem socioculturalmente, para que possam formar uma teoria coerente de alfabetização.

A autora também relata sobre o recente conceito de letramento, de modo que está associado às práticas sociais de leitura e escrita, e ainda quando deu o seu surgimento no Brasil. É enfatizado que, apesar de ter significado diferente, determinado conceito acaba se mesclando com a alfabetização, levando a uma inapropriada fusão e confusão dos dois processos, havendo, assim, um caráter mais preponderante do letramento.

Dessa forma, embora a relação entre alfabetização e letramento seja inegável e necessária, a aproximação dos dois fenômenos tem trazido uma concepção equivocada de junção dos mesmos, levando a uma diluição da especificidade de cada um deles. Logo, a autora tenta explicar como houve um determinado grau de desaparecimento da alfabetização, fazendo com que tal conceito perdesse as suas peculiaridades, causando, um fracasso na aprendizagem da língua escrita nas escolas nacionais.

É considerada importante a reinvenção da alfabetização, pois, diante dos deficientes resultados que vêm sendo obtidos na aquisição inicial da língua escrita, e, conseqüentemente, repercutindo ao longo da etapa do ensino fundamental, faz-se necessário rever os processos de ensino que estão sendo utilizados em sala de aula, e, ainda, a distinção do que se designa letramento e o que propriamente é alfabetização. Simultaneamente é preciso promover uma aliança entre essas duas dimensões; no entanto, sem perder a especificidade de cada uma delas.

Há uma reflexão a respeito da qualidade da educação, que tem sido feita com base em duas perspectivas: primeiramente a de buscar fatores que a determinam, ou seja, o que as crianças precisam conhecer, aprender e que habilidades devem adquirir para que sejam consideradas alfabetizadas. E após, a de buscar medir essa qualidade por meio de avaliações do resultado do processo de ensino e aprendizagem da língua escrita, abrangendo índices de exclusão, evasão e repetência.

Assim, é ressaltado que alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando, pela integração e articulação das múltiplas facetas do processo de aquisição inicial da língua escrita, é o caminho para a solução dos problemas enfrentados nesta etapa escolar (SOARES, 2017, p. 68).

A segunda parte do livro abrange, mais especialmente, as práticas que envolvem as questões de alfabetização e letramento, sendo destacadas, primeiramente, as novas perspectivas do ensino da Língua Portuguesa e suas implicações para a alfabetização.

O acesso à escola pelas camadas populares trouxe a presença de variantes padrões culturais e linguísticos diferentes daqueles já estabelecidos até então: formas culturais e linguísticas das classes dominantes. Assim, uma discussão a respeito do ensino da Língua Portuguesa no Brasil, em nível fundamental, não pode abster-se desse choque vivenciado devido às diferenças presentes entre a classe popular em relação às dominantes.

Outro enfoque sobre a discussão do ensino da Língua Portuguesa está relacionado à análise das determinantes teóricas da prática pedagógica desse ensino, que vem se submetendo a críticas e a novos paradigmas didáticos. Assim, em meio à discussão sobre algumas novas perspectivas que vêm sendo propostas para o nível fundamental e relembrando outras que historicamente vêm informando o ensino da Língua Portuguesa – são citadas as perceptivas gramatical, instrumental, associacionista, psicogenética e construtivista – busca-se, com análise de exemplos reais de atividades elaboradas em sala de aula, ampliar e aprofundar considerações feitas sobre a questão dos paradigmas e métodos da alfabetização.

Durante a década de 1960, devido ao fracasso das escolas brasileiras em questões de alfabetização, aumentaram-se os estudos sobre a sua aprendizagem e problemas que estavam ocorrendo. Sendo assim, os linguistas deram uma grande contribuição que levava em consideração um fator fundamental para a análise do método de alfabetização: as características dialetais que tornam esse processo peculiar em crianças de camadas sociais diferentes, partindo do pressuposto de que há uma relação entre língua e estratificação social, buscando encontrar nessa discrepância explicações para as dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelos falantes pertencentes a alguns grupos sociais no processo de aquisição da língua escrita.

À vista disso, através de pesquisas realizadas no Brasil, em especial sociolinguísticas, e com exemplos práticos de escrita feitos por crianças de níveis socioeconômicos diferentes, é suposto que a aprendizagem da língua escrita deva levar em consideração que, em classes diferentes, também são distintas as funções atribuídas ao uso da língua, e essas diferenças refletem na percepção que se tem da linguagem escolar, seja oral ou escrita, pelas crianças pertencentes a classes sociais diferentes.

Com o passar das décadas, mais especificamente durante o final dos anos 1980 e princípio de 1990, vivia-se um período de introdução de uma nova concepção no processo de alfabetização, o construtivismo. Esse novo conceito, que rejeitava outros anteriores, e seus métodos de alfabetização que orientavam o ensino e aprendizagem da língua escrita, levou ao que se poderia chamar de impasse na questão do método de alfabetização, impasse que leva a autora a analisar e responder à seguinte pergunta que ainda segue viva e polêmica: alfabetização, em busca de um método?

Em anos anteriores, a pergunta era uma afirmação, ou seja, a alfabetização estava em busca de um método. No entanto, é ressaltado que a transformação para a interrogação foi em decorrência das diversas mudanças nos estudos e pesquisas sobre alfabetização. Assim, devido ao fracasso escolar na aquisição do ler e escrever, devemos ter coragem de afirmar que estamos, sim, em busca de um método, mas que este tenha propostas metodológicas claras para não correremos o risco de arriscá-lo ainda mais.

O texto mais recente nessa coletânea se dirige à questão da alfabetização e letramento na educação infantil. Assim, a emenda constitucional que assegurou a educação básica como obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos fez com que, a partir dessa data, surgisse uma nova posição da educação infantil no sistema educacional brasileiro. Dessa forma, considerada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, como “primeira etapa da educação básica”, e alterada em 2013 por emenda que determinou como “matrícula obrigatória e gratuita”, a educação infantil foi finalmente integrada à educação básica.

Diante do fato, ao longo do tempo vêm surgindo dúvidas e incertezas sobre a natureza e os objetivos de tal etapa; uma delas seria a inclusão ou não de atividades de alfabetização. No entanto, é ressaltado que colocar em dúvida a questão da presença da aquisição do sistema alfabético e do letramento na educação infantil seria desconsiderar que a criança já chega à escola em pleno processo de ambos, ou seja, é rejeitar que ela já traz consigo inúmeros conceitos e conhecimentos por já estar imersa em um contexto cultural fora das paredes das instituições.

Nas duas primeiras partes a autora trata respectivamente sobre as concepções e práticas que envolvem os temas da alfabetização e letramento nas instituições escolares. A terceira é caracterizada como um espaço que envolve a união entre teoria e ação, a partir de uma perspectiva político-social.

De início, a autora traz um texto de revisão do estado do conhecimento sobre os elos presentes entre língua escrita, sociedade e cultura, que podem ser vistos sobre diferentes pontos de vista, como as distintas épocas ou grupos sociais, contando, assim, com inúmeros referenciais bibliográficos. É importante ressaltar que, na época da elaboração desse texto, opta-se pelo termo *alfabetismo*, preferido a *letramento*.

Adiante, há uma discussão do conceito de *alfabetismo*, termo que causa estranheza ao orador do português por ter pouca familiaridade, ao mesmo tempo em que, seu contrário, *analfabetismo*, seja um termo usado frequentemente. É destacado que só recentemente esse termo tem sido necessário por exigir-se uma sociedade que não apenas sabe ler e escrever, mas também capaz de utilizar tais práticas para incorporar na sua vivência. Ou seja, uma nova realidade social demanda a necessidade de uma nova palavra. Assim, busca-se analisar esse conceito e suas relações com a coletividade e cultura, nas suas dimensões sociais e individuais, em sua tendência “liberal” e “revolucionária”.

A autora também discute sobre os ainda presentes e persistentes altos índices de analfabetismo no Brasil estabelecendo uma relação de causa-consequência entre alfabetização e cidadania. E ainda, aprofundando a reflexão sobre a natureza ideológica e política da alfabetização e do letramento.

O livro se encerra com uma reflexão sobre a proposta que mais realizou a integração de concepções e práticas a respeito da alfabetização e do letramento: a teoria pedagógica de Paulo Freire. Após a sua morte, mencionava-se um “método Paulo Freire” simplificando o educador a um método. No entanto, a autora apresenta o seu ponto de vista, destacando que identificar Paulo Freire com um método de alfabetização de adultos seria uma incorreção e uma redução; afinal, ele não foi apenas o criador de tal recurso, como também inaugurou uma nova concepção de alfabetização que revolucionou aquelas que circulavam até então, expondo, assim, argumentos que justificam a sua opinião.

É evidente que a alfabetização tem sido um tema relevante por ser necessária em um ambiente bem mais amplo do que apenas no contexto acadêmico escolar. O processo abrange várias questões sociais por implicar diretamente quesitos político-econômicos e culturais do país, sendo muito discutido desde épocas passadas. Afinal, saber ler e escrever são necessidades individuais inquestionáveis para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento da sociedade.

Desde os anos 1930, com o movimento iniciado pelos escolanovistas, a luta pela democratização da escola pública e de qualidade para todos foi muito discutida no cunho pedagógico. Com a urbanização e a industrialização, a demanda social pelo ensino foi crescendo à medida que se democratizava a educação nacional. Dessa forma, o acesso da classe popular à educação básica trouxe um acontecimento que foi objeto de pesquisa entre os profissionais da educação: a questão do fracasso escolar. Sendo assim, durante décadas, criavam-se mitos para justificar os altos níveis de evasão e repetência dos alunos, que eram vistos como incapazes e deficientes, e o problema passou a ser a incompetência do professor, julgando-o ser mal formado, desinformado, desatualizado, além de mal pago.

É perceptível que tal impasse ainda perdura no Brasil, e o interessante da obra de Magda Soares é a sondagem sobre as várias causas que levam, especialmente, ao fracasso da alfabetização vivenciado nas instituições escolares, fazendo com que o analfabetismo seja um tema ainda prevalente na sociedade contemporânea. Ao suscitar vários levantamentos, faz-nos repensar o papel do educador e das escolas frente a essa questão, e ainda, as novas críticas e propostas que surgem ao haver tentativas de articular um método capaz de solucionar o problema, em vista de que, sem o esteio do domínio da leitura, é impossível atingir outras etapas na educação. Dessa forma, a reflexão que se impõe é a dúvida se teremos ou não uma estratégia capaz de proporcionar um bom funcionamento da aquisição do ler e escrever, trazendo como resultado todos os atributos de uma pessoa alfabetizada.

Com leitura fácil e ideias coerentes, a publicação de Magda Soares conta com temas relevantes e fundamentais para a prática docente, como a reunião de textos que esclarecem os conceitos de alfabetização e letramento, contribuindo para o aprofundamento e a compreensão de ideias básicas que envolvem o universo multifacetado de cada um desses processos. E ainda, sendo essa uma obra revista e ampliada, são mostrados, com uma visão clara e explicativa, os avanços ocorridos desde a primeira publicação, contando também com referenciais de obras que remetem a grandes nomes da área da educação.

Ademais, a opinião exposta sobre a metodologia de alfabetização de Paulo Freire traz uma análise sobre a ação pedagógica ao discutir a verdadeira contribuição que a alfabetização pode trazer para a sociedade ao ser aplicada como um método amplo, ou seja, não apenas sendo simplificado em técnicas mecanicistas de codificação e decodificação, e sim uma nova concepção de educação como um ato de reflexão, conscientização e libertação, que faz da alfabetização um meio pelo qual se oportuniza a democracia da cultura e, também, do fazer o homem como um ser pensante do mundo, capaz de questionar a sua posição dentro dele.

Portanto, com sólidos conhecimentos, é inegável que a obra de Magda Soares é de suma importância por apresentar os fundamentos necessários à compreensão da natureza da alfabetização e do letramento, bem como temas relevantes que contribuem para a formação e prática docente, proporcionando, assim, um amadurecimento de ideias que possam enriquecer o trabalho pedagógico. Dessa forma, Magda Soares se torna um nome de grande influência e que auxilia com diversos saberes que possam contribuir para o desenvolvimento da educação no Brasil.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1 - Modalidades das publicações

A revista *Saberes Interdisciplinares* é um periódico científico semestral, destinado à publicação de trabalhos inéditos, de áreas temáticas diversificadas, nas formas de artigos científicos, ensaios e resenhas.

Serão aceitos trabalhos relativos a todos os ramos do saber, escritos de forma acessível, limitando-se ao essencial os aspectos mais técnicos, nos idiomas português, inglês e espanhol, em sintonia com os cursos existentes no Centro Universitário Presidente Tancredo Almeida Neves em São João del-Rei – MG.

II - Normas para Publicação

Avaliação dos trabalhos: todos os trabalhos encaminhados à Revista *Saberes Interdisciplinares* serão submetidos à aprovação de dois pareceristas “ad hoc”, que poderão sugerir aos autores eventuais modificações no texto.

Direitos autorais: os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedades da *Saberes Interdisciplinares*, implicando automaticamente a cessão dos direitos autorais.

Submissão dos artigos: os trabalhos deverão ser postados na plataforma da Revista *Saberes Interdisciplinares*

<http://www.uniptan.edu.br/pesquisa/publicacoes/RevistaSaberesInterdisciplinares> ou 186.194.210.79.8090/revistas/index.php/saberesinterdisciplinares/login com o texto digitado no programa *Word for Windows* 6.0 ou superior, corpo 12 e fonte Times New Roman, espaçamento 1,5 não ultrapassando a 15 páginas, no formato A4.

Estrutura: os artigos devem obedecer à estrutura convencional do artigo científico, de acordo com a NBR-6022, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), observando as seguintes normas:

- **Título do artigo** - centralizado no topo da página - deve indicar, de forma objetiva, o conteúdo do trabalho.
- **Nome do autor** - seguido da titulação, departamento e/ou programa e instituição a que estiver vinculado. Deve ser informado o endereço eletrônico para contato com o autor principal.
- **Resumo** (NBR-10520) - apresentação concisa dos pontos relevantes do trabalho, localizado antes do texto, na língua original, e em inglês, título e resumo traduzido para o inglês (*Abstract*), limitando-se a 250 palavras (mais ou menos dez linhas), com apenas um parágrafo inicial.

- **Palavras-chave** - seleção de palavras e expressões que indiquem o conteúdo do trabalho (também em inglês (*keywords*), recomendando-se o mínimo de três e o máximo de seis palavras-chave).
- **Introdução** - deve estabelecer com clareza o objetivo do trabalho, preferencialmente relacionando-o com outros do mesmo campo e apresentando, de forma sucinta, a situação em que se encontra o problema investigado.
- **Numeração progressiva** (NBR-6024) - os títulos das divisões e subdivisões dos artigos devem ser precedidos de numeração progressiva: 1, 1.1, 2, 2.1 e assim por diante.
- **Citações** (NBR-10520) - as citações formais (transcrição) curtas devem vir inseridas no texto, entre aspas. Citações longas, com mais de três linhas, devem constituir um parágrafo independente, recuado, com espaçamento simples, com letras no tamanho 10. A indicação da referência (fonte) de onde foi retirada a citação deve constar de sobrenome do autor, data e página(s). Exemplo (SOUZA, 2006, p. 41-45). A indicação bibliográfica completa deverá constar das referências ao final do trabalho.
- **Siglas e abreviações** - deverão estar seguidas de suas significações, por extenso, na primeira menção no texto.
- **Notas** - as notas explicativas, quando necessárias, devem vir numeradas de acordo com o seu aparecimento no texto e colocadas ao final da página.
- **Referências** (NBR-6023) - devem estar imediatamente após o texto, em ordem alfabética, contendo as referências completas das obras citadas no artigo. Exemplo:

Artigo consultado de periódico

BARROS, A. T. Cenário internacional e o discurso da Folha de São Paulo sobre a privatização no Brasil. *Tuiuti: ciência e cultura*, Curitiba: s.n, v. 5, n. 1, p. 24-32, mar. 1996.

Livro

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Artigo retirado de jornais

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna ao seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar.1985. Caderno B, p. 6.